



Uma violação dos Direitos Humanos

VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

13, 14 E 15 DE DEZEMBRO DE 2021

ANNAIS

REALIZAÇÃO:



GPVIO

GRUPO DE PESQUISA
VIOLÊNCIA, SAÚDE E CULTURA DE PAZ



@gpviouesb



APOIO:



Laboratório de
Saúde Coletiva

2021. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Saúde II. Laboratório de Saúde Coletiva. Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde. VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. ISSN 2237-1877

REITOR

Luiz Otávio de Magalhães

VICE-REITOR

Marcos Henrique Fernandes

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Glêide Magali Lemos Pinheiro

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE II

Lyra Cândida Calhau Rebouças

COORDENADORA DO LABORATÓRIO DE SAÚDE COLETIVA

Daniela Márcia Néri Sampaio

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENFERMAGEM E SAÚDE

Sérgio Donha Yarid

COORDENADORA DO VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.

Vanda Palmarella Rodrigues

COMISSÃO CIENTÍFICA/ ORGANIZADORES

Vanda Palmarella Rodrigues (Coordenação)

Aline Vieira Simões

Amanda de Alencar Pereira Gomes

Bruna Cabral Barreto de Souza

Esther Aderno Souza

Jéssica dos Santos Simões

Juliana Costa Machado

Júlia Maria Nascimento Penha

Luanna Rodrigues de Jesus

Ninalva de Andrade Santos

Renara Meira Gomes

Roberta Laíse Gomes Leite Moraes

Vilara Maria Mesquita Mendes Pires

COMISSÃO CIENTÍFICA/ PARECERISTAS

Charles Souza Santos

Cristiane Alves Paz de Carvalho

Daniela Márcia Neri Sampaio

Daniela Sousa Oliveira

Flávia Pedro dos Anjos Santos

Juliana da Silva Oliveira

Lívia Lessa de Oliveira Andrade

Luana Machado Andrade

Marizete Argolo Teixeira

Ninalva de Andrade Santos

Patrícia Anjos Lima de Carvalho

Rosália Teixeira Luz

Silvio Arcanjo Matos Filho

Vivian Mara Ribeiro

Zulmerinda Meira Oliveira

COMISSÃO CIENTÍFICA/ AVALIADORES

Aline Vieira Simões

Daniela Márcia Neri Sampaio

Luana Machado Andrade

Luanna Rodrigues de Jesus

Roberta Laíse Gomes Leite Moraes

Vivian Mara Ribeiro

APRESENTAÇÃO

Os Anais do VI Encontro sobre Violência Intrafamiliar: uma violação dos direitos humanos é uma publicação do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO) cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia (UESB) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com o Laboratório de Saúde Coletiva e o Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES).

O evento foi realizado na modalidade on-line nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 2021, através de ambiente virtual e teve como finalidade fomentar discussões sobre as diversas formas de violência, destacando-as como violação dos direitos humanos. A sexta edição teve como tema central as interfaces da violência contra a mulher, dando ênfase à articulação dos serviços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Nessa direção, foram apresentadas experiências de profissionais atuantes na rede, a fim de viabilizar propostas ao enfrentamento da violência contra mulheres.

Nesta edição, estão publicados os resumos expandidos apresentados nas sessões de comunicação oral, sendo 28 trabalhos apresentados por estudantes e profissionais das áreas de saúde e afins preocupados com a violência doméstica e seus desdobramentos como violação dos direitos humanos.

Um agradecimento especial à equipe executora do evento composta por docentes e acadêmicos dos cursos de graduação em enfermagem, fisioterapia e psicologia, docentes e mestrandos do PPGES/UESB e aos integrantes do corpo editorial dos Anais, aos palestrantes pela disponibilidade, à comissão científica, à coordenação do Laboratório de Saúde Coletiva, à coordenação do PPGES/UESB, à Pró-Reitoria de Pesquisa, à Assessoria de Comunicação da UESB (ASCOM), à Coordenação da *Home Page* da UESB, à UINFOR, Edições UESB.

Finalmente, agradeço às(aos) pesquisadoras(es) pela participação no evento e publicização de suas pesquisas, demonstrando preocupação em visibilizar a magnitude e implicações do problema e estratégias de prevenção, combate e enfrentamento da violência.

Vanda Palmarella Rodrigues
**Coordenação do VI Encontro sobre violência intrafamiliar:
uma violação dos direitos humanos**

SUMÁRIO

PERFIL BIOPSIKOSSOCIAL DE MULHERES NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA	7
---	----------

Mariana Xavier de Souza, Michelle Araújo Moreira.

FORMAS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA VIVENCIADAS POR MULHERES NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA	11
---	-----------

Amanda de Alencar Pereira Gomes, Vanda Palmarella Rodrigues.

ABORDAGEM SOBRE A TEMÁTICA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA.....	16
--	-----------

Amanda de Alencar Pereira Gomes, Jéssica dos Santos Simões, Renara Meira Gomes, Vanda Palmarella Rodrigues.

PERCEPÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SOBRE O CONVÍVIO COM O AGRESSOR DURANTE A PANDEMIA.....	20
---	-----------

Mirella Moraes Oliveira, Maria Lúcia Raimondo.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE TEMPOS DE PANDEMIA EM GUARAPUAVA, PARANÁ	24
--	-----------

Eduarda Navroski Losso, Maria Lucia Raimondo.

REPERCUSSÕES DO DISTANCIAMENTO SOCIAL NA PANDEMIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: REVISÃO INTEGRATIVA.....	27
--	-----------

Jéssica dos Santos Simões, Renara Meira Gomes, Amanda de Alencar Pereira Gomes, Vanda Palmarella Rodrigues.

IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIA NO NAMORO: REVISÃO INTEGRATIVA.....	32
--	-----------

Sara de Jesus Santos, Maryvânsley Nunes de Sá Reis, Júlia Maria Nascimento Penha, Juliana Costa Machado, Aline Vieira Simões.

A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO E APOIO DAS ESCOLAS NOS PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES.....	37
---	-----------

Priscila Wanderley Saraiva, Marcela da Silva Souza.

IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA DAS MULHERES EM CÁRCERE PRIVADO: REVISÃO INTEGRATIVA.....	41
---	-----------

Sara de Jesus Santos, Maryvânsley Nunes de Sá Reis, Micaela Freire Fontoura, Juliana Costa Machado, Aline Vieira Simões.

APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA EM DEFESA DAS MULHERES TRANSGÊNERO	45
--	-----------

Marcelo Marques de Almeida Filho, Alessandra dos Santos Oliveira, Mikhaelly Mendes de Oliveira.

AVALIAÇÃO DO GRAU DE VIOLÊNCIA NO COMPORTAMENTO DE UNIVERSITÁRIOS DO AGRESTE SERGIPANO..... 50

Célia Gomes de Siqueira.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA ENTRE 2011 A 2021.....

554

Tamiles Souza Oliveira, Carine Soares de Jesus, Thainara Araújo Franklin, Aline Vieira Simões, Maria Vitória Oliveira Couto, Juliana Costa Machado.

IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA À SAÚDE DAS PESSOAS IDOSAS NA PANDEMIA: VISÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS..... 59

Larisse Ramos de Oliveira, Caroline Santos Adimarães, Ian Pereira Assunção, Juliana Costa Machado, Vanda Palmarella Rodrigues.

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA..... 63

Jessica Santos Pires, Jailton Silva dos Santos, Roberta Barros de Miranda, Jéssica Souza Britto, Natália Silva Oliveira, Tatiane Dias Casimiro Valença.

O PAPEL DO FISIOTERAPEUTA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA..... 66

Ana Karolline Souza Vasconcelos, Caroline Santos Adimarães, Liana Brandão Costa Galvão, Marcos Antonio Morais da Silva, Claudineia Matos de Araújo.

PERCEPÇÃO DE HOMENS ALCOOLISTAS SOBRE O ISOLAMENTO SOCIAL COMO PREVENÇÃO AO COVID-19.....69

Samara Souza Santos, Manuela de Jesus Silva, Yanka dos Santos do Nascimento, Thainan Alves Silva, Patrícia Anjos Lima de Carvalho, Edméia Campos Meira.

EXPRESSÕES DE VIOLÊNCIA DE HOMENS ALCOOLISTAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19..... 74

Manuela de Jesus Silva, Samara Souza Santos, Thainan Alves Silva, Taynna de Oliveira Damasceno, Edmeia Campos Meira, Patrícia Anjos Lima de Carvalho.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA À VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO ENTRE JOVENS E ADOLESCENTES..... 78

Maryvânsley Nunes de Sá Reis, Poliana Souza Lapa, Sara de Jesus Santos, Micaela Freire Fontoura, Juliana Costa Machado, Aline Vieira Simões.

REPERCUSSÕES DO CICLO VIOLENTO INTERGERACIONAL EM CRIANÇAS: REVISÃO INTEGRATIVA..... 82

Maria Vitória Oliveira Couto, Bruna Cabral Barreto de Souza, Tamiles Souza Oliveira, Aline Vieira Simões, Juliana Costa Machado.

RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE BULLYING.....
865

Júlia Maria Nascimento Penha, Maryvânsley Nunes de Sá Reis, Sara de Jesus Santos, Juliana Costa Machado, Aline Vieira Simões.

FATORES CONTEXTUAIS PRECIPITADORES DE PERPETRAÇÃO DA VIOLÊNCIA POR PARCEIROS ÍNTIMOS DE ADOLESCENTES E JOVENS..... 88

Maryvânsley Nunes de Sá Reis, Sara de Jesus Santos, Poliana Souza Lapa, Júlia Maria Nascimento Penha, Aline Vieira Simões.

ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....
932

Liana Brandão Costa Galvão, Caroline Santos Adimarães, Ana Karolline Souza Vasconcelos, Bruna Souza Vieira, Micaela Freire Fontoura, Nayara Alves de Sousa.

VISÃO DE ESTUDANTES DE FISIOTERAPIA SOBRE A PERMANÊNCIA DA MULHER NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....
976

Giane Lopes Oliveira, Juliana Costa Machado, Aline Vieira Simões, Vilara Maria Mesquita Mendes Pires, Vanda Palmarella Rodrigues.

CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS DE ASSÉDIO SEXUAL NA BAHIA.....
1010

Jailton Silva dos Santos, Rebeca Barros de Miranda, Paloma Andrade Pinheiro, Lorena dos Santos Duarte, Jessica Santos Pires, Polyana Leal da Silva.

ATUAÇÃO DE ENFERMEIRAS NO ATENDIMENTO HOSPITALAR A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: REVISÃO INTEGRATIVA..... 105

Renara Meira Gomes, Amanda de Alencar Pereira Gomes, Jéssica dos Santos Simões, Vanda Palmarella Rodrigues.

CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA NOTIFICADOS NA BAHIA..... 109

Crisley Aiala Souza de Novaes, Jailton Silva dos Santos, Eliel Santos Almeida, Jefferson Pereira dos Santos, Laina Nascimento Souza, Polyana Leal da Silva.

ALCOOLISMO FEMININO E VIOLÊNCIA: MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES DO AA..... 113

Andressa Mendes da Silva Dias, Luci Mara Bertoni.

CUIDADO EM SAÚDE E O ATENDIMENTO NA COMUNIDADE: OLHAR FISIOTERAPÊUTICO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO.....114

Caroline Santos Adimarães, Ana Karolline Souza Vasconcelos, Liana Brandão Costa Galvão, Marcos Antonio Morais da Silva, Claudineia Matos de Araújo.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

PERFIL BIOPSIKOSSOCIAL DE MULHERES NO CICLO GRAVÍDICO-PUERPERAL QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Mariana Xavier de Souza¹, Michelle Araújo Moreira².

Introdução

O ciclo gravídico-puerperal e o nascimento do(a) filho(a) representam experiências únicas na vida das mulheres que desejam e podem vivenciá-los (BLANK *et al.*, 2019). Durante essas fases, as mulheres sofrem maior vulnerabilidade, tendo muitas vezes, violações nos seus direitos sexuais e reprodutivos (SOUZA; OLIVEIRA, 2019).

Movidas pelo desejo de contribuir para o desenvolvimento adequado dos seus filhos, estas mulheres podem se sujeitar a condutas inapropriadas dos profissionais de saúde envolvidos no processo, ampliando a subjugação e baixo protagonismo no parto e no puerpério, ocasionando a violência obstétrica (BRANDT *et al.*, 2018).

Ressalta-se que, a violência obstétrica é caracterizada por ações violentas cometidas contra a mulher em todas as etapas da gravidez e do pós-parto, incluindo os casos de abortamento (MARQUES, 2020). Logo, todo e qualquer ato realizado por profissionais que resulte em atenção desumanizada, ações intervencionistas, modificações na fisiologia do processo do parto, medicalização desnecessária, maus-tratos físicos, psíquicos e verbais, que impeçam o exercício da autonomia e o poder de decisão sobre seus corpos, deverão ser considerados como uma violência obstétrica (MARTINS *et al.*, 2019).

Estudos realizados evidenciam que 25% das mulheres brasileiras sofreram algum tipo de violência durante o trabalho de parto, parto e puerpério, o que demonstra a magnitude do problema (ALVES, 2017). Tais atos violentos podem ser naturalizados pelas mulheres, em virtude da ausência de conhecimento adequado sobre o fenômeno e pela invisibilidade social sobre a violência contra a mulher, dentre esta, a violência obstétrica (MAIA; ARAÚJO; MAIA, 2017). Nesse sentido, a violência obstétrica representa um grave problema social e se caracteriza por diferentes tipos de agressões sofridas pela mulher durante a gestação, trabalho de parto, parto e puerpério, acentuadas pela falta de ética, respeito e responsabilidade, além do uso abusivo e inadequado de intervenções que cessam a autonomia feminina (MARTINS *et al.*, 2019).

¹ Enfermeira, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGEnf/UESC), Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Brasil, E-mail: mariana.x.souza@hotmail.com.

² Enfermeira, Pós-doutora em Enfermagem, Doutora em Enfermagem, Mestre em Enfermagem, Docente do

PPGEnf e do Curso de Graduação em Enfermagem da UESC, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CRIAI da UFRB, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Brasil.

Objetivo

Identificar o perfil biopsicossocial de mulheres no ciclo gravídico-puerperal que vivenciaram violência obstétrica.

Métodos

Trata-se de um estudo quantitativo e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob nº de parecer 4.944.003. O cenário do estudo foi a maternidade de um hospital público no interior do Estado de Minas Gerais em que o serviço de obstetrícia destinava-se à gestantes de risco habitual, dispondo de médicos e enfermeiros obstetras durante 24 horas por dia, apta a receber parturientes com risco habitual ou com distocias obstétricas, que pudessem resultar em cesarianas, prestando assistência à 15 municípios.

Participaram da pesquisa mulheres no ciclo gravídico-puerperal, sendo que para seleção das gestantes respeitou-se os seguintes critérios de inclusão: idade maior de 18 anos, ter realizado consultas de pré-natal e estar em qualquer trimestre gestacional. Foram critérios de exclusão: gestantes com transtorno mental e/ou aquelas que possuíam algum déficit cognitivo que dificultasse a compreensão da pesquisa, e mulheres em situação de abortamento. Para a seleção das puérperas considerou-se os seguintes critérios de inclusão: estar na fase do puerpério imediato, ser maior de 18 anos de idade e não possuir complicações no pós-parto imediato. Como critérios de exclusão: puérperas com pós-parto patológico, as que tiveram natimorto ou perda fetal, as que pariram em casa ou em via pública e as que possuíam transtorno mental e/ou algum déficit cognitivo que dificultasse a compreensão da pesquisa.

Os dados foram coletados entre os meses de setembro e outubro de 2021. As visitas à maternidade, para seleção das participantes, ocorreram em horários previamente planejados e agendados com as enfermeiras obstétricas responsáveis pelo setor. Para as mulheres que estavam internadas no hospital escolhido e desejaram participar do estudo de maneira presencial, foram fornecidas todas as informações da pesquisa, as informações sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que pudessem assinar o documento depois do aceite, atestando a sua participação voluntária. Para àquelas que optaram por participar da pesquisa de forma remota, todas as informações sobre a pesquisa foram repassadas e seus contatos ficaram registrados de modo que possibilitasse o envio do por e-mail para que lessem antecipadamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como o roteiro de entrevista e o roteiro da técnica de associação livre de palavras (TALP) e, mediante o aceite por fazer parte da pesquisa, links das plataformas “*Google Meet*”, “*Skype*” ou “*Zoom*” foram disponibilizados de acordo com a escolha da participante para que a coleta fosse feita por videoconferência e devidamente gravada.

Resultados e Discussão

Evidencia-se que, a faixa etária das mulheres que sofreram violência transita entre 19 e 33 anos, 60% em união estável e 40% com ensino médio, 50% destas possuem religião católica e 40% não possuíam nenhuma renda familiar, revelando que as condições de vulnerabilidade cultural, social, familiar e econômica possibilitam a ampliação dos casos de violência obstétrica.

Além disso, apenas 55% das mulheres planejaram a gestação, sendo que 67% eram a termo; 45% dessas mulheres eram múltiparas; 22% destas tiveram algum tipo de adoecimento mental antes da gravidez, parto e/ou resguardo, 33 % haviam sofrido aborto em gestações

anteriores e 33% realizaram parto cesáreo. Os dados obstétricos mostram uma modificação no processo natural de nascimento evidenciada pelo aumento da taxa de cesárea, que por vezes ocorre de forma desnecessária, ocasionando a perda de autonomia das mulheres, caracterizando assim, a presença da violência obstétrica. Além disso, destaca-se que quando a mesma é realizada sem indicação, podem trazer muitos prejuízos para a saúde do binômio mãe-filho incluindo o aumento da morbimortalidade materna e neonatal, especialmente se realizada antes de 39 semanas de gestação (CÔRTEZ *et al.*, 2018).

Nota-se que, as mulheres com menores níveis de escolaridade e de baixa renda financeira têm maiores chances de serem expostas à comportamentos violentos por parte dos profissionais de saúde, por terem pouco conhecimento sobre o tema e pela deficiência no acesso aos serviços de saúde, como as consultas de pré-natal (MARTINS; BARROS, 2016; ZANARDO *et al.*, 2017).

Conclusão

A realização do estudo possibilitou identificar que o perfil de mulheres que sofreram violência obstétrica correlaciona-se aos determinantes econômicos, sociais, culturais e biológicos do processo de gestar, parir e nascer. Sendo assim, torna-se essencial considerar os contextos socioculturais em que as gestantes, parturientes e puérperas se encontram inseridas para garantir uma assistência integral e humanizada, mitigando ou eliminando as práticas violentas.

Descritores: Gravidez. Período pós-parto. Violência obstétrica. Assistência integral à saúde. Enfermagem.

Eixo temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência

Referências

ALVES, V.B.O. **Percepção das puérperas acerca da violência obstétrica.** 2017. 84p. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Enfermagem), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7831> . Acesso em: 17 maio 2021.

BLANK E.B *et al.* Práticas educativas para (re)significar o parto e o nascimento no olhar de puérperas. **RevSalusvita**, v. 38, n. 6, p. 581-95, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1051394>. Acesso em: 17 maio 2021.

BRANDT, G.P *et al.* Violência Obstétrica: a verdadeira dor do parto. **Rev Gestão e Saúde**, v. 19, n. 1, p. 19-37, 2018. Disponível em: <https://www.herrero.com.br/files/revista/file2a3ed78d60260c2a5bedb38362615527.pdf>. Acesso em: 17 maio 2021.

CÔRTEZ, C. *Tet al.* Implementação das práticas baseadas em evidências na assistência ao parto normal. **Rev Latino-amEnferm**, v.26, e2988, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/6wqzGK8b3B6MPTX4ZpfhZfq/?lang=pt> . Acesso em: 04 nov. 2021.

MAIA, R.S; ARAÚJO, T.C.S; MAIA, E.M. Violência Obstétrica: Apontamentos da Produção Científica. **RevPort Saúde e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 576-90, 2017. Disponível em:

<https://www.seer.ufal.br/index.php/nuspfamed/article/view/4002/3065> . Acesso em: 17 maio 2021.

MARQUES, S.B. Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. **Cad Ibero-amerDirSanit**, v.9, n.1, p. 97-119, 2020. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/585> Acesso em: 06 jun. 2021.

MARTINS, A.C; BARROS, G. M. Parirás na dor? Revisão integrativa da violência obstétrica em unidades públicas brasileiras. **Rev. Dor**, v.17, n. 3, p. 215-8, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdor/a/tgYkjrZLZ3MQxmpmknYRbgk/?lang=pt> . Acesso em: 04 nov. 2021.

MARTINS, F.L *et al.* VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: Uma expressão nova para um problema histórico. **Saúde Foco**, n. 11, p. 413-23, 2019. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/centro-universitario-mauricio-de-nassau/legislacao-e-exercicio-profissional-da-enfermagem/034-violencia-obstetrica-uma-expressao-nova-para-um-problema-historico/11169843> Acesso em: 17 maio 2021.

SOUZA, D.S.; OLIVEIRA, T.C.F.O. Na hora de fazer não gritou: a violência obstétrica nas mulheres parturientes. *In: 22ª SEMOC-SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA*, 2019, Salvador. **Anais**, Salvador: Repositório Institucional UCSAL, 2019, p.1-13.

ZANARDO, G.L.P *et al.* Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Rev psicol. & Soc**, v. 29, e155043, p.1-11, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/J7CMV7LK79LJTnX9gFyWHNN/?format=html> Acesso em: 06 jun. 2021.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

FORMAS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA VIVENCIADAS POR MULHERES NO BRASIL: REVISÃO INTEGRATIVA

Amanda de Alencar Pereira Gomes¹, Vanda Palmarella Rodrigues².

Introdução

A violência obstétrica está associada a casos de negligência e intervenções desnecessárias, na assistência durante a gravidez, parto e puerpério (TEIXEIRA et al., 2020). Como formas dessa violência são citadas em diferentes estudos a violência psicológica por meio de agressões verbais, violência física caracterizada por procedimentos desnecessários como episiotomia e manobra de *Kristeller*. Além de condutas de profissionais de saúde que não respeitam os sentimentos das parturientes e lesam a autonomia da mulher (CAMPOS et al., 2020; NASCIMENTO et al., 2019).

Nos serviços de saúde a violência obstétrica tem sido praticada por profissionais que violam ou anulam os direitos de mulheres receberem cuidado integral, livre de crueldade e discriminação. As mulheres ao sofrerem danos físicos ou emocionais resultantes de assistência nos setores obstétricos, acentuam além da negligência profissional, falhas na execução de políticas de saúde materna. Demonstrando dessa forma, que a violência obstétrica se trata de um problema de saúde pública (VACAFLOR, 2016).

A invisibilidade da violência obstétrica tem se dado pelo fato de a mulher não ser vista como um sujeito capaz de opinar e decidir sobre situações durante o seu trabalho de parto, reforçando o nível hierárquico de poder entre profissional de saúde e parturiente. São diversos os relatos de mulheres que vivenciaram situações envolvendo sentimentos como tristeza e medo em decorrência de atendimentos inadequados em maternidades, e isso demonstra a fragilidade do serviço (GUIMARÃES; JONAS; AMARAL, 2018).

Objetivo

Analisar as formas de violência obstétrica vivenciadas por mulheres que receberam assistência ao parto em maternidades no Brasil.

¹ Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, Bahia, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Saúde, Violência e Cultura de Paz (GPVIO). E-mail: amandaa.alencar@hotmail.com

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGES da UESB. Líder do GPVIO.

Métodos

Trata-se de um estudo de revisão integrativa de literatura, baseada em artigos científicos. A busca dos artigos foi realizada em dezembro de 2021 nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Primeiramente, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais formas de violência obstétrica mulheres relatam ter vivenciado após assistência nos serviços de saúde do Brasil?

A estratégia de busca realizada através dos descritores pertencentes ao DeCS foi: “Violência obstétrica” AND “Saúde da mulher” e “Violência obstétrica” AND “Parto obstétrico”. Como critérios de inclusão estabelecidos foram selecionados estudos publicados entre os anos de 2016 e 2021, na modalidade artigos científicos, no idioma português, com texto completo disponível e que abordassem o objetivo do estudo. Os critérios de exclusão adotados foram: artigos duplicados e outros tipos de documentos.

Inicialmente foram apresentados 51 artigos nas bases de dados selecionadas para este estudo. Após a utilização dos filtros esse número foi reduzido para 31 artigos. Em seguida, realizou-se a leitura dos títulos e foram selecionados 16 artigos para a leitura dos resumos, destes, apenas 11 artigos se referiam a estudos que buscaram investigar alguma vertente referente à violência obstétrica em mulheres e tiveram seus resultados lidos na íntegra. Após análise criteriosa dos resultados, sete artigos responderam à questão de pesquisa e foram elencados para compor esta revisão.

Resultados e Discussão

Para esta revisão foram analisados sete artigos que discutiam a assistência obstétrica prestada a mulheres em instituições de saúde no Brasil. Os relatos de vivências de diferentes formas de violência obstétrica foram de puérperas dos estados de Porto Alegre, Bahia, Piauí, Paraíba e Rio de Janeiro. Os artigos selecionados foram publicados entre os anos de 2017 e 2020.

De maneira geral, os artigos evidenciaram que a maioria das mulheres vivenciou alguma forma de abuso ou maus-tratos durante o atendimento. Mulheres mencionaram situações inconvenientes, geralmente relatando episódios pontuais com algum profissional em específico e não com a instituição como um todo (PEDROZO; LOPEZ, 2017).

A negligência durante a assistência esteve presente em ações de profissionais que não informavam à mulher sobre procedimentos e condutas durante o trabalho de parto (OLIVEIRA et al., 2017). As falas de algumas parturientes descreviam experiências e vivências de situações que caracterizam a violência obstétrica como tratamento grosseiro marcado pela impaciência e desrespeito do profissional (SILVA et al., 2019). Além disso, mulheres não receberam atenção adequada dos profissionais, ficando desassistidas durante o trabalho de parto, gerando preocupações, principalmente em relação ao estado de saúde do bebê (NASCIMENTO et al., 2019).

Outra forma de violência obstétrica relatada em todos os estudos foi a agressão verbal. A violência psicológica através da agressão verbal foi caracterizada por comportamento agressivo, por meio de palavras que podem causar danos e tem o intuito de ridicularizar, humilhar, manipular ou ameaçar a mulher (OLIVEIRA et al., 2017). Foi presenciado e relatado por mulheres que profissionais usaram maneira ríspida para falar e exigir que não fosse evocada a dor durante o trabalho de parto, recebendo ainda, ameaças quanto ao abandono na prestação de cuidado, caso a mulher não cumprisse as ordens estabelecidas (PEDROZO; LOPEZ, 2017).

Em sua maioria os maus-tratos recebidos pelas mulheres estavam relacionados à assistência discriminatória pelo fato de serem mulheres, decorrentes da classe social e etnia

(OLIVEIRA et al., 2017). O uso indiscriminado de ocitocina, a prática rotineira de episiotomia, a realização de amniotomia, puxos dirigidos, adoção exclusiva de posições horizontalizadas para o nascimento, negação do acompanhante, restrições desnecessárias, sensações de abandono, descaso, desvalorização de suas queixas e falta de esclarecimentos, foram outras formas de violência obstétrica evidenciadas através do estudo de Campos et al. (2020).

A vivência de violência obstétrica acarreta na mulher diversos sentimentos que podem causar danos tanto para a mãe quanto para o bebê (SILVA et al., 2019). Assistências profissionais sem humanização estão associadas a desfechos desfavoráveis e experiências negativas de parto para as mulheres (GUIMARÃES; JONAS; AMARAL, 2018). Observou-se ainda que algumas entrevistadas negaram conhecer o termo violência obstétrica, porém, em seus relatos de parto foi possível identificar várias situações que caracterizam este tipo de violência (NASCIMENTO et al., 2019).

A realização de episiotomia (CAMPOS et al., 2020; NASCIMENTO et al., 2019; TEIXEIRA et al., 2020) e manobra de *Kristeller* são formas de violência física e também foram relatadas pelas mulheres. Estas resultaram em impactos físicos e psicológicos como a dor, traumas e baixa autoestima, com repercussões negativas também na vida sexual do casal (TEIXEIRA et al., 2020).

A ocorrência desses atos pode estar relacionada a mulheres que buscavam os serviços de saúde com déficit no conhecimento e informação sobre os processos naturais de parturição e de seus direitos, que não reconheciam a violência obstétrica, aceitavam e confiavam no atendimento dos profissionais, elevando os índices de maus-tratos e procedimentos desnecessários (BARBOSA; FABBRO; MACHADO, 2016).

Conclusão

Os resultados desse estudo evidenciaram que a assistência obstétrica em diferentes estados do Brasil ainda tem profissionais que prestam cuidado não pautado na humanização e não baseados em evidências científicas. Mulheres vivenciaram diversas formas de violência obstétrica e sofreram implicações físicas e psicológicas associadas aos atos violentos dos profissionais.

A negligência, violência psicológica por meio de agressões verbais e violência física foram as mais citadas. Procedimentos desnecessários relacionados a estas formas de violência obstétrica indicaram que as mulheres estão propensas a vivenciarem momentos traumáticos que podem afetar negativamente a sua experiência de parto e pós-parto. Foi evidenciado ainda, que o (des)conhecimento sobre a violência obstétrica pode propiciar que mais mulheres enfrentem situações dessa magnitude.

Descritores: Parto obstétrico. Saúde da mulher. Violência obstétrica.

Eixo Temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências

BARBOSA, L. C.; FABBRO, R. M. C.; MACHADO, G. P. R. Violência obstétrica: revisão integrativa de pesquisas qualitativas. **Avances en Enfermería**, Bogotá, v. 35, n. 2, p. 190-207, set./dez. 2017.

CAMPOS, V. S. *et al.* Práticas convencionais do parto e violência obstétrica sob a perspectiva de puérperas. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v.34, e35453, p.1-10, jun. 2020.

GUIMARÃES, L. B. E; JONAS, E; AMARAL, L. R. O. G. Violência obstétrica em maternidades públicas do estado do Tocantins. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, e43278, maio. 2017.

NASCIMENTO, S. L. *et al.* Conhecimentos e experiências de violência obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do parto. **Enfermería Actual en Costa Rica**, San José, n. 37, p. 1-14, jul./dez. 2019.

OLIVEIRA, T. R. *et al.* Percepções das mulheres sobre violência obstétrica. **Revista de enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 11, n. 1, p. 40-46, jan. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/11876/14328> Acesso em: 09 dez. 2021.

PASCOAL, K. C. F. *et al.* Violência obstétrica na percepção de puérperas. **Revista Nursing**, São Paulo, v. 23, n. 263, p. 4221-4232, abr. 2020.

PEDROZO, C. N. L. S.; LOPEZ, L. C. À margem da humanização? Experiências de parto de usuárias de uma maternidade pública de Porto Alegre-RS. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1163-1184, out./dez. 2017.

SILVA, F. C. *et al.* O saber de puérperas sobre violência obstétrica. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 13, e242100, out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/242100/33740> Acesso em: 09 dez. 2021.

TEIXEIRA, P. C. *et al.* Percepção das parturientes sobre violência obstétrica: a dor que querem calar. **Revista Nursing**, São Paulo, v. 23, n. 261, p. 3607-3615, fev. 2020.

VACAFLOR, C. H. Obstetric violence: a new framework for identifying challenges to maternal healthcare in Argentina. **Reproductive Health Matters**, London, v. 24, n. 47, p. 65-73, maio. 2016.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

ABORDAGEM SOBRE A TEMÁTICA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA

Amanda de Alencar Pereira Gomes¹, Jéssica dos Santos Simões¹, Renara Meira Gomes¹,
Vanda Palmarella Rodrigues².

Introdução

A violência contra a mulher é considerada uma violação dos direitos humanos e tem afetado a saúde de mulheres que vivenciam rotineiramente diferentes formas de violência que se manifestam em sua maioria no próprio domicílio, perpetradas principalmente por seu parceiro íntimo (BRASIL, 2011).

A violência doméstica contra a mulher (VDCM) por sua vez é qualquer ato ou omissão que se baseie no gênero e cause algum dano, lesão ou morte à mulher. As diferentes formas deste tipo de violência classificadas como: psicológica, física, moral, patrimonial ou sexual, têm afligido mulheres de distintas classes sociais, idades, estados civis, raça e escolaridade (BRASIL, 2006).

Discussões sobre essa temática na formação de enfermeiras(os) têm sido abordadas de maneira insatisfatória nos componentes curriculares da graduação em enfermagem e os estudantes têm relatado que buscam meios alternativos através de projetos em universidades ou eventos que explorem a temática para aprimorar seus conhecimentos (SILVA et al., 2019).

Estudo que analisou os conteúdos programáticos de cursos de enfermagem em universidades identificou que a abordagem sobre violência contra a mulher durante a graduação até tem apresentado direcionamentos para atuação profissional, no entanto, com enfoque em práticas biologicistas e tecnicistas (MAGALHÃES et al., 2021).

Dessa maneira, a necessidade de se abordar a temática em disciplinas no período de graduação tem sido cada vez mais percebida. Ademais, é preciso preparar os futuros profissionais para identificar e atuar adequadamente e de maneira responsável quando se depararem com mulheres em situação de violência (SIMÕES et al., 2019).

¹ Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, Bahia, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa Saúde, Violência e Cultura de Paz (GPVIO). E-mail: amandaa.alencar@hotmail.com

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGES da UESB. Líder do GPVIO.

Objetivo

Analisar o que versa a literatura sobre a temática violência contra a mulher/violência doméstica durante a formação de profissionais enfermeiras(os).

Métodos

Trata-se de revisão integrativa da literatura realizada em novembro de 2021. Para a construção desta revisão primeiramente formulou-se a questão de pesquisa, na qual se utilizou a estratégia PICO (Participante, fenômeno de pesquisa e contexto) (LOCKWOOD et al., 2020). Assim, foi elaborada a seguinte questão norteadora: Como está sendo a abordagem sobre a temática violência contra a mulher/violência doméstica durante a graduação dos cursos de enfermagem? Dessa forma, na estratégia PICO, o primeiro elemento (P) consiste nos estudantes de enfermagem; o segundo elemento (I) a abordagem sobre violência contra a mulher/violência doméstica contra a mulher durante a graduação; e o terceiro elemento (Co) universidades.

Em seguida foi realizada a busca on-line dos estudos nos portais da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) com descritores pertencentes ao DeCS: “Violência contra a mulher”, “Estudantes de enfermagem”, “Educação em enfermagem” e Universidades; e no portal da *National Center for Biotechnology Information da National Library of Medicine* (PubMed) com descritores pertencentes ao MeSH: Violence, “Domestic violence”, “Education, Nursing” e seus sinônimos e “Students, Nursing”. Utilizaram-se operadores *booleanos* AND e OR.

Como critérios de inclusão selecionaram-se estudos que foram publicados na modalidade artigo científico entre os anos de 2011 e 2021, nos idiomas português, inglês e espanhol e que abordassem o objetivo do estudo. Os critérios de exclusão adotados foram: artigos duplicados e outros tipos de documentos.

Inicialmente foram apresentados 263 artigos nas bases de dados selecionadas para este estudo. Após a utilização dos filtros esse número foi reduzido para 150 artigos. Em seguida foi realizada a leitura dos títulos e selecionados 29 artigos para a leitura dos resumos, destes, apenas 13 artigos se referiam ao conteúdo da VDCM durante a graduação em universidades e tiveram seus resultados lidos na íntegra. Por fim, apenas seis artigos responderam a questão de pesquisa, os quais foram selecionados para compor esta revisão e na análise buscou-se encontrar a abordagem comum aos mesmos.

Resultados e Discussão

Nesta pesquisa foram analisados seis artigos que discutem sobre a abordagem da violência contra a mulher em cursos de graduação em enfermagem. Os artigos selecionados foram publicados entre os anos de 2013 e 2021.

Em sua maioria os estudos constataram que a violência contra a mulher tem sido pouco abordada durante o período de formação de enfermeiras(os). Análise documental de cursos de enfermagem identificou que poucas Universidades apresentam em seus componentes curriculares termos como violência por parceiro íntimo, violência doméstica, violência conjugal ou violência familiar (LOVI; HUTCHINSON; HURLEY, 2018).

Mais de 50% dos estudantes de enfermagem de Universidades australianas relataram que a VDCM não havia sido abordada em nenhum momento durante a graduação. Quando presente, a temática foi exposta em menos de três horas de aprendizado, sendo este, por meio de tutoriais ou palestras presenciais (HUTCHINSON et al., 2020). Neste sentido, é evidenciado que a abordagem da violência contra a mulher tem sido pouco explorada no período da graduação, sendo por vezes, apontada em momentos com carga horária insuficiente e que não estimulam o senso crítico dos estudantes (ROCHA et al., 2015).

Para estudantes de enfermagem em estudo realizado no Brasil, a abordagem da VDCM na formação do enfermeiro é importante e precisa ter um enfoque maior durante o curso de graduação, tendo em vista que a exposição ao tema ao ser realizada em cargas horárias insuficientes limita a exploração da problemática (ROCHA et al., 2015).

As barreiras para a inclusão da exposição sobre VDCM em universidades podem estar relacionadas a conteúdos programáticos já superlotados que não dispõem de mais carga horária para explanação do conteúdo, a falta de professores confiantes e competentes para ensinarem essa temática e a falta de suporte para a inclusão dessa abordagem nos programas universitários (LOVI; HUTCHINSON; HURLEY, 2018).

O contato com discussões sobre violência doméstica no período da graduação esteve relacionado à capacidade de estudantes reconhecerem as formas de violência, como também saberem atuar mediante algum caso de mulher em situação de violência.

Conforme estudo de Hutchinson et al. (2020), houve associação significativa entre estudantes que relataram uma melhor percepção sobre estarem bem preparados para atuar mediante algum caso de VDCM e à quantidade de conteúdo sobre a temática presente em seu programa de estudo. Estudantes que se sentem despreparados em atuar frente à mulher em situação de violência consideram que a abordagem nos programas de enfermagem tem sido inadequada.

Identificar e conduzir casos de VDCM tem sido relatado como as principais dificuldades de estudantes, considerando o pouco treinamento que recebem (ROCHA et al., 2019). Portanto, a inserção de debates sobre violência contra a mulher na graduação pode contribuir para que as futuras enfermeiras compreendam a associação entre a exposição à violência e problemas de saúde acarretados na vida da mulher e sejam capazes de avaliar a situação e responder adequadamente no ambiente clínico (DORAN; HUTCHINSON, 2017).

Conclusão

Os resultados desta pesquisa demonstraram que a VDCM ainda é pouco abordada durante o período de formação de enfermeiras(os). Quando presente nos componentes curriculares, a temática é discutida em cargas horárias insuficientes para proporcionar o pensamento crítico e melhor preparar os estudantes de enfermagem para a prática profissional e enfrentamento da violência. Torna-se necessário que ocorram mudanças nos conteúdos programáticos para que a inserção de debates sobre VDCM sejam cada vez mais frequentes.

Descritores: Estudantes de enfermagem. Violência contra a mulher. Violência doméstica. Universidades.

Eixo Temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.** Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011.

DORAN, F.; HUTCHINSON, M. Student nurses' knowledge and attitudes towards domestic violence: results of survey highlight need for continued attention to undergraduate curriculum. **Journal of Clinical Nursing**, Oxford, v. 15-16, n. 16, p. 2286-2296, aug. 2017.

HUTCHINSON, M. *et al.* A cross-sectional study of domestic violence instruction in nursing and midwifery programs: Out of step with community and student expectations. **Nurse Education Today**, Edinburgh, v. 84, e104209, p. 1-8, jan. 2020.

LOCKWOOD, C. *et al.* **JBI Manual for Evidence Synthesis**. Chapter 2: Systematic reviews of qualitative evidence. 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em: 01 dez. 2021.

LOCI, R.; HUTCHINSON, M.; HURLEY, J. Inclusion of intimate partner violence-related content within undergraduate health care professional curriculum: mixed methods study of academics' attitudes and beliefs. **Contemporary Nurse**, New South Wales, v. 54, n. 6, p. 592-602, dec. 2018.

MAGALHÃES, B. C. *et al.* How is Violence Themed in Nursing Education? Curricular Components in Northeastern Brazil. **Journal of Interpersonal Violence**, New York, v. 1, n. 26, p. 1-26, jun. 2021.

ROCHA, B. D. *et al.* Violence against women: perceptions of nursing students' about the focus on the formation. **Investigación y Educación en Enfermería**, Medellín, v. 33, n. 2, jun. 2015.

SILVA, A.V. *et al.* Conhecimento de acadêmicos de enfermagem acerca da violência contra a mulher. **Revista Nursing**, São Paulo, v. 22, n. 252, p. 2926-2931, maio. 2019.

SIMÕES, A. V. *et al.* Identificação e conduta da violência doméstica contra a mulher sob a ótica dos estudantes universitários. **Enfermería Actual en Costa Rica**, San José, n. 37, p. 1-15, jul./dez. 2019.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

PERCEPÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SOBRE O CONVÍVIO COM O AGRESSOR DURANTE A PANDEMIA

Mirella Moraes Oliveira¹, Maria Lúcia Raimondo².

Introdução

De acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher trata de qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006).

A violência contra as mulheres acompanha a história da humanidade e se faz presente nas sociedades contemporâneas ganhando características de um agravo crônico. Porém, de acordo com Ibrahim e Borges (2021), algumas situações sociais tendem a favorecer a prática da violência, especialmente aquela que ocorre na intimidade dos lares. Neste sentido, a pandemia também deu causa ao aumento da violência doméstica e familiar sofrida por mulheres e crianças que, diante da necessidade de isolamento em seus lares, passaram a conviver dia e noite com seus agressores.

O distanciamento social, devido à pandemia da COVID-19, tem repercutido negativamente sobre a vida das mulheres, o que se expressa por meio dos crescentes índices de violência conjugal. Contextualizando a pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2), causador da COVID-19, este se tornou um desafio global para a saúde pública após rápida disseminação por todo o mundo, depois do primeiro caso oficial notificado em Wuhan, na China (LANA, 2020).

Diante da pandemia da COVID-19, fez-se necessário adotar medidas que visam diminuir a contaminação, como o isolamento social. Este contexto, em que o ambiente doméstico se tornou o lugar mais seguro para conter a transmissibilidade da COVID-19, vem trazendo desdobramentos em todas as esferas da sociedade, inclusive para muitas mulheres, visto que é justamente no espaço privado onde são vítimas de violência doméstica, de modo que ficar em casa não é sinônimo de proteção (PETERMAN et al., 2020).

Frente a esse aumento da violência, sobretudo, aquela que ocorre no isolamento ou distanciamento social em face a pandemia da COVID-19, faz-se necessário questionar o que significou para as mulheres ter que manter convívio constante com o seu agressor?

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, Campus Cedeteg. Iniciação científica voluntária/UNICENTRO. E-mail: mirellamoraes256@gmail.com.

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UNICENTRO.

Objetivo

Aprender o significado de conviver com o agressor em tempos de isolamento social, por mulheres vítimas de violência doméstica.

Métodos

Pesquisa qualitativa descritiva, alicerçada na Teoria das Representações Sociais, realizada no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, de Guarapuava, PR, com seis mulheres maiores de 18 anos, que compareceram junto ao CRAM para atendimento em razão de terem sofrido violência doméstica e conviverem com o agressor durante o período de isolamento social. A coleta de dados ocorreu no período de agosto e setembro de 2021, no próprio CRAM, por meio de um instrumento estruturado para traçar o perfil e de uma entrevista aberta gravada para apreender as representações. A análise estatística foi desenvolvida baseando-se em frequências absolutas e relativas, com auxílio do software Epi-info. Os dados qualitativos oriundos das entrevistas foram gravados e transcritos para um documento no bloco de notas, formatados de acordo com o preconizado para o programa de análise, compondo um corpus que foi analisado com auxílio do programa Iramuteq - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNICENTRO, sob o parecer número: 4.533.777 de dezembro de 2020.

Resultados e Discussão

As participantes da pesquisa eram, em sua maioria, mulheres jovens na faixa etária de 20 a 39 anos. três se identificaram como pardas, duas brancas e uma negra. Três eram solteiras, duas eram casadas e uma divorciada. Cinco tinham ensino médio completo e uma tinha ensino fundamental. Duas eram comerciárias e duas tinham emprego informal. Todas tinham filhos, sendo que cinco tinham de 1 a 2 e uma tinha de 3 a 4 filhos. Sobre o tipo de violência sofrida, destacou-se a psicológica e moral, sendo essas vividas por todas as participantes.

Os autores da violência foram o ex-marido/companheiro ou o marido/companheiro. O tempo de convivência com as agressões foi de 1 a 5 anos. O motivo para cometer a violência foram ciúmes e não aceitar a separação. Cinco autores da violência possuíam trabalho formal. Quatro faziam uso de bebida alcoólica, sendo que três encontravam-se embriagados no ato da violência. Todas as participantes conviveram em isolamento social com o agressor durante o período da pandemia da COVID-19, e sofreram episódios repetidos de violência durante esse período.

Importante se faz destacar que a violência sempre existiu em nossa sociedade e faz parte do cotidiano de muitas mulheres. Porém, com a chegada da pandemia e a necessidade sanitária da manutenção do distanciamento social como medida de controle da propagação do vírus, muitas mulheres foram submetidas ao convívio direto e constante do agressor dentro dos lares, e aquelas situações de violência que já ocorriam antes tornaram-se mais propensas a ocorrer.

Em face ao exposto, a seguir serão evidenciadas as Representações Sociais das mulheres vítimas de violência sobre a convivência com o agressor em tempos de pandemia e isolamento social.

O *corpus* de análise foi composto por 06 Unidades de Contexto Inicial (UCIs), oriundas das entrevistas, totalizando 1.401 palavras, com um aproveitamento do *corpus de* 85.71%. O núcleo central das Representações Sociais das mulheres vítimas de violência foi representado pela palavra não. Deste núcleo, ramificaram-se quatro grandes eixos descendentes

representados pelas palavras: *Pandemia, casa, medo, filho*, as quais compuseram as categorias: *Conviver sem liberdade; Viver com medo; Submissão ao outro como proteção aos filhos*.

O convívio com o agressor durante a pandemia foi representado por privação de liberdade em razão do cárcere privado e psicológico a que foram submetidas. Muitas tiveram as portas e janelas trancadas pelo agressor, não tendo como sair nem para efetuar a denúncia. Outras foram intimidadas e ameaçadas e por medo, mesmo com as portas abertas, permaneceram trancadas em casa.

O isolamento social demandado pela pandemia da COVID-19 pode apresentar segurança para a saúde das pessoas, porém, para as mulheres vítimas de violência permanecer trancada em casa é motivo de insegurança, medo e dor (BARBOSA et al., 2020). O medo esteve presente nas representações das mulheres que conviveram com os agressores durante a pandemia.

Para as mulheres vítimas de violência, permanecer em casa nos tempos de pandemia pode favorecer ou intensificar o terrorismo íntimo praticado pelos agressores, acirrando medos já existentes, agravando ansiedades e inseguranças (ROSSO et al., 2020).

Com as aulas presenciais suspensas em razão da pandemia, os filhos permaneceram em casa e expostos as mesmas situações de violência doméstica. Nos depoimentos foi possível perceber filhos eram espectadores de todas as formas de violência sofridas pelas mães. Pelos filhos, as mulheres se calaram diante dos conflitos que poderiam resultar em alguma violência e encontraram formas de protegê-los para não presenciarem ou conviverem com a violência que elas sofriam.

Conclusão

Esta pesquisa teve o objetivo de apreender as Representações Sociais de mulheres que conviveram com o companheiro agressor durante a pandemia. Todas as participantes da pesquisa conviveram com o companheiro e relataram ter sofrido episódios repetidos de violência durante esse tempo e as violências mais sofridas foram a psicológica e moral.

Conviver com o agressor foi representada por privação de liberdade imposta pelo cárcere privado e psicológico com portas e janelas trancadas e ameaças e intimidades que impediram o movimento livre das participantes. Conviver com o agressor representou permanecer constantemente com medo, especialmente o medo da morte diante das constantes ameaças de morte recebidas. Permanecer com os filhos também isolados no ambiente de violência representou ter se calar diante das situações conflituosas e encontrar subterfúgios para evitar que os filhos presenciassem ou também fossem atingidos pela violência dirigida a elas.

Diante dos resultados encontrados e das evidências científicas de que o lar não é um ambiente seguro para as mulheres, haja vista que é neste espaço onde mais sofrem violência. Assim, é necessário que a rede de enfrentamento a violência atente para as necessidades das mulheres que tiveram que permanecer em casa durante a pandemia, bem como adotar medidas que possibilitem a denúncia, a assistência às vítimas e a prevenção da violência.

Descritores: Violência contra a mulher, Violência de gênero, Pandemia.

Eixo temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências

BARBOSA, J. P. M. *et al.* Interseccionalidade e Outros Olhares Sobre A Violência Contra Mulheres em Tempos de Pandemia pela Covid-19. **SciELO Preprints**, Espírito Santo, 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Brasília, 2006

IBRHAIN, F. I. D.; BORGES, A. T. Violência doméstica em tempos de confinamento obrigatório: a epidemia dentro da pandemia. **Jus. Com.br**, 2020.

LANA, R. *et al.* **Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva**, Scielo Brazil, março de 2020.

PETERMAN, A. *et al.* Pandemics and Violence Against Women and Children. **Center For Global Development**. Working Paper 528, April, 2020

ROSSO, A. *et al.* “Fique Em Casa”: violência e terrorismo íntimo contra as mulheres em tempos de covid-19. **Inter-Legere**. v. 3, n. 28, 2020.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM TEMPOS DE TEMPOS DE PANDEMIA EM GUARAPUAVA, PARANÁ

Eduarda Navroski Losso¹, Maria Lucia Raimondo².

Introdução

A violência doméstica e familiar contra a mulher configura-se como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial ocorrida no âmbito da unidade doméstica, família e em qualquer relação íntima de afeto (BRASIL, 2006). É um fenômeno complexo e multifatorial com raízes pautadas nas relações de gênero socialmente estabelecidas. Relaciona-se à condição hierárquica de poder que estimula a desigualdade entre homens e mulher, naturalizada historicamente em nossa sociedade (HOLANDA et al., 2018). Nessa perspectiva, ela se revela como um problema social que cotidianamente afeta milhares de mulheres de todas as idades, classes sociais, regiões, grupos étnico-raciais, graus de escolaridade, orientação sexual e religião (CORTES, 2012).

Homens e mulheres são atingidos pela violência de maneira diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência, predominantemente, praticada em espaços públicos, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, tendo seus companheiros e familiares como os principais agressores (BRASIL, 2011). Sua presença é percebida de diferentes formas considerando-se os contextos sociais, econômicos e culturais, nos quais as mulheres estão inseridas. Assim, sabe-se que em tempos de pandemia pelo novo coronavírus, medidas como a de isolamento social foram adotadas para tentar frear o avanço da contaminação e, com isso, muitas famílias foram obrigadas a mudar a rotina e conviver por mais tempo na residência. Com isso muitas mulheres se viram dentro de uma situação onde estavam “presas” com seus companheiros agressores, estando ainda mais expostas a violência (BARBOSA, et al., 2020).

¹Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), Campus CEDETEG. E-mail: duda_navroski@hotmail.com

²Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UNICENTRO.

Apesar das evidências de que a VCM aumentou durante o isolamento social serem ainda iniciais, esta realidade vem sendo intensamente mencionada pelas mídias e muitas organizações internacionais já divulgaram que os números são crescentes no contexto da pandemia (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020). Neste sentido, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), houve um aumento de 22,2% no número de feminicídios em comparação com o ano de 2019 entre os meses de abril e março. Evidencia-se também um crescente de 27% em relação às denúncias feitas através do ligue-180, canal onde as mulheres podem realizar denúncias de violência doméstica (BRASIL, 2020). Diante disso questiona-se, qual é o perfil da violência contra a mulher em situação de isolamento social no período de pandemia pela COVID-19 em Guarapuava, Paraná?

Objetivo

Analisar o perfil do atendimento de casos de violência doméstica contra a mulher realizado pelo Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), de Guarapuava, durante o período de isolamento social.

Métodos

Trata-se de pesquisa quantitativa, realizada no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CRAM, de Guarapuava, PR, com base em prontuários de 526 mulheres. A coleta de dados foi realizada no período de julho a agosto de 2021, com auxílio de um instrumento estruturado elaborado pelas pesquisadoras, considerando-se as variáveis disponíveis para consulta. Foi realizada uma busca junto a planilha de dados dos prontuários das mulheres vítimas de violência atendidas no CRAM no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2020. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel 2010, formando um banco de dados. A análise estatística foi desenvolvida baseando-se em frequências absolutas e relativas, com auxílio do software Epi-info. Foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNICENTRO sob o parecer número: 4.533.777 de dezembro de 2020.

Resultados e Discussão

Ao analisar o perfil das 526 mulheres vítimas de violência atendidas no CRAM, identificou-se que as adultas jovens foram mais presentes, sendo que 27,19% encontravam-se na faixa etária de 18 a 29 anos e 24,33% entre 30 a 39 anos. No que se refere à cor, a branca foi mais presente, com 39,35%. Em relação ao estado civil, 35,36% encontravam-se solteiras no ato do atendimento e 76,42% tinham entre 1 a 4 filhos. A análise da escolaridade das participantes revelou o maior percentual delas tinha o ensino fundamental, já o menor percentual da escolaridade, foi 1,33%, das mulheres que possuíam pós-graduação. Em relação à renda, 42,78% não possuíam alguma renda própria, porém, 60,08% eram do lar e dependiam da renda do cônjuge. A maior parte das mulheres (65,59%) chegaram ao CRAM através da busca ativa.

As mulheres sofreram todos os tipos de violência, tanto de forma isolada ou combinada. De forma isolada, a violência mais evidenciada foi a psicológica com 19,77% dos casos, seguida por violência física 13,69%. Já em relação a violência concomitante, a física e a psicológica foram as mais citadas, com 15,78%. Sobre os tipos de violência, o estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública revelou que a violência verbal, em forma de insultos e

xingamentos foi a mais cometidas (21,8%) (BRASIL, 2019). Em relação ao local da ocorrência, 93,16% das violências ocorreram na residência da vítima, número maior do que durante a pandemia pelo covid-19 houve 48,8% de casos de violência dentro da residência (BRASIL, 2021).

Quanto ao autor da violência, em 97% dos casos a violência foi praticada por uma pessoa conhecida, sendo o cônjuge ou ex-cônjuge o principal agressor (79,26%). Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 72,8% dos casos de violência contra a mulher são praticados por uma pessoa conhecida (BRASIL, 2021). Segundo o Mapa da Violência contra a mulher, os principais autores da violência são os atuais companheiros ou ex-companheiros, correspondendo a 58% dos casos (BRASIL, 2018).

Entre as participantes, 64,07% registraram um Boletim de Ocorrência contra seu agressor e 24,90% delas tinham medida protetiva. Em relação à avaliação da gravidade da violência, o questionário FRIDA foi aplicado nos casos mais graves, totalizando 16,34% dos casos, dentre as quais 8,17% das mulheres apresentaram risco elevado de violência. 56,84% das mulheres não necessitou de encaminhamentos para outros serviços da rede, 8,75% foram encaminhadas para a Delegacia da Mulher, 7,41% para o CRAS/CREAS e 6,84% para o NUMAPE, destaca-se que apenas 1,33% foram encaminhadas aos serviços de saúde.

A Política Nacional de Enfrentamento da violência contra a mulher preconiza que o atendimento às mulheres vítimas seja planejado de forma articulada entre serviços governamentais e não-governamentais para otimizar a qualidade do atendimento e o enfrentamento à violência (BRASIL, 2011).

Considerações Finais

Durante a pandemia da COVID-19 houve um aumento perceptível de casos de violência contra a mulher, tanto no âmbito doméstico como em outros espaços frequentados por pelas mulheres. Durante o ano de 2020 foram atendidas pelo CRAM 526 mulheres, número maior do que o registrado em 2018 quando foram atendidas 329 mulheres.

O perfil das mulheres vítimas de violência atendidas pelo CRAM durante o primeiro ano da pandemia não difere do perfil encontrado em outros estudos anteriores à pandemia. Em relação a proteção das mulheres, percebe-se um grande número de boletins de ocorrência realizados, mas em contrapartida uma diminuição nas medidas protetivas concedidas, observou-se também que a maior parte das mulheres que necessitaram de proteção em casa abrigo recusaram a mesma.

A pandemia não trouxe à tona um novo fenômeno, mas sim, apenas exacerbou a violência contra as mulheres já presente em nossa sociedade. Assim, o Estado deve adotar medidas duradouras de enfrentamento, que vão além da pandemia. Os serviços, dentre eles os de saúde, devem identificar as mulheres vítimas de violência adotando medidas para sua prevenção e melhoria da qualidade de vida e saúde das mulheres.

Descritores: Violência, Violência contra a mulher, Pandemia.

Eixo Temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência

Referências

BARBOSA, J. P. M. *et al.* Interseccionalidade e Outros Olhares Sobre A Violência Contra Mulheres Em Tempos De Pandemia Pela Covid-19. **SciELO Preprints**. Espírito Santo, 2020.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Institui o Código Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 2006, p. 1-11, 7 ago. 2006.

BRASIL. **Mapa da violência contra a mulher 2018**. Brasília. DF, 2018.

BRASIL. **Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19**. *In*. Fórum de Segurança Pública. ed. 2, p. 2, 2020.

BRASIL. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília, 2011.

BRASIL. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. *In*: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2. ed. 2019.

BRASIL. **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 3. ed. 2021.

HOLANDA, E. R. *et al.* Fatores associados à violência contra as mulheres na atenção primária de saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 1. 2018.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. The increase in domestic violence during the social isolation: what does it reveals. **Rev Bras Epidemiol.**, 2020.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

REPERCUSSÕES DO DISTANCIAMENTO SOCIAL NA PANDEMIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: REVISÃO INTEGRATIVA

Jéssica dos Santos Simões¹, Renara Meira Gomes², Amanda de Alencar Pereira Gomes²,
Vanda Palmarella Rodrigues³.

Introdução

A violência doméstica contra a mulher (VDCM) é considerada um grave problema de saúde pública que está presente no cenário nacional e internacional. Este fenômeno provém das desigualdades de gênero, classe social e racial que são oriundas das relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres na sociedade machista e patriarcal (BARBOSA et al., 2021). Com o início da pandemia da COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, foram implementadas medidas de distanciamento social com o objetivo de conter o novo coronavírus e reduzir a transmissão da doença.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), após a implementação das medidas de controle da COVID-19, observou-se um aumento de 37,6% no número de registros de VDCM pelo Ligue-180, verificou-se ainda que a taxa de feminicídio cresceu 22,2% entre os meses de março e abril de 2020 nos estados brasileiros que aderiram às medidas de distanciamento social.

O crescimento da incidência da VDCM não ocorreu apenas no Brasil, notícias veiculadas e relatórios internacionais apontaram para o aumento de casos de violência doméstica na França, Estados Unidos, China e Itália após a implementação do distanciamento social nestes países (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020).

¹Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES- UESB). Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO), Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: jessica-b7@hotmail.com

²Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES- UESB). Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO), Jequié, Bahia, Brasil.

³Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGES da UESB. Líder do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

Objetivo

Analisar as repercussões do distanciamento social imposto pela pandemia da COVID-19 à mulher em situação de violência doméstica.

Métodos

Trata-se de um estudo de revisão integrativa de literatura de abordagem qualitativa, baseada em artigos científicos. A busca dos artigos ocorreu através da estratégia PICO, método que auxilia na construção de uma questão norteadora clara e significativa para auxiliar na pesquisa de evidências científicas, considerando o Participante/População, fenômenos de Interesse e o Contexto (LOCKWOOD et al., 2020).

Dessa forma, o primeiro elemento da estratégia, a População (P) consiste na mulher em situação de violência doméstica, o fenômeno de interesse (I) são as repercussões do distanciamento social; e o terceiro elemento (Co), a pandemia da COVID-19. Após a utilização da estratégia, elaborou-se a seguinte questão norteadora: quais as evidências científicas acerca das repercussões decorrentes do distanciamento social para a mulher em situação de violência doméstica durante a pandemia da COVID-19?

A seleção dos estudos ocorreu no mês de novembro de 2021, através da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), do Portal de Periódicos Scientific Electronic Library Online (SciELO) e do portal da National Center for Biotechnology Information da National Library of Medicine (PubMed).

Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Violência contra a Mulher”, “Violência doméstica”, “COVID-19”, “Pandemias”, “Distanciamento físico” e “Isolamento Social”, bem como seus respectivos sinônimos, com os operadores booleanos OR e AND. Aplicou-se para a busca na PubMed os MESH Terms: “Domestic Violence”, “COVID-19”, “Pandemics”, “Physical Distancing” and “Social Isolation”.

Como critérios de inclusão foram selecionados artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol; publicados em 2021 disponíveis gratuitamente, na íntegra e que abordavam o objetivo do estudo. Os critérios de exclusão adotados foram: artigos repetidos, artigos de pré-impressão, além de outros tipos de documentos. Inicialmente foram apresentados 41.118 documentos nas bases de dados selecionadas para este estudo.

Após serem aplicados os critérios de inclusão e exclusão, esse número foi reduzido para 100 artigos. Em seguida foi realizada a leitura dos títulos e selecionados 20 artigos para leitura dos resumos, destes, apenas 15 artigos se referiam ao conteúdo da violência doméstica ocorrida durante a pandemia da COVID-19 e tiveram seus resultados lidos na íntegra. Por fim, apenas seis artigos responderam à questão de pesquisa, os quais foram selecionados para compor esta revisão.

Resultados e Discussão

Para esta pesquisa foram analisados seis artigos que apresentaram resultados demonstrando as repercussões das medidas de distanciamento social ocasionado pela pandemia da COVID-19 à mulher em situação de violência doméstica em diferentes países. Os artigos selecionados foram publicados entre os meses de fevereiro e outubro de 2021, sendo um realizado no Iraque, um na Itália e quatro no Brasil.

Os artigos escolhidos evidenciaram o aumento da VDCM após a implementação das medidas para conter a pandemia. As repercussões do distanciamento social na violência doméstica chamaram a atenção da mídia e dos órgãos de proteção e enfrentamento da violência, uma vez que a convivência em tempo integral com o seu agressor intensificava a

chance de vir a sofrer violência doméstica (FORNARI et al., 2021a; MAHMOOD et al., 2021; ODORCIK et al., 2021).

Em situações de pandemias, a vulnerabilidade da mulher aumenta significativamente em virtude do acesso limitado aos serviços de assistência e proteção, com isso, o distanciamento social tem contribuído para exacerbar ainda mais as situações de violência doméstica, ademais, a pandemia tem contribuído para a dependência financeira das mulheres em relação aos parceiros, fato que tem agravado os conflitos intrafamiliares (PARISI et al., 2021; REIGADA; SMIDERLE, 2021; FORNARI et al., 2021b).

Na Itália, um estudo realizado com 300 mulheres evidenciou que problemas familiares anteriores foram agravados pela pandemia da COVID-19 (PARISI et al., 2021). Estudos realizados no Brasil reafirmaram que conflitos domésticos existentes se intensificaram após o período pandêmico (FORNARI et al., 2021a; FORNARI et al., 2021b).

Os estudos evidenciaram que a violência doméstica ocorrida neste período foi cometida pelo parceiro íntimo, ademais, destaca que a violência psicológica foi predominante (MAHMOOD et al., 2021; PARISI et al., 2021). Contudo, superar a situação de violência doméstica com as medidas de distanciamento social implementadas torna-se ainda mais difícil, em virtude da dificuldade de encontrar ajuda para superar a violência decorrente da redução do contato com a sua rede de apoio associado ao medo da violência atingir os filhos e a dificuldade de acesso aos serviços assistenciais (FORNARI et al., 2021a; FORNARI et al., 2021b; ODORCIK et al., 2021).

Além disso, as medidas de distanciamento social têm contribuído para o crescimento da crise econômica e o desemprego, associados ao medo de adoecer e o estresse resultante da quarentena domiciliar obrigatória interferem nas relações interpessoais que intensificam os desgastes familiares (MAHMOOD et al., 2021; FORNARI et al., 2021b).

Frente à gravidade da pandemia causada pela COVID-19, reafirma-se a relevância das medidas de distanciamento social para o controle da doença, no entanto, destaca-se a necessidade de se estabelecer medidas para o enfrentamento da violência, bem como, a formulação e implementação de políticas públicas em virtude da magnitude e gravidade da VDCM no cenário nacional e internacional.

Conclusões

Os resultados evidenciaram o crescimento da violência doméstica contra a mulher após a implementação das medidas de distanciamento social no cenário nacional e internacional, além disso, neste mesmo período, foi observado o aumento das situações estressoras e conflitos familiares nos domicílios por conta da pandemia da COVID-19.

Conclui-se que o distanciamento social, uma das formas de enfrentamento da pandemia, colabora para conter e diminuir a transmissão da doença, porém contribui para o crescimento da violência doméstica vivenciada por muitas mulheres. Sendo imprescindível a elaboração e revisão de políticas públicas voltada às mulheres, com o objetivo de sensibilizar a sociedade para o cenário sanitário atual.

Descritores: COVID-19. Isolamento Social. Pandemias. Violência contra a mulher. Violência doméstica.

Eixo Temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências

BARBOSA, J.P.M. *et al.* Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de covid-19: diálogos e possibilidades. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.30, n.2, p. 1-13, abr./jun. 2021

FORNARI, L.F. *et al.* Violência doméstica contra a mulher na pandemia: estratégias de enfrentamento divulgadas pelas mídias digitais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 74, n. suppl.1, p. 1-9, 2021a.

FORNARI, L.F. *et al.* Violência contra a mulher no início da pandemia da COVID-19: o discurso das mídias digitais. **Revista Mineira de Enfermagem– REME**, Belo Horizonte, v. 25, n.1, jan./dez. 2021b.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 – ed. 2.** 29 de maio 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

MAHMOOD, K.I. *et al.* The Impact of COVID-19 Related Lockdown on the Prevalence of Spousal Violence Against Women in Kurdistan Region of Iraq. **Journal of Interpersonal Violence**, Erbil, n. 1. v. 25, p. 1-25, fev. 2021.

LOCKWOOD, C. *et al.* Revisões sistemáticas de evidências qualitativas. *In*: AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (Editores). **JBIManual for Evidence Synthesis**. JBI, 2020.

PARISI, R. *et al.* Women Face to Fear and Safety Devices During the COVID-19 Pandemic in Italy: Impact of Physical Distancing on Individual Responsibility, Intimate, and Social Relationship. **Front Public Health**, Switzerland, v. 9, p. 1-12, mar. 2021.

ODORCIK, B. *et al.* Violência doméstica à mulher: percepção e abordagem profissional na atenção básica na pandemia de Covid-19. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Chapecó, v. 11, n. 1, p. 1-19, jan./dez. 2021.

REIGADA, C.L.L.; SMIDERLE, C.A.S.L. Atenção à saúde da mulher durante a pandemia COVID-19: orientações para o trabalho na APS. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 43, p. 1-8, jan./dez. 2021.

VIEIRA, P.R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E.L.N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, p.1-5, jan./dez. 2020.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS QUE VIVENCIARAM VIOLÊNCIA NO NAMORO: REVISÃO INTEGRATIVA

Sara de Jesus Santos¹, Maryvânsley Nunes de Sá Reis², Júlia Maria Nascimento Penha³,
Juliana Costa Machado⁴, Aline Vieira Simões⁵.

Introdução

Ao decorrer da adolescência e juventude, fases estas que antecedem a vida adulta, são períodos marcados por grandes transformações não apenas físicas, mas também fisiológicas, hormonais e psicológicas. Além disto, no âmbito social, nota-se a manifestação das desigualdades de gênero. São nesses períodos, que se iniciam e intensificam ainda mais as relações e os convívios sociais, quando muitos adolescentes e jovens começam a se relacionar afetivamente, dando início às relações de namoro, que se configuram como uma construção social, precedente à prática do casamento (GONZÁLEZ-ORTEGA; ECHEBURÚA; CORRAL, 2008; VENTURA, 2014).

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Jequié/BA. Bolsista de Iniciação Científica da UESB. Membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO). E-mail: sr_sr2@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem pela UESB, Campus Jequié/BA. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

³ Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Discente voluntária de Iniciação Científica da UESB. Membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

⁴ Enfermeira. Doutora em Ciências da saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Líder e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

⁵ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

Nesse período de construções sociais, estabelecimento de relações íntimas afetivas, têm-se observado um fenômeno pouco discutido, mas ocorre há muitos anos, que é a violência no namoro. O enfoque maior das pesquisas sempre esteve pautado nas relações conjugais, invisibilizando e negligenciando no que concerne aos outros tipos de relações, sendo que este tipo de violência constitui uma situação abrangente e preocupante, com consequências que afetam a saúde, podendo tornar-se preditor de outros tipos de violências (GONZÁLEZ-ORTEGA; ECHEBURÚA; CORRAL, 2008; VENTURA, 2014).

A violência no namoro, configura-se como sendo, ações violentas ou de ameaças, que vão ocorrendo de formas lenta e gradual nos relacionamentos. Em muitos casos, as mulheres acreditam estar vivenciando situações únicas e passageiras, não atentando-se para a gravidade do problema, aumentando o risco de se estabelecer uma relação abusiva duradoura. A violência no namoro se expressa por meio das formas físicas, psicológicas, sexuais, podendo até mesmo desencadear no assassinato. Apesar de o fato de tais atos poderem ser cometidos por casais homo ou heterossexuais, os alvos mais frequentes são as mulheres (GONZÁLEZ-ORTEGA, ECHEBURÚA; CORRAL, 2008; VENTURA, 2014).

Objetivo

Identificar os impactos na saúde mental de jovens universitários que vivenciaram violência no namoro.

Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, desenvolvido entre novembro e dezembro de 2021, tendo como questão norteadora “Quais os impactos na saúde mental de jovens universitários que vivenciaram violência no namoro?”. Foram realizadas buscas na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), utilizando-se os Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): “violência por parceiro íntimo” e “universidade”, relacionados entre si por intermédio do *operador booleano* AND, obtendo um quantitativo inicial de 127 estudos.

Ao aplicar-se os critérios de inclusão para os textos completos, publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, no recorte temporal de 2015 a 2021, obteve-se um quantitativo de 105 estudos. Dentre esses, foram selecionados 33 estudos por intermédio dos títulos e leitura dos resumos, dos quais, com aplicação dos critérios de exclusão, foram eliminados os que abordavam sobre outros tipos de relacionamento, a violência entre outros públicos-alvo, publicações sobre programas de intervenção, os duplicados e os demais que não se enquadravam ao objetivo proposto por esse estudo. Desse modo, foram selecionados seis estudos para compor a presente revisão.

Resultados e Discussão

Apesar de tratar-se de um problema de saúde pública, é possível perceber que ainda há poucas publicações sobre a relação entre violência por parceiro íntimo no namoro de jovens universitários e a saúde mental. Entretanto, os estudos encontrados revelaram dados importantíssimos que demonstraram os impactos negativos da violência no namoro.

A perpetuação de diferentes formas de violência no namoro resultará em diversas consequências que não são apenas físicas, mas que também afetam diretamente a saúde mental. Entre as agressões praticadas, os estudos apontaram que os atos de violência sexual, psicológica e física foram as agressões que resultaram em maior agravo à saúde mental, tanto no âmbito universitário quanto fora. Destaca-se que as mulheres foram os alvos majoritários dessa violência (BANYARD et al., 2017; WOOD; SCHRAG; BUSCH-ARMENDARIZ, 2018; VOTH SCHRAG; EDMOND, 2018; BENNETT et al., 2021). Ademais, as minorias

sexuais, como lésbicas, gays e bissexuais, também foram destacadas como potenciais vítimas dessas violências (BREWER; THOMAS; HIGDON, 2010).

Dentre os agravos detectados nos estudos que analisaram os jovens universitários, os mais recorrentes foram: a depressão, transtorno de estresse pós-traumático e ansiedade. Associado a essas condições tem-se o aumento do nível de angústia, potenciais chances para o abuso de substâncias, desligamento da universidade, falta de compromisso, desinteresse e baixo rendimento acadêmico, comportamentos de introspecção, desengajamento e insatisfação (BANYARD et al., 2017; WOOD; SCHRAG; BUSCH-ARMENDARIZ, 2018; VOTH SCHRAG; EDMOND, 2018).

Além dessas condições vistas como potenciais impactos negativos na qualidade de vida dos jovens universitários, um estudo apontou uma problemática gravíssima evidenciada na violência no namoro, no que diz respeito à ideação suicida, que se apresenta com uma taxa mais elevada quando comparada a pessoas que não vivenciam a violência no namoro. Como nos demais estudos, destacou-se a presença frequente dos sintomas depressivos, associado também ao aumento no uso de drogas (WOLFORD-CLEVENGER et al., 2015).

Tais dados complementaram um estudo recente, que demonstra as repercussões na saúde mental dos jovens universitários que vivenciam a violência no namoro, principalmente das mulheres, que se destacaram como potenciais alvos. Demonstraram impactos em relação às mudanças de comportamento, distúrbios emocionais, dificuldades em estabelecer outros relacionamentos íntimos e afetivos, baixo rendimento acadêmico, além de pensamentos de ideação suicida (SIMÕES, 2019).

Ressalta-se que, mesmo com o agravamento da pandemia da COVID-19, que em si já trouxe muitas implicações à saúde mental dos indivíduos devido todas as medidas restritivas que foram estabelecidas visando conter a disseminação dos vírus, como a quarentena que estabelece o isolamento social e restrição domiciliar, a ocorrência de violência no namoro não reduziu. Além dessas condições, associa-se ao fato de que as medidas de intervenção que eram estabelecidas por algumas universidades se tornaram restritas, ampliando os impactos à saúde mental desses jovens (BENNETT et al., 2021).

Conclusão

Mediante os estudos encontrados, é notório o impacto desencadeado pela violência no namoro vivenciada por jovens universitários, com destaque maior para as mulheres. Os atos violentos afetaram diretamente a qualidade de vida e interferiram nas atividades diárias das jovens, levando desde o desligamento na universidade até a ideação suicida. Tais dados demonstram a importância que a Universidade tem e evidenciam que a mesma deve atuar de forma eficaz dentro da rede de proteção e apoio às mulheres em situação de violência, em especial as praticadas contra parceiros íntimos no namoro.

Vale salientar também que mais estudos acerca da temática são necessários a serem desenvolvidos, visto que, por tratar-se de um problema de saúde pública com grande extensão, ainda há pouca notoriedade do mesmo, principalmente no que diz respeito às consequências para a saúde mental dos jovens. A divulgação de conteúdo e formulação de estratégias de ações nas universidades possibilitará melhor compreensão sobre a violência no namoro para que, posteriormente, possa contribuir para o acontecimento de mudanças relevantes, com o objetivo de desenvolver habilidades e competências individuais e coletivas no desenvolvimento de relacionamentos saudáveis.

Descritores: Juventude; Violência por parceiro íntimo; Saúde mental; Universidade.

Área temática 1: A saúde coletiva no enfrentamento a violência

Referências

- BANYARD, V. L. *et al.* Correlates of Unwanted Sexual Contact, Intercourse, Stalking, and Intimate Partner Violence: An Understudied but Important Consequence for College Students. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 35, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0886260517715022>. Acesso em: 27 nov. 2021.
- BENNETT, E. R. *et al.* Supporting survivors of campus dating and sexual violence during COVID-19: A social work perspective. **Revista: Social Work in Health Care**, v. 60, n. 1, p. 106-116, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33555991/>. Acesso em: 2 dez. 2021.
- BREWER, N.; THOMAS, K. A.; HIGDON, J. Intimate partner violence, health, sexuality, and academic performance among a national sample of undergraduates. **Journal of American College Health**, v. 66, n. 7, p. 1-10, 2010. Disponível em: [https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29565765/#:~:text=Results%3A%20Regardless%20of%20sexual%20identity,GPA%20and%20increased%20academic%20difficulties.&text=Conclusion%3A%20IPV%20poses%20a%20serious,warrant%20universal%20prevention%20and%20intervention](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29565765/#:~:text=Results%3A%20Regardless%20of%20sexual%20identity,GPA%20and%20increased%20academic%20difficulties.&text=Conclusion%3A%20IPV%20poses%20a%20serious,warrant%20universal%20prevention%20and%20intervention.). Acesso em: 2 dez. 2021.
- GONZÁLEZ-ORTEGA, I. ECHEBURÚA, E.; CORRAL, P. Variables significativas en las relaciones violentas en parejas jóvenes: una revisión. **Behavioral Psychology / Psicología Conductual**, v. 16, n. 2, p. 207-225, 2008. Disponível em: <https://www.uv.mx/cendhiu/files/2012/09/Variabespsic.manoella.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- SIMÕES, A. V. **Vulnerabilidade de jovens universitários às violências nas relações afetivas íntimas sob o olhar da enfermagem**. Tese [Doutorado em Enfermagem] – Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 1-122, 2019. Disponível em: https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/11108/1/TESE_FINAL_ALINE_VIEIRA_SIMOES.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.
- VENTURA, M. C. A. A. **Violência no Namoro: Crenças e Autoconceito nas Relações Sociais de Género. Modelo de Intervenção em Enfermagem**. Tese [Doutorado em Ciências de Enfermagem] – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Universidade do Porto. Portugal, p. 201, 2014. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/78362/2/34304.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- VOTH SCHRAG, R.J.; EDMOND, T. E. Intimate Partner Violence, Trauma, and Mental Health Need Among Female Community College Students. **Journal of American College Health**, v. 66, n. 7, p. 702-711, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29672245/>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- WOLFORD-CLEVENGER, C. *et al.* Dating Violence Victimization, Interpersonal Needs, and Suicidal Ideation Among College Students. **Crisis**, v. 37, n. 1, p. 51-58, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26620918/>. Acesso em: 28 nov. 2021.

WOOD, L.; SCHRAG, R. V.; BUSCH-ARMENDARIZ, N. Mental health and academic impacts of intimate partner violence among IHE-attending women. **Journal of American College Health**, v. 68, n. 3, p. 1-8, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30557086/> . Acesso em: 27 nov. 2021



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO E APOIO DAS ESCOLAS NOS PROBLEMAS DE SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES

Priscila Wanderley Saraiva¹, Marcela da Silva Souza².

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera adolescentes pessoas entre 10 e 19 anos de idade e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) pondera como adolescentes pessoas entre 12 e 18 anos de idade. Após a criação do ECA e dos Centros de Atenção Psicossociais Infantojuvenis (CAPSij) houve um maior interesse e pesquisas voltadas para a saúde mental Infantojuvenil (UNICEF, 2021).

Hodiernamente, muitos jovens são vítimas de violência pelos próprios pais, familiares, vizinhos, amigos da família, dentro de suas residências (MENNICKE, 2021). Listando os tipos de violência sofridas, temos: psicológica, patrimonial, sexual, o que comprovadamente origina uma aceitação do uso da violência no cotidiano dessas vítimas em todos os âmbitos e uma consequente propagação dos atos violentos em forma de repetição do que foi aprendido e naturalizado, visto que ocorrido dentro de casa, em outros colegas, inclusive na Escola (ALBINO et al., 2005).

Destarte, casos de violência contra os jovens podem acontecer também, além do ambiente familiar e residencial, na própria escola, através de outros colegas pelo que se denominou “*bullying*” que é uma agressão direcionada a uma pessoa por alguma característica física, psíquica efetuada por alguém que tenha mais poder físico ou social naquele ambiente e que utilize disso para agredir verbalmente ou fisicamente outrem (BASILE et al., 2019).

Por outro lado, identifica-se também atos de violência sexual feitos por parceiros de namoro de ambos os sexos. Diante da cada vez mais frequente identificação de tantos problemas de saúde mental nos jovens e da observação de que a escola é o meio social de convívio destes, muitas vezes o único, o escopo desse trabalho é elucidar maneiras de interligar toda uma juventude envolvida em muitos problemas de cunho social, familiar, com uma rede de apoio escolar.

Objetivo

Identificar como estão sendo desenvolvidas as práticas de saúde mental nas escolas para adolescentes nas escolas.

¹Advogada. Estudante de psicanálise do Instituto Brasileiro de Psicanálise Clínica - IBPC. E-mail: priscilawsaraiva@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Enfermagem da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Campus Canela. Bolsista CAPES. E-mail: marcelas.s@msn.com

Métodos

Realizou-se uma revisão narrativa em novembro de 2021 nos bancos de dados PubMed e Lilacs utilizando os descritores “Sex Offenses” OR “School Mental Health Services” combinados com “Mental Health Assistance” OR “Adolescent”.

Também foram utilizadas referências contidas nos artigos encontrados na busca. Foram incluídos artigos em inglês e português, indiferente do período de publicação. Os artigos foram lidos para identificar os que abordaram o tema e o propósito desta revisão.

Resultados e Discussão

A violência é um fenômeno social que ataca todas as classes da pirâmide social. Obviamente atinge de maneira mais forte, cruel e desigual a população mais pobre em destaque os jovens, que diante da precariedade das relações familiares e de trabalho, são levados a vivenciar de perto muitas formas de violência e aspectos que negligenciam os seus direitos e deveres (LOPES et al., 2008).

Sabe-se que um jovem que é vítima de qualquer tipo de violência tem a sua saúde mental minada por inúmeros fatores. Mas também existem outros aspectos que são destrutivos para a obtenção de uma mentalidade saudável e de qualidade de vida que são: falta de qualidade de vida doméstica, conflitos familiares, maior exposição ao estresse, envolvimento precoce com drogas e álcool, desemprego (HARPHAM, 2000).

Os jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade sofrem muitas situações de risco de vida e sofrimento que são caracterizados como atos violentos contra a humanidade. Ao passo que, não há um culpado pela desigualdade da sociedade, mas os pais também vítimas do contexto social, acabam por descontar suas frustrações provenientes da precariedade das condições salutaras nas drogas e bebidas alcoólicas (MILLER; JONES; MCCAULEY, 2018). Resultando, por mais das vezes, em um comportamento agressivo com os jovens gerando uma violência psicológica, física, falta de acesso aos alimentos, ou seja, fome, desnutrição, abandono, culminando em mais atos de violência em busca de suprir todas as necessidades latentes (LOPES et al., 2008).

Vale citar também dentre os tipos de violência, a sexual, que geralmente é vivenciada no seio familiar. Contudo, há de se observar que nessa listagem acima, muitos dos problemas estão envoltos numa realidade de uma classe social mais baixa e são problemas que geralmente atingem de maneira vertical jovens mais vulneráveis economicamente que por consequência necessitam de um maior amparo legal e governamental (SCAVACINI et al., 2021). Ressaltando também, a importância da participação da escola como instituição que abraça esses indivíduos e interfere no cotidiano das famílias identificando vítimas e atuando para sanar esses problemas.

Destaca-se a importância de uma estruturação desse ambiente escolar, como forma e solução dessa problemática social que os adolescentes pobres se encontram, com o auxílio de profissionais além dos professores, tais como psicólogos, com atendimento e sessões marcadas, assistentes sociais agindo junto ao Conselho Tutelar (OLIVEIRA et al., 2022).

Por assim ser, resta evidenciado que ainda não foi implementado pelos governantes e órgãos públicos um cuidado verdadeiro, humanizado e individualizado diante dos inúmeros casos que comprovam a crise na saúde mental de jovens e a busca de cuidados não atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (MILIAUSKAS; FAUS, 2020).

Conclusões

Fato é que, na realidade, diante de todos fenômenos sociais provenientes da exclusão desses indivíduos, tem sido feito muito pouco e tem tido muita omissão, falta de engajamento e diálogo com o que realmente a juventude vive.

Nitidamente uma caracterização e pesquisa dos indivíduos que são vítimas de violência, catalogando aspectos em comum, proporciona uma facilidade na identificação de quem sofre a violência. Consequentemente, não generalizando, mas identificando em um rol não taxativo, caracteres que podem futuramente levar a um método de prevenção e educação para as famílias aplicarem no cotidiano.

Diante disso, resta comprovada a importância do tratamento preventivo ofertado pelas escolas, que é o ambiente de maior convívio entre os jovens e fonte de disseminação de atos violentos por parte de quem já tem essa tendência e de contaminação de outros a ingressarem nesse tipo de comportamento, servindo como alicerce para a não aceitação e propagação da violência. Bem como, para realizar o acompanhamento minucioso que os jovens precisam, sem generalização de maneira individualizada, o que se demonstra de grande valia para a obtenção de um maior cuidado com os jovens e uma oferta primordial de qualidade de vida para estes com um consequente amparo da saúde mental de maneira geral.

Descritores: Assistência à Saúde Mental; Adolescente; Serviços de Saúde Mental Escolar; Delitos Sexuais.

Área Temática 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência

Referências

ALBINO, Ednéia; CERCHIARI, Nunes; CAETANO, Dorgival; FACCENDA, Odival. Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. **Estud. psicol.** Natal, v.10, n. 3. dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000300010>

BASILE, Kathleen C; CLAYTON, Heather B; DEGUE, Sarah; GILFORD, John W; VAGI, Kevin J; SUAREZ, Nicolas A; ZWALD, Marissa L; LOWRY, Richard. Interpersonal Violence Victimization Among High School Students. **Youth Risk Behavior Survey**, United States, v.69, n.1, p.28-37, 2019.

HARPHAM, Trudy. Saúde mental, desenvolvimento e pobreza. **Braz. J. Psychiatry**, v. 22, n.3, set. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000300001>

LOPES, Roseli Esquerdo; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira; MALFITANO, Ana Paula Serrata; TAKEITI, Beatriz Akemi; SILVA, Carla Regina; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. Juventude Pobre, Violência e Cidadania. **Saúde Soc**, São Paulo, v.17, n.3, p.63-76, 2008.

MENNICKE, Annelise; BUSH, Heather M; BRANCATO, Candace J; COKER, Ann L. Bystander Intervention Efficacy to Reduce Teen Dating Violence Among High School Youth Who Did and Did Not Witness Parental Partner Violence: A Path Analysis of A Cluster RCT. **J Fam Violence**, v.36, n.7, p.755-771. 2021. doi: 10.1007/s10896-021-00297-y. Epub 2021 Jun 29.

MILIAUSKAS, Claudia Reis; FAUS, Daniela Porto. Saúde mental de adolescentes em tempos de Covid-19: desafios e possibilidades de enfrentamento. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n.4, 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300402>

MILLER, Elizabeth; JONES, Kelley A; MCCAULEY, Heather L. Updates on adolescent dating and sexual violence prevention and intervention. **Curr Opin Pediatr**. v.30, n.4, p.466-471, ago. 2018.

OLIVEIRA, Ana Paula França de; SOUZA, Marina Soares de; SABINO, Fabiano Henrique de Oliveira; VICENTE, Aparecido Renan; CARLOS, Diene Monique. Violência contra crianças e adolescentes e pandemia – Contexto e possibilidades para profissionais da educação. **Esc. Anna. Nery**, v. 26, n. spe. 2022 <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0250>

UNICEF. **Saúde mental de adolescentes**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/saude-mental-de-adolescentes>. Acesso em: 01/12/2021.

SCAVACINI, K. *et al.* **Saúde Mental de Adolescentes e Jovens**. São Paulo: Instituto Vita Alere, 2021.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA DAS MULHERES EM CÁRCERE PRIVADO: REVISÃO INTEGRATIVA

Sara de Jesus Santos¹, Maryvânsley Nunes de Sá Reis², Micaela Freire Fontoura³,
Juliana Costa Machado⁴, Aline Vieira Simões⁵.

Introdução

A fim de garantir o acesso à saúde das mulheres que cumprem pena, assim como para os demais cidadãos, que se constitui um direito garantido por lei, foi implementada em 2014, a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Essa medida visa não apenas a inclusão, mas a assistência integral à saúde, a promoção e a prevenção da saúde, a redução de agravos, bem como a qualidade de vida (BRASIL, 2014). Entretanto, na prática os estudos desenvolvidos que analisam essas condições demonstram que as vivências dessas mulheres são outras.

Ao analisarmos a população que vivencia o cárcere, destaca-se que nos últimos anos tem-se aumentado significativamente o quantitativo de mulheres e a sua permanência nos presídios. O último levantamento nacional realizado em 2016, segundo as Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres, apontou que a população feminina em cárcere representava o quantitativo de 42.355 mulheres e que 45% ainda não teriam sido julgadas e condenadas (BRASIL, 2017).

¹Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Jequié/BA. Bolsista de Iniciação Científica da UESB. Membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO). E-mail sr_sr2@hotmail.com

²Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem pela UESB, Campus Jequié/BA. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

³Fisioterapeuta, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Campus Jequié/BA..

⁴Enfermeira. Doutora em Ciências da saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Líder e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

⁵Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

Em si, as mulheres, cotidianamente, mesmo em liberdade já vivenciam múltiplas situações de vulnerabilidades, associado a essas condições, o fato de estarem em locais como estes, em muitos casos incertos e sem julgamento, geram e amplificam grandes influências sobre o seu bem-estar e, conseqüentemente impactam na qualidade de vida. As precariedades não dizem respeito apenas à assistência nas especificidades ao feminino, mas também no que concerne às necessidades básicas de saúde, como: alimentação, dormitórios, vestimentas, medicações e insumos básicos de higiene pessoal (ARAUJO et al., 2020).

Outro fator agravante está vinculado à subnotificação, ausência de dados e informações, quando realizado o recorte de gênero em grande parte dos estados brasileiros, que atentam-se mais ao preenchimento dos dados dos homens (BRASIL, 2017), o que gera conseqüentemente menor notoriedade às mulheres que estão sendo negligenciadas no cárcere. Mesmo com a implementação da política de saúde, há baixo desenvolvimento de estratégias de promoção, prevenção e proteção, impactando diretamente a vida dessas mulheres.

Objetivo

Conhecer os aspectos que influenciam na qualidade de vida das mulheres em cárcere privado.

Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, desenvolvido entre novembro e dezembro de 2021, tendo como questão norteadora “Quais os aspectos que influenciam na qualidade de vida das mulheres em cárcere privado?”. Foram realizadas buscas na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCs): “qualidade de vida”, “mulher” e “cárcere”, relacionados entre si por intermédio do *operador booleano* AND, obtendo um quantitativo inicial de 16 estudos.

Foram utilizados como critérios de inclusão: os estudos disponíveis na íntegra, nos idiomas inglês, português e espanhol, publicados no período de 2011 a 2021. Como critério de exclusão, eliminou-se os que não atendiam aos requisitos temáticos desta pesquisa. Ao final, foram selecionados seis estudos que atenderam ao objetivo proposto.

Resultados e Discussão

Dentre os poucos estudos encontrados, apesar do aumento na disseminação de informações, ficou evidenciado que as representações sobre saúde ainda estão atreladas apenas ao que se configura como ausência de doenças, assim como a qualidade de vida, não se levando em consideração os determinantes e condições de saúde que influenciam nessa qualidade. Contudo, deve-se levar em consideração, ao analisar a condição de vida das mulheres vivenciando o cárcere, toda a sua trajetória de vida, englobando não apenas aspectos físicos, mas biopsicossociais (GUSMÃO et al., 2019).

Ao realizar um perfil preliminar das mulheres em cárcere privado, observou-se que a maioria era composta pela faixa etária entre 20 e 40 anos, heterossexuais, pardas, solteiras, mães, com baixo nível de escolaridade, e que desempenhavam funções com baixa ou nenhuma remuneração. No que concerne aos hábitos de vida e cuidados com saúde, grande parte das mulheres referiu que sua condição de saúde era regular ou péssima; tabagistas e usuárias de drogas ilícitas, ambos consumidos diariamente (BORGES et al., 2018; CARVALHO DA GRAÇA et al., 2018; GUSMÃO et al., 2019; FERREIRA; FERNANDES, 2020).

Os estudos apontaram que as condições de vida das mulheres antes do cárcere já eram desfavoráveis, o que já impactava suas vivências quando era considerado o espaço de cárcere em que estavam inseridas, se agravando ainda mais por se tratar de um lugar com grandes estigmas e preconceito, condições insalubres, superlotados, com má qualidade na assistência, falta de insumos, dificuldades para higiene pessoal e autocuidado (CARVALHO DA GRAÇA et al., 2018; FERREIRA; FERNANDES, 2020).

Apesar da maior autodeclaração de heterossexuais, observou-se o aumento nos casos de envolvimento sexuais e afetivos entre as mulheres, fato este que pode ser considerado um aspecto com implicações negativas à saúde da mulher, tendo em vista a baixa atenção e assistência à saúde sexual de lésbicas e bissexuais. Concernente as práticas sexuais, vale salientar a baixa adesão ao uso de preservativos e o alto índice de prostituição. Ademais, a maioria referiu não receber visitas íntimas (NERI et al., 2011; COSTA et al., 2016; BORGES et al., 2018).

Destacou-se também a falta de atividades físicas (BORGES et al., 2018; FERREIRA; FERNANDES, 2020), lazer e cuidado quanto à saúde mental. As mulheres em cárcere privado referiram apresentar sono e repouso prejudicados e má alimentação. Esses, dentre outros quesitos, englobavam condições desumanas que afetavam diretamente, tanto no desencadeamento de doenças, como na qualidade de vida, envolvendo os aspectos biopsicossocial e espiritual, que ampliam as vulnerabilidades já vivenciadas (BORGES et al., 2018; GRAÇA et al., 2018; GUSMÃO et al., 2019; FERREIRA; FERNANDES, 2020).

Além disto, o ambiente em si, em decorrência de muitas negligências, não atendia a muitas demandas. A experiência de vivenciar o isolamento social e somado à ausência de planejamento e objetivos de vida, quando abordado acerca da reinserção social, muitas apontavam as possíveis dificuldades encontradas visto o grande estigma e preconceito, associado a isto, evidenciaram-se a baixa escolaridade e as condições de vida que dificultavam principalmente a procura e permanência nos empregos (CARVALHO DA GRAÇA et al., 2018), o que gerava angústias e preocupações sobre o futuro.

Conclusão

Conclui-se que muitos aspectos têm influenciado e impactado negativamente e diretamente nas condições de saúde e na qualidade de vida das mulheres que estão em cárcere privado, não apenas no que diz respeito à ambientação, mas aos serviços que são ofertados, a má qualidade dos insumos básicos, a ausência de condições mínimas para as vivências nesses locais insalubres, o que ampliam ainda mais as vulnerabilidades que já eram experienciadas por essas mulheres antes mesmo do cárcere.

A necessidade de conhecer melhor esses aspectos envolvidos na qualidade de vida das mulheres em cárcere privado, possibilita identificar os desafios vivenciados, bem como proporcionar reflexões para o desenvolvimento de estratégias, planos de gerência, intervenção de equipe multiprofissional e implementação de políticas públicas que sejam de fato eficazes.

Destaca-se que, tais ações que devem ser desenvolvidas, sejam desvinculadas ao olhar limitado às doenças, pois o caráter biomédico não evidencia aspectos pertinentes das outras esferas biopsicossociais e espirituais. Logo, necessita da ampliação de uma assistência mais humanizada, considerando os fatores que geram impactos negativos no bem-estar e qualidade de vida, a fim de promover uma atenção que seja de fato integral e que reduzam os impactos negativos sobre a qualidade de vida.

Descritores: Cárcere; Saúde; Qualidade de vida; Assistência integral à saúde; Mulher.

Área temática 2: As práticas de cuidado no contexto do Sistema Único de Saúde

Referências

ARAÚJO, M. M. *et al.* Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. **Escola Anna Nery**, v. 24, n. 3, p. 1-7, 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ean/a/QHkfskQfG88yTr3yWBPfcMs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BORGES, A. P. *et al.* Perfil socioeconômico e sexual de mulheres privadas de liberdade. **Rev enferm UFPE on line.**, Recife, v. 12, n. 7, p. 1978-85, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/231408/29488>. Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e segurança pública. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres**. SANTOS, T. (org.); ROSA, M. I. (e col), 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2017. Disponível em:

http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014**. Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: <https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/01/documento-portaria-interm-mj-mspm-210-160114.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

CARVALHO DA GRAÇA, B. C. *et al.* Perfil epidemiológico e prisional das detentas de um município do médio norte de Mato Grosso. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, Londrina, v. 39, n. 1, p. 59-68, 2018. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminabio/article/view/30192/23786>. Acesso em: 30 nov. 2021.

COSTA, L. H. R. *et al.* Gênero no quadro dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres privadas de liberdade. **Doente glob.**, v. 15, n. 43, p. 151-163, 2016. Disponível em:

https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412016000300006&lng=es&nrm=iso&tIng=es. Acesso em: 28 nov. 2021.

FERREIRA, M. C. A. S.; FERNANDES, R. A. Q. Mulheres detentas do Recife-PE: saúde e qualidade de vida. **Esc. Anna Nery**, v. 24, n. 4, p. 1-12, 2020. Disponível em:

http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000400207. Acesso em: 28 nov. 2021.

GUSMÃO, M. A. J.X. *et al.* Na prisão ou na liberdade: onde encontrei minha saúde?.

Pesquisa em enfermagem: Imagen Y Desarrollo, v. 21, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/Javeriana.ie21-2.dl>. Acesso em: 02 dez. 2021.

NERI, M. S. *et al.* Presas por las drogas: características de salud de presidiarias en Salvador, Bahia. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, n. 2, p. 121-132, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/5908/4465>. Acesso em: 02 dez. 2021



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA EM DEFESA DAS MULHERES TRANSGÊNERO¹

Marcelo Marques de Almeida Filho², Alessandra dos Santos Oliveira³, Mikhaelly
Mendes de Oliveira⁴.

Introdução

A presente pesquisa tem como tema a aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) às pessoas transgênero. Considera-se que, com o reconhecimento de novas formas de entidades familiares, de sexualidades e de gênero, isto demandou a ampliação do escopo da lei.

Partimos do seguinte problema: existem especificidades ou barreiras para a aplicação da Lei 11.340/2006 em relação às pessoas transgênero vítimas de violência doméstica e familiar?

A pesquisa se justifica por focar um tema relevante no que tange aos campos jurídico, social, de saúde pública e de direitos humanos, tendo em vista a expressiva vulnerabilidade de pessoas transgênero, sobretudo mulheres transexuais, visto que nossa sociedade ainda é marcada pelo preconceito, discriminação e violência de gênero e sexualidade. Além disto, o tema contempla várias das abordagens da Área Temática 1, como as discussões sobre violência doméstica, diversos tipos de violência e assédio, violência de gênero, entre outras.

Objetivo

O objetivo geral da pesquisa é verificar a aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) para coibir atos de violência doméstica e familiar promovidos contra às pessoas transgênero.

¹Versão aprimorada do trabalho “Aplicabilidade da Lei nº 11.340/2006 à Pessoas Transgênero”, apresentado no Eixo 11. Culturas, dinâmicas nacionais e relações internacionais - Procesos culturales, dinámicas nacionales e internacionales do XVIII Congresso Internacional do Fórum Universitário MERCOSUL (FOMERCO).

Agradecemos às contribuições das professoras Ana Wortman, Antonio Albino Canelas Rubim e Rosario Radakovich, que nos permitiram aprimorar alguns pontos da discussão.

²Doutorando em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (UnB). Professor do curso de Relações Internacionais da UNIP – Unidade Flamboyant (Goiânia). Membro associado do FOMERCO e membro do GEPPHERG e do NEAB (UnB). E-mail: marcelo.filho51@docente.unip.br.

³Pós-graduanda em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade Legale. Advogada. Membro associada do FOMERCO.

⁴Pós-graduanda em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade Legale. Advogada. Membro associada do FOMERCO.

Os objetivos específicos são contextualizar o entendimento sobre gênero e sexualidade, discutir as múltiplas facetas da violência contra pessoas transgênero e, por fim, averiguar as possibilidades de aplicação da Lei Maria da Penha a mulheres transgênero.

Métodos

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, norteadas pelo método dedutivo, sendo ainda uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. Esta revisão de literatura, sistematizada em formato de resumo, se pautou pela análise de artigos científicos, legislação, decisões jurídicas e abordagens institucionais relacionadas à aplicação da Lei Maria da Penha a pessoas transgênero, se encontrando no campo de pesquisa multidisciplinar, embora parta das abordagens, marcadores e referenciais das Ciências Sociais Aplicadas.

Resultados e Discussão

Conforme a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é o país que apresenta os maiores índices de assassinatos de travestis e transgêneros no mundo (ONU BRASIL, 2021).

Em relação à pessoa transexual, verifica-se que “as violações contra as mulheres trans, de forma geral, repetem o padrão dos crimes de ódio, motivados por preconceito contra alguma característica da pessoa agredida que a identifique como parte de um grupo discriminado, socialmente desprotegido” (JESUS, 2014 *apud* INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2014, p. 1).

Reitera-se que a marginalização da população transexual advém da crença de que o gênero atribuído ao nascimento é aquele ao qual a pessoa se identifica, sendo também reflexo da perseguição social aos grupos representados pela sigla LGBTQIA+. Importa informar que o sexismo e a LGBTfobia se apresentam como fenômenos sociais de mesma natureza, reforçados pelos padrões hegemônicos da heterossexualidade e da cisgeneridade (DOMINGOS, 2021).

Por conseguinte, é em razão desta desproteção à nível global que o Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas apresentou em seu informe anual, as vinte recomendações para proteger os direitos das pessoas LGBTQIA+, sendo uma das justificativas para a formulação de tais recomendações que “la violencia motivada por la homofobia y la transfobia suele ser especialmente brutal y em algunos casos se caracteriza por niveles de crueldad superiores a los de otros delitos motivados por prejuicios” (ONU BRASIL, 2015, p. 8).

Vislumbra-se que conforme Mendonça (2011) os órgãos públicos do Brasil são omissos em relação a instrumentos normativos para a proteção às pessoas transgêneros. Isto denota a falta de vontade política dos Poderes Executivo e Legislativo em protegerem este grupo historicamente marginalizado.

Dessa maneira, uma das discussões que repercutem na seara jurídica é sobre a possibilidade de aplicar a Lei 11.340/2006 à pessoa transexual. De acordo com Bastos (2013, p. 107) “há uma corrente conservadora, segundo a qual as pessoas transgênero não são geneticamente mulheres, embora passem a ter órgão genital de conformidade feminina, descartando, portanto, a proteção legal especial”. Não obstante, há também a corrente favorável à aplicação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) às mulheres transgênero.

Nesse sentido, verifica-se que a Lei Maria da Penha constitui instrumento normativo de proteção contra a violência doméstica e familiar, independentemente da sexualidade.

Vislumbra-se que não é somente no campo legislativo e doutrinário que a discussão sobre a aplicação da Lei Maria da Penha à pessoa transexual ganha relevo, tendo em vista que este assunto tem sido pauta nos tribunais brasileiros. A título de exemplo podemos citar o Recurso em Sentido Estrito do Processo nº 20181610013827, julgado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, onde se aplicou a referida lei no caso de uma mulher transexual, independente da alteração de seu registro civil (DISTRITO FEDERAL, 2019).

No ano de 2015, o Tribunal de Justiça de São Paulo protagonizou um embate acerca da possibilidade de conceder estas medidas protetivas a uma mulher transexual. Na ocasião o juízo de primeira instância havia negado o pedido com base na justificativa de que a vítima pertence biologicamente ao sexo masculino, não sendo cabível a concessão de medidas protetivas de urgência. Em sentido contrário se manifestou a Defensoria Pública sob o argumento de que a Lei Maria da Penha se aplica às mulheres transexuais, posto que configura violência doméstica e familiar contra a mulher (independentemente de sua sexualidade) qualquer ação ou omissão assentada nos parâmetros de gênero (SÃO PAULO, 2015).

Apesar do caso paulista, o Judiciário está aplicando a interpretação extensiva para o enquadramento das pessoas transgênero na Lei Maria da Penha, conforme o Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM (2020a), tendo em vista casos como da Justiça de Alagoas, que tem aplicado a Lei Maria da Penha em favor de mulher trans

Nesse mesmo ano, a 2ª Vara de Família e Sucessões de Rio Verde, do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), determinou medidas de segurança para proteger uma mulher trans vítima de violência doméstica (IBDFAM, 2020b).

Embora estes sejam apenas alguns casos, explicita-se a importância da aplicação da Lei Maria da Penha às pessoas transgêneros, haja vista que sua não aplicação, pode se caracterizar como uma forma de disseminar ainda mais o preconceito e a discriminação.

Considerações Finais

A Lei Maria da Penha é um marco importante contra a violência doméstica e familiar. Não somente, foi possível constatar a ampliação do escopo da legislação, o que abarca proteger mulheres transexuais e travestis da violência doméstica e familiar, caminhando-se para a superação da biologização das discussões sobre sexo, sexualidade e gênero.

Entender que esse grupo se configura como uma minoria política é fundamental para lhes garantir proteção e tutela jurídica, bem como políticas públicas visando a inclusão social e atenção aos direitos inerentes à dignidade da pessoa humana.

Ante o exposto, denota-se que, sim, é possível e fundamental aplicar a Lei 11.340/2006 às pessoas transexuais, considerando que esta legislação foi formulada com o intuito de proteger as mulheres contra a violência doméstica familiar.

Descritores: Direitos Humanos de Grupos Especiais; Mulheres Trans; Violência contra a Mulher.

Eixo Temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência

Referências

BASTOS, Tatiana Barreira. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: Análise da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006): um diálogo entre a teoria e a prática.** 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.** Brasília: Casa Civil, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 13 ago. 2021.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. **Recurso em Sentido Estrito nº 0001312-52.2018.8.07.0020 DF 0001312-52.2018.8.07.0020.** Brasília: TJDF, 2019. Disponível em: <https://tj-df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/677980153/20181610013827-df-0001312-5220188070020>. Acesso em: 20 set. 2021.

DOMINGOS, Cleverson de Oliveira. **Ativismo Institucional nas Políticas Públicas para Educação em Gênero e Sexualidade no Distrito Federal.** 2021. 237 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/42466/1/2021_CleversondeOliveiraDomingos.pdf. Acesso em: 07 dez. 2021.

IBDFAM. **Justiça de Alagoas aplica Lei Maria da Penha em favor de mulher trans.** Belo Horizonte: IBDFAM, 2020a. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/7167/Justi%C3%A7a+de+Alagoas+aplica+Lei+Maria+da+Penha+em+favor+de+mulher+trans>. Acesso em: 19 set. 2021.

IBDFAM. **Mulher transexual consegue medida protetiva com aplicação da Lei Maria da Penha.** Belo Horizonte: IBDFAM, 2020b. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/noticias/7797/Mulher+transexual+consegue+medida+protetiva+com+aplica%C3%A7%C3%A3o+da+Lei+Maria+da+Penha>. Acesso em: 19 set. 2021.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Violência contra as Mulheres – Violência contra Mulheres Lésbicas, Bis e Trans.** S.l. Agência Patrícia Galvão, 2014. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-contra-mulhereslesbicas-bis-e-trans/>. Acesso em: 20 set. 2021.

MENDONÇA, Camila Ribeiro. Lei Maria da Penha é aplicada a algoz de transexual. **Revista Consultor Jurídico**, out. 2011. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2011-out-12/leimaria-penha-aplicada-ex-companheiro-transexual>. Acesso em: 22 set. 2021.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. **Acórdão nº 2015.0000770986.** São

Paulo: TJSP, 2015. Disponível em:<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/NUPIGE/MADADODESEGURANCAI.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

ONU BRASIL. Brasil é o país que mais mata travestis e pessoas trans no mundo, alerta relatório da sociedade civil entregue ao UNFPA. **Nações Unidas Brasil**, fev. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/110425-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-pessoas-trans-nomundo-alerta-relatorio-da>. Acesso em: 25 ago. 2021.

ONU BRASIL. Novo relatório da ONU apresenta recomendações para proteger direitos das pessoas LGBT. **UNA-SUS**, Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/novo-relatorio-da-onu-apresenta-recomendacoes-para-protegerdireitos-das-pessoas-lgbt>. Acesso em: 15 set. 2021.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

AVALIAÇÃO DO GRAU DE VIOLÊNCIA NO COMPORTAMENTO DE UNIVERSITÁRIOS DO AGRESTE SERGIPANO

Célia Gomes de Siqueira¹.

Introdução

A violência contra a mulher está hoje entre os problemas mais graves de violação dos direitos humanos no Brasil e no mundo. Um estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS) realizado em vários países entre 2005 e 2008 registrou um aumento de 4 vezes nos casos de prevalência de violência por parceiro íntimo neste período (GARCIA-MORENO; WATTS, 2011).

Este tipo de violência, que ocorre dentro dos lares, é extremamente danoso para a sociedade, pois as famílias desempenham importante papel na influência do comportamento das crianças. Os pais podem ser tanto protetores, como indutores da violência, uma vez que crianças expostas às violências têm maior probabilidade de reproduzir este comportamento quando adultos (KRUG et al., 2002).

O feminicídio é o assassinato de uma mulher, cometido devido ao desprezo que o autor do crime sente quanto à identidade de gênero da vítima (BOND, 2020) que tem profundas raízes culturais em nosso país.

Além da violência física onde o maior grau é o feminicídio, a mulher, em nossa sociedade, está sujeita a vários outros tipos de violência, como violência psicológica, sexual, patrimonial e moral (TJSE, 2013). No ideário popular a agressão sexual é considerada uma expressão de violência (SACRAMENTO; REZENDE, 2006), mas, outras expressões de violência, igualmente danosas, muitas vezes não são reconhecidas como tal.

Nascimento e Trindade, (2010), em seus estudos encontraram que meninos e meninas são educados pelos pais de forma diferenciada. Atividades como lavar a louça, arrumar as camas, fazer a comida, varrer e limpar a casa, fazer compras em feira e supermercado, cuidar das crianças pequenas, são, na maioria das vezes destinadas às meninas e esse tratamento diferenciado desde a infância reflete na relação entre homens e mulheres adultos.

Uma das questões mais preocupantes com relação à violência é que ela faz parte do cotidiano das pessoas sem que estas a percebam.

¹Doutora em Microbiologia Aplicada. Docente da Universidade Federal de Sergipe, ministrando as disciplinas de Bioquímica, Microbiologia e Educação em Saúde.

Bernaski e Sochodolak, (2016), afirmam que a violência é tão antiga quanto todas as sociedades e resulta do poder utilizado contra alguém que procura revidar, criando um círculo vicioso de violência.

Na relação entre os alunos universitários é comum observar determinados comportamentos que são claramente violentos ou podem ser interpretados como tal.

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi avaliar os níveis de violência presentes no comportamento cotidiano de alunos universitários e a sua perspectiva quanto à violência.

Descrição da Experiência

No curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, interior do Estado de Sergipe, os Direitos Humanos são discutidos na disciplina de Educação em Saúde. Neste tópico são trabalhados o histórico dos direitos humanos, suas origens, as leis existentes e os problemas atuais, entre eles, as questões de gênero.

Para avaliar o nível de violência na relação entre os alunos, uma atividade prática foi realizada na turma de 2019, utilizando como ferramenta o violentômetro, um material gráfico no qual se visualizam ações implícitas e explícitas de violência, sendo algumas delas de ocorrência quotidiana nos relacionamentos sociais (UTAD, 2016).

Como ferramenta foi utilizado o violentômetro, que consiste de uma tabela que lista ações com diferentes níveis de violência, conforme mostra a figura abaixo. Os participantes foram 35 alunos da disciplina de Educação em Saúde, dentro do módulo de Direitos Humanos, em 2019.

Figura 1 - Violentômetro.



Fonte: UTAD, 2016.

Para o trabalho em sala de aula a tabela do violentômetro foi dividida em duas partes, como mostra a figura 1. A parte I da ferramenta apresenta as ações mais comumente observadas na relação entre as pessoas.

Esta foi apresentada aos alunos e cada item foi discutido quanto à frequência, da seguinte maneira:

- Com que frequência eles **presenciaram** as ações listadas na parte I.
- Com que frequência eles **sofreram** as ações listadas na parte I.
- Com que frequência eles **realizaram** as ações listadas na parte I.

Na sequência, foi apresentada a parte II do violentômetro como uma consequência das ações da parte I e um debate a violência e suas motivações foi desenvolvido.

Resultados

Mais de 90% dos alunos afirmaram ter presenciado as ações listadas na parte I do violentômetro, mais de 50%, entre homens e mulheres, afirmaram ter sofrido algumas das ações. Entretanto, apenas 20% dos alunos afirmaram já ter realizado alguma das ações listadas na parte I do violentômetro. Entre os alunos que afirmaram realizar as ações, apenas um era mulher.

Durante o debate sobre o exercício realizado, os alunos foram questionados sobre os significados das ações, que foram identificadas como atos de violência. As causas apresentadas pelos alunos para tais ações foram reunidas em 4 grupos, descritos a seguir.

(1) Ações realizadas entre amigos como ‘brincadeira’

Os homens afirmaram que ações como fazer piadas ofensivas, ridicularizar, humilhar, dar tapas, são ações comuns entre os homens, são brincadeiras, que os homens se comportam assim, todo o discurso feito entre risadas e brincadeira. Um dos alunos afirmou que às vezes as mulheres têm que ganhar uns tapas e controlar o que a namorada veste é um direito do namorado.

(2) Personalidade das pessoas que realizam os gestos

Com relação à mulher que afirmou realizar ações como xingar, dar tapas, humilhar, ofender, sua ação não tinha justificativa clara. Entretanto a aluna, claramente problemática, tem vários comportamentos inadequados, como falar muito alto, trazer sempre seus problemas particulares para as discussões em sala de aula, se ressentir quando não é tratada de forma diferenciada. Numa conversa particular com a aluna ficou evidente que o comportamento estava diretamente relacionado a um problema de saúde e à educação permissiva dos pais.

(3) Gestos causados pelo estresse com os estudos

Alguns alunos afirmaram que no cotidiano acadêmico muita atividade é realizada em grupo e é comum um membro do grupo não fazer a sua parte, ou querer copiar tudo que o outro faz em atividades individuais, até mesmo por competição, suscitando comportamentos de rixa entre indivíduos e grupos, que se agridem de diversas maneiras diferentes com piadas e comportamentos maldosos, se ignoram/dão gelo, se humilham.

(4) Gestos deliberadamente maldosos

As pessoas executam as ações por serem maldosas, porque gostam de ‘sacanear’, se divertem assistindo alguém ser humilhado ou constringido.

Repercussões

Os alunos identificaram algumas ações que ocorrem entre alunos e que foram por eles consideradas nocivas, negativas. Entre elas estão tapas, piadas, humilhações, que são praticados mais comumente entre homens; entre mulheres é mais comum ‘falar mal pelas costas’; entre casais é comum ciúmes, controle e isolamento.

Na discussão sobre as causas da violência, a maioria dos alunos afirmou estar mais associada ao perfil do agressor do que das vítimas.

Considerações Finais

A maioria dos participantes compreendeu a finalidade do exercício sobre os caminhos que a violência pode seguir a partir da análise do violentômetro e fizeram uma reflexão crítica sobre a violência contra a mulher como consequência da aceitação de expressões de violência como banais. Resta aos educadores desenvolver atividades que conduzam à reflexão sobre a violência e suas origens, suas raízes e a repensar o modelo social em que vivemos.

Descritores: Direito Humano; Violência; Questões de Gênero; Educação para a Saúde.

Eixo Temático 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências

BERNASKI, Joice; SOCHODOLAK, Helio. História da violência, cotidiano e vida social. **Xv Encontro Regional de História**. Curitiba, PR, 26-29.jul.2016. Disponível em: http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468195454_ARQUIVO_Violencia40.pdf. Acesso em: 11.jan.2021.

BOND, Letycia. Casos de feminicídio crescem 22% em 12 estados durante pandemia. **AGÊNCIA BRASIL**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/casos-de-feminicidio-crescem-22-em-12-estados-durante-pandemia>. Acesso em: 11.jan.2021.

GARCIA-MORENO, Claudia; WATTS, Charlotte. Violence against women: an urgent public health priority. **Bull World Health Organ**, v. 89, n. 2, 2011. doi:10.2471/BLT.10.085217.

KRUG, Etienne G et al. The world report on violence and health. **The Lancet**, v. 360, out. 2002. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(02\)11133-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)11133-0). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0140673602111330>. Acesso em: 13 fev. 2021.

NASCIMENTO, Célia Regina Rangel; TRINDADE, Zeidi Araujo. Criando meninos e meninas: investigação com famílias de um bairro de classe popular. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 187-200, 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 dez. 2020.

SACRAMENTO, Livia de Tartari e; REZENDE, Manuel Morgado. Violências: lembrando alguns conceitos. **Aletheia**, Canoas, n. 24, p. 95-104, dez. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jan. 2021.

TJSE. Portal do Tribunal de Justiça de Sergipe. **Definição de violência contra a mulher**: Disponível em: <http://www.tjse.jus.br/portaldamulher/index.php/definicao-deviolencia-contra-a-mulher>. Acesso em: 03 maio 2013.

UTAD. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. **Violentómetro ajuda a identificar e a medir comportamentos de violência**. Disponível em: <https://noticias.utad.pt/blog/2016/11/21/violentometro-ajuda-a-identificar-e-a-medir-comportamentos-de-violencia>. Acesso em: 12 jan. 2021.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA ENTRE 2011 A 2021

Tamiles Souza Oliveira¹, Carine Soares de Jesus², Thainara Araújo Franklin³, Aline Vieira Simões⁴, Maria Vitória Oliveira Couto⁵, Juliana Costa Machado⁶.

Introdução

A violência é um problema de extensão mundial, todas as pessoas podem estar expostas a situações violentas, mas por questões socioculturais, históricas e de gênero a mulher se encontra vulnerável à violência. Na história a construção do ser mulher perpassa pela superioridade masculina e conseqüente inferioridade feminina ideia da diferença entre os gêneros. Essa visão criada pelo patriarcado sobre o feminino e o masculino, contribui até os tempos atuais na vivência e formação sociocultural das pessoas. É sabido que a violência contra a mulher, seja ela em qualquer ambiente ou situação, traz danos a sua saúde e qualidade de vida (COELHO et al., 2019).

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net) é um sistema *offline* criado para digitar e armazenar dados de doenças e agravos de notificação compulsória, coletados pela vigilância epidemiológica em diferentes instituições. Os dados que são gerados, só existem por conta da notificação compulsória, possibilitando que seja comunicado, estudado e analisado situações epidemiológicas e a partir disso, sejam traçadas medidas de intervenções (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, a justificativa para este estudo é a necessidade de compreender esses dados e a partir deles buscar desenvolver ações de combate à violência.

Objetivo

Determinar o perfil epidemiológico dos casos de violência contra a mulher notificados em um hospital no interior da Bahia entre os anos de 2011 e 2021.

¹Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da UESB. E-mail:tso.tamiles@gmail.com

²Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem. Coordenadora do Núcleo Hospitalar de Epidemiologia do Hospital Geral Prado Valadares.

³Enfermeira. Mestra em Enfermagem.

⁴Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB.

⁵Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB.

⁶Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB.

Métodos

Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo retrospectivo, realizado a partir dos dados encontrados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net), notificados em um hospital do sudoeste da Bahia, utilizando as informações dos casos de Violência interpessoal/autoprovocada, obtidas através da notificação deste agravo. O intervalo determinado para a busca foi o período de janeiro de 2011 a agosto de 2021. Foram selecionadas as buscas as variáveis: sexo; faixa etária; grau de parentesco com o agressor; tipo de agressão e raça, essas variáveis foram agrupadas escolhendo o filtro com o recorte temporal supracitado.

O conjunto de dados para análise foi selecionado e obtido por meio do aplicativo TABNET a partir de suas caixas de opções (linha, coluna e conteúdo), os referidos dados foram coletados em agosto do corrente ano. Os dados, analisados por meio da frequência absoluta e de percentuais, foram apresentados em tabelas confeccionadas a partir do programa Excel 2010 da @Microsoft. Por se tratar de dados secundários de um banco de domínio público, não foi necessário submeter o trabalho ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP).

Resultados e Discussão

Após a busca, obteve-se a frequência de notificação de casos de violência totalizando 2606 notificados, destes 860 se tratavam de vítimas do sexo feminino. Dos casos notificados, em relação ao município de residência, Jequié, Ipiaú, Manoel Vitorino e Maracás, representam os 5 municípios com mais casos de violência contra a mulher notificados no hospital referente a este estudo. Em se tratando da faixa etária, a frequência maior estava entre 20 a 34 anos (134), 35 a 49 anos (79) e 15 a 19 anos (35), respectivamente.

A respeito da frequência das notificações segundo a forma de violência infligida, tem-se a física com maior frequência entre os anos de 2015 (115), 2017 (109), 2014 (97) e 2016 (91); a violência psico/moral, 2016 (82), 2015 (79), 2018 (76) e 2017 (71); violência sexual, os anos de 2015 (95), 2016 (81), 2017 (77) e 2018 (73); na variante tortura, os anos de 2015 (93), 2016 (85), 2017 e 2018 (81); as outras formas de violência apresentaram dados entre 1, 2 e 0, como total de notificação. Quando analisadas as notificações, e cruzado os dados de faixa etária e grau de parentesco entre a vítima e o agressor, a maior frequência na faixa etária das notificações estavam entre 20 a 34 anos e 54 a 49 anos, e o grau de parentesco mais citado nas notificações foi cônjuge, namorado, irmão e padrasto.

Durante a análise houve uma reflexão acerca da relação entre desigualdade de gênero e a violência contra a mulher, a posição e participação feminina na sociedade, a visão da mulher como cuidadora do lar, submissa ao sexo masculino, passiva e flexível. Esse estereótipo socioculturalmente construído torna a mulher vulnerável às situações de violência, incluindo a que ocorre em ambiente doméstico, local que deveria oferecer segurança, mas a deixa mais exposta às situações de violência. A respeito dessa condição, os dados sobre grau de parentesco entre agressor e vítima, mostram que pessoas com vínculo afetivo e convivência rotineira são as mais citadas como responsáveis pela agressão, sendo que cônjuge, namorado, irmão e padrasto, são os que mais aparecem nas notificações (SAFFIOT, 2004; ARBOIT, 2018).

O fato de ser um agressor com vínculo afetivo, dificulta a identificação dos casos e as possíveis formas de intervenção, o que gera um problema ainda maior que é a permanência dessa mulher nesse quadro violento acarretando traumas, baixa autoestima, transtornos mentais e outros problemas de saúde e risco de vida. Nesse sentido, percebe-se que a violência domiciliar é um problema recorrente e requer maior participação da rede de atenção

à mulher em situação de violência, para que haja ações em conjunto que possam ajudar a mulher a sair de situações violentas (ACOSTA, 2015)

Quando analisada a faixa etária das notificações, percebeu-se que mulheres adolescentes e adultas jovens são mais acometidas. Essa questão pode ser explicada pela situação de baixa renda, maior exposição, dependência e baixa escolaridade. Ademais, a faixa etária corresponde a idade reprodutiva, com vida sexual ativa, o que segundo os autores é o momento da vida mais propenso para o fim de relações, podendo então ser um fator de exposição às condições de violência (ZART; SCORTEGAGNA, 2015).

Na variável, tipo de violência associada ao ano de notificação, a violência física teve maior frequência nas notificações, seguida da violência sexual e psicológica; e os anos de 2015, 2016, 2017, 2018, foram os que apresentaram maior número de casos. A violência física por ser uma condição que apresenta lesões que são o motivo de atendimento hospitalar, são fáceis de serem identificadas, logo são notificados. Assim, acredita-se que por esse motivo foi a mais prevalente. Destacam-se os dados de 2020 e 2021, os anos com menor número de notificações, esse quadro está atrelado a pandemia da covid-19, o isolamento social e fechamento de alguns setores, o que contribuiu para a diminuição das notificações. Em relação a raça, não foi possível coletar. Ao escolher essa variável o sistema não apresentava a função de extrair os dados, impedindo de ser anexada essa variável no estudo (ACOSTA, 2015).

Conclusão

Os dados coletados descrevem o seguinte perfil epidemiológico, mulher jovem em idade reprodutiva, seu agressor são pessoas próximas ao núcleo familiar, as formas mais frequentes são a física e a psicológica e os anos com maior número de notificações foram 2015, 2016, 2017. Sendo assim, percebe-se a necessidade de implementar ações para combater a violência contra a mulher. Este estudo teve como limitação a subnotificação, bem como, a falta dos dados sobre raça.

Descritores: Violência Contra a mulher; Aplicação da Epidemiologia; Perfil de saúde;

Eixo temático: A saúde coletiva no enfrentamento da Violência.

Referências

ACOSTA, D. F. *et al.* Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (in) visibilidade do problema. **Texto Contexto Enferm**, Porto Alegre (RS). v. 24, n. 1., p. 121-127. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/Cv7FCDggKS3vRJ4yQG8HrBM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 dez. 2021.

ARBOIT, J. *et al.* Violência doméstica contra mulheres rurais: práticas de cuidado desenvolvidas por agentes comunitários de saúde. **Rev Saúde Social**. v. 27, n. 2, p. 506-517. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902018000200506&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 30 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da saúde. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação**. 2016. Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/sinan-net>. Acesso em: 01 dez. 2021.

COELHO, F. A. F. *et al.* Perfil epidemiológico de mulheres em situação de violência de gênero do estado do ceará, 2008 a 2017. n. 13, v. 1, p. 37-46. 2019. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/167>. Acesso em: 01 nov. 2021.

SAFFIOT, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. [S.I.]: Gênero 2 reimp, 2004. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/vanessa.bezerra/relacoes-de-genero-no-brasil/Genero-%20Patriarcado-%20Violencia%20%20-livro%20completo.pdf/view>. Acesso em: 11 nov. 2021.

ZART, L; SCORTEGAGNA, S. A. Perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência doméstica e circunstâncias do crime. **Perspectiva**. v. 39, n. 148., p. 85-93. 2015. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_536.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

IMPLICAÇÕES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA À SAÚDE DAS PESSOAS IDOSAS NA PANDEMIA: VISÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS

Larisse Ramos de Oliveira¹, Caroline Santos Adimarães², Ian Pereira Assunção³,
Juliana Costa Machado⁴, Vanda Palmarella Rodrigues⁵.

Introdução

A pandemia da COVID-19 declarada em março de 2020, atingiu 24 países sendo considerada um grave problema de saúde pública em nível mundial e um desafio para as políticas públicas mediante as implicações que a sua magnitude interferiu na estrutura socioeconômica e políticas o que desencadeou também, na desigualdade de acesso a bens e serviços, incluindo os serviços de saúde. No início do seu curso a doença afetou em maior escala e com agressividade as faixas etárias mais vulneráveis e entre elas as pessoas idosas, causando danos nas condições de saúde podendo chegar à morte (VIEIRA-MEYER et al., 2021).

Com efeito do enfrentamento à pandemia, convém assinalar que os índices de violência contra a pessoa idosa aumentaram, uma vez que com o distanciamento e isolamento social houve um aumento nas taxas de desemprego, relações familiares conflituosas, pessoas com nível elevado de estresse e falta de paciência o que favorece para um ambiente vulnerável às situações de violência doméstica (MORAES et al., 2020).

Embora a violência perpassasse por vários contextos e camadas sociais, a pessoa idosa em especial sofre repressão de forma oculta, sendo alvo das diversas formas de violência seja no ambiente familiar ou fora perpetrada por familiares ou não. Tais atos podem ser explicados pelas graves violações dos direitos humanos, sendo a Violência Doméstica Contra a Pessoa Idosa (VDCPI) também um problema de saúde pública em todo o mundo considerando sua elevada magnitude e às sérias repercussões à saúde física e mental, bem como à qualidade de vida e de saúde dos idosos violentados (HAN; MOSQUEDA, 2020).

¹ Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGES/UESB). Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO), Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: laryoliveira00@hotmail.com.

² Graduanda em fisioterapia pela UESB.

³ Psicólogo pelo Centro Universitário de Tecnologia e Ciências, Campus de Jequié-BA (UNIFTC).

⁴ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem. Vice-líder do GPVIO.

⁵ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGES da UESB. Líder do GPVIO.

Nesse contexto, a atenção básica teve um papel importante para prestar assistência domiciliar, informar/orientar, realizar busca ativa e acompanhar as famílias durante o período pandêmico. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) como parte da equipe, promovem esse acompanhamento domiciliar como ferramenta para desenvolver ações de promoção, prevenção, o que favorece para o acesso na construção do vínculo entre a comunidade e a unidade de saúde e para além disso, contribui na identificação dos casos suspeitos, mas fornece também orientações e apoio para o rompimento das situações de VDCPI (LEINDECKER et al., 2021).

Objetivo

Descrever as implicações da violência doméstica à saúde da pessoa idosa no período da pandemia da COVID-19, sob a ótica de agentes comunitários de saúde.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com 31 ACSs de oito Unidades de Saúde da Família (USFs) e um Centro de Saúde, da área urbana e rural de um município do interior da Bahia. O estudo teve como critério de inclusão a atuação nas USFs e no Centro de Saúde com tempo mínimo de um ano, o que permitia ter experiência e construção de vínculo com a comunidade na qual faz parte e o critério de exclusão proposto considerou ACSs em licença de qualquer natureza ou férias.

Os dados foram coletados no período de novembro de 2019, sendo as atividades suspensas em decorrência da pandemia da COVID-19 com retorno entre junho a agosto de 2021, com o auxílio de um roteiro de entrevista em profundidade.

Os relatos passaram pela análise lexical mediante o *software livre Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires 0.7 alpha2* (IRAMUTEQ). Para a análise dos dados utilizou-se a análise de conteúdo temática de Bardin, seguindo as seguintes fases: a pré-análise; a exploração do material e o tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2016). Da qual emergiram duas categorias temáticas: “Violência contra a pessoa idosa em contexto de pandemia” e “O impacto da violência na saúde da pessoa idosa durante a pandemia”.

Trata-se de um recorte do projeto de pesquisa intitulado: “Representações Sociais de Agentes Comunitários de Saúde sobre a Violência Doméstica Contra a Pessoa Idosa”, o estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/ Campus de Jequié sob o CAAE nº 26026619.0.0000.0055, aprovado sob Parecer nº 4.616.292, visando a garantir os aspectos éticos e legais inerentes da Resolução nº 466/12 e nº 510/16. Todos os participantes foram identificados por ordem sequencial de realização das entrevistas com a finalidade de garantir o anonimato.

Resultados e Discussão

Os ACSs relataram que a pandemia contribuiu expressivamente para o agravamento dos atos de agressão contra a pessoa idosa no contexto familiar, com destaque à negligência, a violência psicológica e verbal como formas de violência mais prevalentes, principalmente acometidos pelos filhos, netos e outros cuidadores que ficam em casa a maior parte do tempo. Isso porque, com o isolamento social a composição familiar sofreu alterações levando à desestruturação familiar, conflitos intergeracionais, aumento do desemprego e a vulnerabilidade social expõem os idosos a situações de risco para práticas de violações de direitos (VIEIRA-MEYER et al., 2021).

O distanciamento social e a coabitação dos idosos com os cuidadores familiares desencadearam comportamentos que potencializaram a violência, pois a sobrecarga do cuidado, a falta de paciência, desestruturação financeira, o estresse gera um ambiente conflituoso e o descontentamento frente as situações vivenciadas nesse período, repercutindo nas relações com os idosos, o que implicou também em danos à sua saúde física e mental (ROMERO et al., 2021).

Assim, os ACSs relataram que com a pandemia, a saúde das pessoas idosas sofreu interferências como agravamento das doenças crônicas e comorbidades, ansiedade e depressão e para além disso, os idosos ficaram apreensivos, amedrontados, tristes e chorosos, comprometendo no bem-estar dos idosos e na qualidade de vida.

No contexto da pandemia, as pessoas idosas representam um grupo de maior vulnerabilidade à violência, por isso faz-se necessário o acompanhamento dessas famílias a partir das visitas domiciliares para identificação de comportamentos suspeitos e qualquer risco de agressão que cause danos à pessoa idosa. Convém ponderar que, o ACS é a principal ponte entre os serviços de saúde e a comunidade, pois com a construção do vínculo permite confiança e a partir desse laço, há trocas de informações que vai desde o contexto de vida dos usuários até outros aspectos no qual o idoso está inserido (LEINDECKER et al., 2021).

Conclusão

Dado o exposto, identificou-se que a COVID-19 e o distanciamento social trouxeram vários danos à saúde da pessoa idosa dentre elas o aumento das violências praticadas nos ambientes familiares o que favorece para a maior vulnerabilidade dos idosos a esse fenômeno social.

Percebe-se que com a desestruturação familiar houve uma sobrecarga para os idosos manterem suas famílias visto que, com o aumento do desemprego e coabitação dos familiares contribuíram para o aumento da dependência financeira desses para com os idosos, uma vez que, essas mudanças bruscas afetaram na saúde e bem-estar dos idosos causando medo e sensação de impotência diante do agressor.

Deste modo, com a pandemia reforçou um olhar atento para as necessidades e cuidado com a saúde e bem-estar dos idosos. Posto isto, faz necessária ferramentas de trabalho mais eficazes sejam formuladas para fortalecer as práticas de cuidados dos ACSs no seu cotidiano, ofertando proteção, respeito, acolhimento, escuta ativa e uma rede de apoio que promova o enfrentamento das situações de violência e prevenção de agravos ao idoso que sofre maus-tratos.

Descritores: Violência contra idosos; Violência doméstica; Pessoa idosa; Covid-19; Enfermagem.

Área Temática 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

HAN, S.D.; MOSQUEDA, L. Elder Abuse in the COVID-19. **Journal of the American Geriatrics Society**, New York, v. 68, n. 7, p. 1386-1387, abr. 2020.

LEINDECKER, C. R. *et al.* Maus-tratos contra o idoso na atenção primária à saúde: visão do agente comunitário de saúde. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 372-384, dez. 2021.

MORAES, C. L. *et al.* Violência contra idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, Supl.2, p. 4177-4184, jul. 2020.

ROMERO, D. E. *et al.* Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 3, p. e002166202021, ago. 2020.

VIEIRA-MEYER, A. P. G. F. *et al.* Violência e vulnerabilidade no território do agente comunitário de saúde: implicações no enfrentamento da COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 657-668, nov. 2021.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Jessica Santos Pires¹, Jailton Silva dos Santos¹, Roberta Barros de Miranda¹, Jéssica Souza Britto¹, Natália Silva Oliveira¹, Tatiane Dias Casimiro Valença².

Introdução

A violência contra as pessoas idosas é definida como toda ação que repercute de forma negativa na vida desses indivíduos, classificando-se em oito categorias: violência física, psicológica, institucional, financeira, sexual, patrimonial, discriminação e negligência (GOMES, 2020).

No contexto atual de pandemia de COVID-19, que forçou um distanciamento social e, conseqüentemente, obrigou as pessoas a se manterem isoladas nos seus lares, essa problemática se configurou como importante problema de saúde pública, uma vez que os indicadores têm confirmado aumento no número de casos de violência contra a população idosa (MORAES et al., 2020).

Objetivo

Analisar a produção científica sobre o aumento da violência contra a pessoa idosa durante a pandemia de COVID-19.

Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa de artigos publicados entre 2019 e 2021, utilizando os descritores em Ciências da Saúde: “violência”, “idosos” e “COVID-19”. A busca dos estudos aconteceu nas bases de dados eletrônicas da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS-MS), que reúne publicações nacionais e internacionais como Medline e Lilacs. Foram definidos como critérios de inclusão: artigos originais, publicados em português, inglês ou espanhol, no período de 2019 a 2021, cujo texto estivesse disponível na íntegra e discutisse o aumento da violência contra a pessoa idosa durante a pandemia de COVID-19.

¹Graduandos em Fisioterapia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail da relatora: jelpires1@gmail.com

²Fisioterapeuta. Docente Adjunta do Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Elencou-se como critérios de exclusão: teses, dissertações, monografias, publicações em anais de eventos, cartas ao editor, artigos de revisão e estudos que não respondessem ao objetivo desta pesquisa. Foram identificados 58 artigos, mas após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, apenas 8 foram incluídos neste estudo.

Resultados e Discussão

No contexto atual da pandemia de COVID-19, o distanciamento social se configurou como uma das principais medidas adotadas em todo mundo a fim de reduzir e controlar a alta transmissibilidade do vírus SARS-CoV-2. Dentre as consequências advindas do isolamento, destaca-se o aumento do número de abusos cometidos contra pessoas com 60 anos ou mais de idade, que são resultado da combinação de fatores relacionados aos idosos, cuidadores e círculo social. Assim, os idosos com baixos recursos financeiros foram os mais violentados, sofrendo abuso físico, sexual e psicológico, além da exploração financeira e negligência dos cuidadores durante o período da pandemia (MAKAROUN et al., 2020; DU; CHEIN, 2021).

Estudo de Du e Chein (2021) investigaram os fatores de risco relacionados ao aumento de violência contra idosos, e evidenciou que este é diretamente proporcional ao avanço da idade: enquanto os indivíduos com 70 a 74 anos tiveram prevalência de abuso de 16,2%, os idosos com idade acima de 75 anos apresentaram prevalência de 22,1%. Este estudo também observou maior probabilidade de violência contra as mulheres, quando comparado aos homens, bem como aos idosos divorciados, viúvos e solteiros. Outros estudos também apontaram fatores que aumentaram as chances de idosos sofrerem violência, como a baixa escolaridade, deficiência cognitiva, piores condições de saúde, ausência de crenças religiosas e residentes em instituições de longa permanência (MAKAROUN et al., 2020; DU; CHEIN, 2021; ELMAN et al., 2020; CHANG; LEVY, 2021; ARTHUR-HOLMES; GYASI, 2021).

Muitos idosos sofreram abuso por pessoas próximas do seu contexto social, como cuidadores, familiares e amigos, sendo que fatores como a codependência financeira, o aumento da demanda de tempo de cuidado, permanência em espaços domiciliares pequenos e com várias pessoas se mostraram como importantes fatores que culminaram coma violência contra a pessoa idosa durante a pandemia de COVID-19 (MAKAROUN et al., 2020; LEVY, 2021; ARTHUR-HOLMES, GYASI, 2021).

Nesse sentido, estudos apontaram que a pandemia refletiu no contexto relacional idoso-cuidador-família (MAKAROUN et al., 2020; HAN; MOSQUEDA, 2020; ARTHUR-HOLMES; GYASI, 2021). Devido à redução do apoio para o cuidado de idosos dependentes e fatores relacionados aos cuidadores, em especial o aumento das situações que desencadearam estresse físico e mental, dificuldade financeira, aumento do consumo de bebida alcóolica, entre outros aspectos, em conjunto, tornaram os cuidadores mais propensos a cometer violência contra os idosos sob seus cuidados (MAKAROUN et al., 2020; HAN; MOSQUEDA, 2020; ARTHUR-HOLMES; GYASI, 2021).

Os estudos apontaram algumas medidas para prevenção e redução dos casos de violência contra o idoso. Dentre eles, destaca-se a implementação de políticas públicas de saúde, assistência social, apoio econômico emergencial, segurança e justiça em ações de proteção de direitos, bem como de programas que pautem a luta contra a negligência de idosos, promoção e proteção de saúde, notificação e assistência aos indivíduos que já foram vítimas de qualquer tipo de violência (HAN; MOSQUEDA, 2020; MORAES et al., 2020).

Conclusões

Os estudos científicos revelaram o aumento da violência contra pessoas idosas durante a pandemia de COVID -19. Diversos fatores contribuíram para a elevação desses casos,

incluindo o âmbito social, econômico, emocional e ambiental. Os idosos mais violentados eram mulheres, com baixa renda e escolaridade, deficiência cognitiva, piores condições de saúde, ausência de crenças religiosas e residentes em instituições de longa permanência. Grande parte dos agressores eram os cuidadores afetados pelo aumento do estresse físico e mental causado pela redução do apoio para o cuidado de idosos dependentes, dificuldade financeira e aumento do consumo de bebida alcoólica. Além disso, o isolamento social enquanto estratégia dos órgãos e entidades públicas a fim de reduzir a disseminação do vírus SARS-CoV-2 acentuou e dificultou a detecção dos casos de abuso contra essa parcela da população.

Faz-se necessário, então, que medidas de incentivo a denúncias de violência contra os idosos sejam mais disseminadas e facilitadas pelos órgãos competentes, que a família assuma de maneira mais humana seu papel enquanto cuidadora mais proximal do idoso e que o estado possa contribuir com melhores condições sociais, econômicas e de saúde para que a sociedade possa vencer esse momento difícil gerado pela pandemia de COVID-19.

Descritores: Violência; Idoso; COVID-19.

Eixo Temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências

ARTHUR-HOLMES, Francis; GYASI, Razak M. COVID-19 crisis and increased risks of elder abuse in caregiving spaces. **Global public health**, p. 1-5, 2021.

CHANG, E.-Shien; LEVY, Becca R. High prevalence of elder abuse during the COVID-19 pandemic: risk and resilience factors. **The American Journal of Geriatric Psychiatry**, 2021.

DU, Pengcheng; CHEN, Yu. Prevalence of elder abuse and victim-related risk factors during the COVID-19 pandemic in China. **BMC public health**, v. 21, n. 1, p. 1-10, 2021.

ELMAN, Alyssa et al. Effect of the COVID-19 outbreak on elder mistreatment and response in New York City: initial lessons. **Journal of Applied Gerontology**, v. 39, n. 7, p. 690-699, 2020.

GOMES, Renato et al. Violência contra a pessoa idosa: vamos falar sobre isso? Brasil, Governo Federal: 2020.

HAN, S. Duke; MOSQUEDA, Laura. Elder abuse in the COVID-19 era. **Journal of the American Geriatrics Society**, 2020.

MAKAROUN, Lena K.; BACHRACH, Rachel L.; ROSLAND, Ann-Marie. Elder abuse in the time of COVID-19—Increased risks for older adults and their caregivers. **The American Journal of Geriatric Psychiatry**, v. 28, n. 8, p. 876, 2020.

MAKAROUN, Lena K. et al. Changes in Elder Abuse Risk Factors Reported by Caregivers of Older Adults during the COVID-19 Pandemic. **Journal of the American Geriatrics Society**, v. 69, n. 3, p. 602-603, 2021.

MORAES, Cláudia Leite de et al. Violência contra idosos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil: contribuições para seu enfrentamento. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 4177-4184, 2020.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

O PAPEL DO FISIOTERAPEUTA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

Ana Karolline Souza Vasconcelos¹, Caroline Santos Adimarães², Liana Brandão Costa Galvão², Marcos Antonio Moraes da Silva², Claudineia Matos de Araújo³.

Introdução

O envelhecimento é um processo fisiológico e inerente à existência humana, mas esta fase da vida está associada às condições crônicas, disfunções cinético-funcionais e redução da autonomia (TOLDRÁ et al., 2014). Estas repercussões podem propiciar a vulnerabilidade e acarretar em outros aspectos negativos, como a possibilidade de vivenciar situações de violência. A violência contra a pessoa idosa (VCPI) é marcada por diversos aspectos e pode ocorrer de diferentes modos, podendo ser nas formas física, psicológica, sexual, financeira, abandono e negligência (DIAS et al., 2020).

A violência contra a pessoa idosa assumiu uma posição de destaque na sociedade brasileira nas últimas décadas, sobretudo por conta da mudança na conformação da pirâmide etária do Brasil, evidenciando um país que está se tornando cada vez mais composto de pessoas idosas e, portanto, vulneráveis e passíveis de sofrer abusos e negligências. Por isso a violência contra o idoso tornou-se um problema de saúde pública, devido a sua magnitude, impacto social, gravidade e potencial de impactar na saúde individual e coletiva (OLIVEIRA; DIAS; REIS, 2015).

Os idosos são um grupo constituído por pessoas a partir dos sessenta anos, e possuem representação através de leis, políticas e um estatuto próprio que garante seus direitos. A pessoa idosa deve gozar de todos os direitos fundamentais relacionados à pessoa humana, cabendo a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público garantir o cumprimento dos direitos previstos na Lei nº 10.741, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Sendo assim, quaisquer agressões a este grupo caracteriza uma violação dos direitos humanos, e pode acarretar ainda em impactos psicológicos, físicos e até mesmo a morte precoce (DIAS et al., 2020).

¹ Discente do Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: roolvasconcelos@gmail.com

² Discente do Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié.

³ Fisioterapeuta. Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Graduação em Fisioterapia da UESB.

O cenário da VCPI ainda não apresenta amplo destaque, mas causa grandes impactos, por isso o atendimento às pessoas nesta situação requer uma abordagem multidisciplinar. Os profissionais de saúde, sobretudo da atenção básica, que tem um vínculo maior com a população, têm papel importante na contribuição para o desenvolvimento de ferramentas de proteção e enfrentamento à violência. Desta forma, o fisioterapeuta está igualmente incluído no trabalho para auxiliar na construção destes mecanismos, além de trabalhar na promoção da saúde e funcionalidade, prevenção de agravos e reabilitação de possíveis sequelas (DIAS et al., 2020).

Objetivo

Discutir o papel do fisioterapeuta na identificação e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa.

Métodos

O presente estudo se configura como uma revisão bibliográfica de literatura, utilizando as bases de dados LILACS, SCIELO e BVS para a coleta de materiais em língua portuguesa, espanhola ou inglesa, que tenham sido publicados em até 10 anos do presente ano. Para isso utilizou-se os descritores: fisioterapia; violência; e pessoa idosa, combinados através do operador booleano AND, resultando no seguinte chaveamento: fisioterapia AND violência AND pessoa idosa; fisioterapia AND violência; pessoa idosa AND violência. Por fim, foram selecionados 4 artigos, que melhor atenderam ao objetivo proposto para compor os resultados dessa pesquisa.

Resultados e Discussão

Idosos longevos e com dependência funcional são mais passíveis de se tornarem vítimas de violência, maus tratos e negligência, principalmente pela relação de maior dependência com a demanda de mais suporte dos familiares e cuidadores, que na grande maioria das vezes são pessoas despreparadas para lidar com os cuidados em saúde necessários nestes casos. Esta situação geralmente acarreta em altos níveis de estresse por parte do cuidador, o que se torna um fator de risco para a ocorrência de violência (OLIVEIRA; DIAS; REIS, 2015). Nesse sentido, o papel do fisioterapeuta é para além da manutenção da capacidade funcional, visando também oferecer suporte aos familiares e cuidadores, bem como identificar focos de violência (AVEIRO et al., 2011).

Dias et al. (2020) apontam que as intervenções fisioterapêuticas aplicadas à pessoa idosa vítima de violência são, comumente, a educação em saúde, a avaliação do estresse do cuidador, o rastreamento e a triagem, a avaliação e identificação de situações de violência, bem como a implementação do plano terapêutico/propedêutica de reabilitação e, por fim, a denúncia diretamente às autoridades ou ao serviço social da Unidade de saúde da região ou do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), caso esteja disponível.

O fisioterapeuta, assim como os demais profissionais de saúde, precisa saber reconhecer sinais de violência contra a pessoa idosa, principalmente por ter um vínculo geralmente diário e contínuo com o idoso, quer seja em ambiente domiciliar, clínico, ou nas práticas coletivas na Unidade Básica de Saúde (UBS), bem como conhecer as medidas legais a serem tomadas, visando a proteção destes, quando se identificar casos de violência, abuso e negligência. É importante implementar em sua prática clínica o uso da ficha de notificação de violência interpessoal em conjunto com o rastreamento e a triagem para identificar possíveis fontes de violência, além de envolver a comunidade em ações educativas que proporcionem o estímulo da proteção à pessoa idosa (AVEIRO et al., 2011; DIAS et al., 2020).

A atuação fisioterapêutica precisa ser desenvolvida com atenção desde o primeiro contato, devendo o profissional buscar o máximo de informações possíveis sobre existência ou não da rede de apoio para o familiar ou cuidador. Além de identificar problemas físicos e biomecânicos do idoso, investigando a existência de contusões, hematomas em forma de mão,

luxações, feridas abertas, lesões na cabeça ou pescoço ou sinais de negligência, como desnutrição, cuidados precários, úlceras de decúbito, desidratação, contraturas e reações emocionais inapropriadas para a situação, com a expertise em saber diferenciar os sinais de violência de uma manifestação de doença ou acidente (DIAS et al., 2020).

Ademais, Dias et al. (2020) destacam alguns sinais de alerta para violência física, como a presença de hematomas no tórax, costas, membros superiores (MMSS) e membros inferiores (MMII), queimaduras de cigarro, sinais de restrição física como marcas de correntes, lacerações na face, ausência de cabelos ou hemorragia. Além disso, o estado psicológico do idoso deve ser bem avaliado, buscando mudanças comportamentais, manifestações de susto ou medo, bem como a recusa em falar sobre a família ou a recusa da família em permitir que o idoso seja atendido sozinho ou a determinadas condutas. Por fim, é importante salientar a necessidade realizar uma escuta qualificada com a pessoa idosa.

Em complemento às observações supracitadas, Câmara et al. (2021) destacam a importância de perceber alterações na evolução do quadro do paciente, verificando situações de dor em regiões suspeitas, embotamento de humor ou baixa autoestima, redução da amplitude de movimento ou da mobilidade, em conjunto com a presença dos sinais flogísticos e abandono ou baixa adesão ao tratamento proposto. A avaliação contínua é importante para traçar um perfil e verificar as possíveis alterações que não sejam oriundas do próprio processo fisiológico do envelhecimento.

Conclusões

O fisioterapeuta é um profissional de primeiro contato e assume o compromisso de atuação perante aos princípios de universalidade e integralidade da assistência preconizados pelo SUS, principalmente com a população vulnerável. Portanto, o trabalho com a pessoa idosa deve ser pautado no fomento de práticas voltadas à independência funcional, com ações educativas em saúde. Além disso, este profissional pode realizar orientações e adaptações no ambiente para facilitar o cotidiano, promovendo redução de situações estressantes para os idosos, familiares e cuidadores, tendo em vista a prevenção de atos e situações de violência e negligência, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

O papel do fisioterapeuta, nestes casos, envolve alguns desafios e por isso é preciso preparo para identificar e intervir em situações de violência contra os idosos, sabendo reconhecer sinais de alerta, desde a constante avaliação dos segmentos corporais à percepção de sinais psicológicos e comportamentais. Por fim, cabe destacar que as observações e intervenções visam sempre a proteção da pessoa idosa, e este profissional é um aliado importante neste processo, já que a relação profissional-paciente é permeada pela confiança e diálogo.

Descritores: fisioterapia; violência; pessoa idosa.

Referências

DIAS, A. L. *et al.* Intervenções fisioterapêuticas direcionadas à pessoa idosa em situação de violência: uma revisão de escopo. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbagg/a/dcVS84X4Zr9RpCjJ4QSjgmp/?format=pdf&lang=pt>.

CÂMARA, D. N. A. *et al.* Violência na senescência: um fluxograma multiprofissional. **Brazilian Journal of Health Review.** Curitiba: v.4. n.4. p. 14940-14955. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/32757/pdf>.

OLIVEIRA, B. S; DIAS, V. F; REIS, L. A. Relação entre capacidade funcional e sinais de violência e maus tratos em idosos longevos. **Fisioterapia Brasil**. v. 16. 2015. Disponível em:
<https://www.portalatlanticaeditora.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/295/506>.

AVEIRO, M. C. *et al.* Perspectivas da participação do fisioterapeuta no Programa Saúde da Família na atenção à saúde do idoso. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/YHghm95mMXbbSLb6JNrMCJN/?format=pdf&lang=pt>.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Presidência da República: Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741compilado.htm.

TOLDRÁ, R. C. *et al.* Promoção da saúde e da qualidade de vida com idosos por meio de práticas corporais. **O Mundo da Saúde**. São Paulo: v.38. n.2. p. 159-168. 2014. Disponível em:
https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/promocao_saude_qualidade_vida_idosos.pdf.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

PERCEPÇÃO DE HOMENS ALCOOLISTAS SOBRE O ISOLAMENTO SOCIAL COMO PREVENÇÃO À COVID-19

Samara Souza Santos¹, Manuela de Jesus Silva², Yanka dos Santos do Nascimento³,
Thainan Alves Silva⁴, Patrícia Anjos Lima de Carvalho⁵, Edméia Campos Meira⁶.

Introdução

O uso abusivo do álcool é problemático para os jovens e adultos, especialmente por ser a causa principal de morte em homens entre 15 e 59 anos. Sobre isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reforça que não há limite seguro para o consumo do álcool, já que acarreta em prejuízos à saúde quando consumido de maneira exacerbada. O consumo demasiado enfraquece o sistema imunológico, tendo como consequência o enfraquecimento do organismo no combate às doenças bacterianas e virais, com a COVID-19, o que resulta no risco elevado de infecção durante a pandemia (ALMEIDA, 2020, NABUCO, 2020).

Segundo Schmidt (2020), a população brasileira tem uma grande taxa de aceitação referente ao isolamento social, principalmente pelos adultos de meia idade acima, e menor aceitação pelos jovens. Podendo variar ainda conforme idade, sexo, escolaridade e renda familiar. Em contrapartida, as implicações psicológicas também vêm crescendo cada vez mais, principalmente para aquelas pessoas que já enfrentavam algum problema, como o alcoolismo crônico (PADUA, 2021).

A vivência das pessoas durante o período da pandemia do novo coronavírus é marcada por instabilidades devido às vivências de sentimentos de preocupação, insegurança ou medo. Muitas delas experienciam altos níveis de estresse, e, por isso, estão mais susceptíveis a manifestação de sinais e sintomas psíquicos, que se potencializam a depender do grau de vulnerabilidade do indivíduo, como a exemplo dos usuários de álcool e outras drogas (WHO, 2020b). A rotina dos homens alcoolistas tem sido marcada por diversas dificuldades e superações.

¹Acadêmica do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Jequié. E-mail: samsouza99@outlook.com

^{2,3}Acadêmica do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Jequié.

³Enfermeira. Mestre em formação pelo Programa de Pós-Graduação Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

⁵ Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde, Professora Assistente do Departamento de Saúde II da UESB

⁶ Enfermeira. Doutora em Memória, Professora adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Objetivo

Discutir a percepção de homens alcoolistas sobre o isolamento social como prevenção à COVID-19.

Métodos

Este estudo é integrante do projeto de pesquisa denominado: “O sentido da memória de familiares em relação de convivência e cuidado com o alcoolismo crônico” realizado em um município do interior da Bahia, Brasil. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa, fundamentado na História Oral Temática como abordagem metodológica (MEIHY, 2005).

Os participantes deste estudo foram cinco homens alcoolistas, selecionados no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas (CAPS-ad). Adotou-se como critérios de inclusão: ser homem alcoolista, dependente por no mínimo dois anos; não utilizar outras drogas além do álcool, exceto o tabaco; ter 18 anos de idade ou mais; estar em condições para expressão da linguagem oral; ter vivenciado ou estar vivenciando convivência familiar.

A coleta dos dados ocorreu entre os meses de março e abril de 2021, mediante videoconferência pela Plataforma Digital Google Meet, por meio de entrevistas semiestruturadas, com duração média de 30 minutos, realizadas por três pesquisadoras da equipe executora e um colaborador da equipe do CAPS-ad.

O estudo atendeu as normas estabelecidas pela Resolução 466/12, tendo sido submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, conforme parecer favorável de nº 3.233.649/2019, CAAE nº 07378818.2.0000.0055. Todos os participantes assinaram o TCLE, e para garantir o sigilo e preservar a identidade deles, utilizou-se codinomes de pássaros (Pavão, Canário, Pardal, Papagaio e Papa Capim).

Resultados e Discussão

Participaram desse estudo cinco homens alcoolistas, usuários assistidos pelo CAPS-ad, com idade que variaram entre 40 e 70 anos, sendo três solteiros e dois divorciados e apenas dois declararam não residir com os familiares.

Em relação ao grau de escolaridade e situação econômica, todos apresentavam baixo nível de escolaridade e renda, sendo um aposentado e quatro sem renda fixa. Quanto à profissão, referiram ter trabalhado como auxiliar de produção, auxiliar de serviços gerais e reciclagem.

Dentre os participantes da pesquisa, os que residem sozinhos, encontraram dificuldades na continuidade de encontros familiares, e contatos com amigos durante o período de pandemia, expressando conhecimento sobre os cuidados sanitários a serem adotados para evitar a disseminação da COVID-19.

Através dos relatos os alcoolistas evidenciaram consciência sobre alguns cuidados que devem ser tomados em decorrência da pandemia, como o uso da máscara e distanciamento social. Podemos observar essas premissas nos relatos a seguir:

- Tentamos fazer o possível, nos cuidar, mas nunca fazemos 100%, geralmente fazemos 60%, 50%, 80%, mais 100% não tem essa pessoa que consegue fazer. (Papa-Capim)

-Tem um rapaz que sempre me recebe em sua casa, fico na porta dele conversando, ele usando máscara. (Papagaio)

É possível identificar um grande desejo em colaborar com as medidas sanitárias pela maioria das pessoas, ficando em casa, fazendo uso das máscaras, álcool em gel e higienização das mãos, tudo isso para enfrentamento da pandemia que vivenciamos. Pesquisas apresentam ainda que o medo em se infectar, e sofrimentos posteriores ao positivar para o coronavírus, contribui para maior adesão ao isolamento (NABUCO, 2020).

Ao evitar o contato direto com as pessoas, a fim de se resguardar, a solidão surge e se apresenta como elemento que dificulta a sobriedade dos alcoolistas, que ao encontra-se só, procura refúgio no álcool, aumentando sua ingestão, e por vezes infringindo inconscientemente alguma das regras de prevenções contra a COVID-19. É possível encontrar nos seguintes relatos, como os participantes estão lidando com essa situação.

-Não estou achando casa de parente mais, por causa dessa doença e da pandemia (Pardal)

-No momento estou morando sozinho, sozinho e Deus não é. (Papa-Capim)

-Ia à casa do meu irmão, fim de semana, agora não vou mais. (Canario)

Ao limitar-se em seus lares, a privação de liberdade, e convivência, fez com que as pessoas criassem meios para conviver sozinho, redescobrimo-se como pessoa. Isso ocasionou um grande impacto, não apenas emocional, mas também social, aumentando as chances de transtornos mentais, dependências as drogas lícitas e ilícitas, assim como a recaídas, impactando diretamente na qualidade de vida dessas pessoas (PADUA, 2021; ALMEIDA, 2020).

Conclusão

Por fim, conclui-se que a pandemia afetou de forma negativa a vida de homens alcoolistas e toda a sociedade, tornando mais difícil alcançar a sobriedade e diminuição do consumo elevado do álcool por eles.

Por meio dos relatos, é possível identificar que o isolamento mantido em prevenção da COVID-19 acarreta solidão, tristeza e até mesmo quebra de vínculos afetivos. Contudo, o desejo pelo fim da pandemia motiva as pessoas a continuar cumprindo as medidas sanitárias estabelecidas.

Descritores: Pandemia; Prevenção; Alcoolismo; Conhecimento.

Área Temática 2: As práticas de cuidado no contexto do Sistema Único de Saúde

Referências

ALMEIDA, Thiago de. Solidão, solidude e a pandemia da COVID-19. **Pensando famílias**, v. 24, n. 2, p. 3-14, 2020.

DE PÁDUA, Mathias Antunes Vilas-Bôas *et al.* Enfretamento do alcoolismo no contexto da pandemia da covid-19: Relato de experiência. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 11, p. 108342-108351, 2021.

GARCIA, Leila Posenato; SANCHEZ, Zila M. Consumo de álcool durante a pandemia da COVID-19: uma reflexão necessária para o enfrentamento da situação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00124520, 2020.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

NABUCO, Guilherme; DE OLIVEIRA, Maria Helena Pereira Pires; AFONSO, Marcelo Pellizzaro Dias. O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental. **Revista Brasileira de medicina de família e comunidade**, v. 15, n. 42, p. 2532-2532, 2020.

QUEIROGA, Vinicius Vieira *et al.* A pandemia da Covid-19 e o aumento do consumo de álcool no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, p. e568101118580-e568101118580, 2021.

SCHMIDT, Beatriz *et al.* Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 37, 2020.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

EXPRESSÕES DE VIOLÊNCIA DE HOMENS ALCOOLISTAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Manuela de Jesus Silva¹, Samara Souza Santos², Thainan Alves Silva³, Taynnan de Oliveira Damasceno⁴, Edmeia Campos Meira⁵, Patrícia Anjos Lima de Carvalho⁶.

Introdução

O consumo do álcool tem início precoce na vida dos homens, podendo ocorrer antes da adolescência (<12 anos), o que contribui para o alcoolismo na vida adulta. O elevado consumo da bebida alcoólica pode ter diversas repercussões na família em todas as fases do seu ciclo vital. Estudos apontam forte ligação entre o consumo do álcool e a violência física, sendo que o alcoolista tanto pode se tornar agressor quanto vítima (CARVALHO et al., 2017).

Por outro lado, indivíduos que presenciaram violências de quaisquer tipos na infância, ou foram agredidos por seus familiares, apresentam maior suscetibilidade para dependência ao álcool quando adolescentes, e posteriormente na vida adulta. Em contra partida o gênero também tem sua influência na perpetuação da violência por homens, no interior de seus lares e em situações de convivência social fora de casa, envolvendo de alguma maneira as mulheres que se relacionam (ORNELL, 2020; CARVALHO et al., 2017).

Com o surgimento da pandemia da COVID-19, a sociedade passou a enfrentar diversos desafios, tantos sociais, econômicos, e de esfera psicológica. A facilidade com que o vírus se propaga desencadeou a necessidade pela restrição social, o que aumentou as situações de maus tratos praticadas pelos cônjuges às suas esposas e pais às suas filhas dentro de casa. Esses agressores utilizam ainda como forma de controle e posse sobre essas mulheres, ameaças verbais, morais e de cunho financeiro, afetando suas vidas a curto e longo prazo (ORNELL, 2020).

Objetivo

Identificar situações de violência vivenciadas por homens alcoolistas durante o período da pandemia.

¹Acadêmica do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Jequié. E-mail: manuellasilvaaraujo5555@gmail.com

^{2,4}Acadêmica do curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Jequié.

³Enfermeira. Mestre em formação pelo Programa de Pós-Graduação Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

⁵Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde, Professora Assistente do Departamento de Saúde II da UESB

Métodos

O estudo corresponde a um subprojeto da pesquisa intitulado: “O sentido da memória de familiares em relação de convivência e cuidado com o alcoolismo crônico” realizado em um município do interior da Bahia, Brasil. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, de natureza qualitativa, fundamentado na História Oral Temática como abordagem metodológica (MEIHY, 2005).

Os participantes deste estudo foram cinco homens alcoolistas, selecionados no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas (CAPS-ad). Adotou-se como critérios de inclusão: ser homem alcoolista, dependente por no mínimo dois anos; não utilizar outras drogas além do álcool, exceto o tabaco; ter 18 anos de idade ou mais; estar em condições para expressão da linguagem oral; ter vivenciado ou estar vivenciando convivência familiar.

A coleta dos dados ocorreu entre os meses de março e abril de 2021, mediante videoconferência pela Plataforma Digital *Google Meet*, por meio de entrevistas semiestruturadas, com duração média de 30 minutos, realizadas por três pesquisadoras da equipe executora e um colaborador da equipe do CAPS-ad.

O estudo atendeu as normas estabelecidas pela Resolução 466/12, tendo sido submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, conforme parecer favorável de nº 3.233.649/2019, CAAE nº 07378818.2.0000.0055. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e para garantir o sigilo e preservar a identidade dos mesmos, utilizou-se codinomes de pássaros (Pavão, Canário, Pardal, Papagaio e Papa Capim).

Resultados e Discussão

Os homens alcoolistas que participaram do estudo são usuários do CAPS-ad, tinham idade entre 40 e 70 anos, sendo três solteiros e dois divorciados, apenas dois declararam não residir com os familiares.

Em relação ao grau de escolaridade e situação econômica, todos apresentavam baixo nível de escolaridade e renda, sendo um aposentado e quatro sem renda fixa. Quanto à profissão, referiram ter trabalhado como auxiliar de produção, auxiliar de serviços gerais e reciclagem.

Todos os participantes que residem com os familiares durante o período da pandemia, declararam conviver com algum tipo de conflito, dentre os quais, destaca-se as relações de violência doméstica.

A violência psicológica, envolvendo esposas e filhos, teve papel de destaque nas narrativas dos alcoolistas. Segundo os participantes, os conflitos ocorreram principalmente devido à falta de responsabilidade deles, que em decorrência das saídas para consumir o álcool, acabaram contraindo o coronavírus, e disseminando a doença entre os familiares, o que acarretou em diversas ofensas verbais. Conforme relatos a seguir:

[...] Me acusaram que eu fui o ator da doença (COVID – 19), de botar dentro de casa, aí depois que eu passei mais uns dias dentro de casa, aí eu tive que entra no álcool porque eu fiquei muito desesperado. Papagaio

[...] Eu vou dizer para a senhora praticamente eu não estou tendo acesso a família, eu estou dentro de casa, mas eu estou sendo um inimigo dentro de casa, ninguém quer falar comigo, passa um por outro e eu estou parecendo que sou pior que um cachorro. Pardal

A literatura corrobora com esse estudo na medida que evidencia a relação do alcoolismo como uma doença da família, pois todos são afetados e sofrem descargas destrutivas. Isto resulta em uma vida tumultuada, entre discussões, mentiras, negações, vergonha e insegurança, que contribuem para a desestabilização familiar (MANGUEIRA; LOPES, 2014).

A violência física também foi narrada por um dos participantes, o mesmo relatou que estava alcoolizado e acabou agredindo seu irmão, porque o mesmo pediu para que ele não ficasse próximo da sua mãe durante esse período de distanciamento social, já que o mesmo tinha costume de sair todos os dias para beber. Conforme descrição a seguir:

[...] acabei batendo, brigando com meu irmão, ele pediu para eu não chegar nem perto da nossa mãe, aí eu bati mesmo, porque eu saia pela manhã e chegava a noite em casa. Canário

A relação entre violência e o consumo de bebidas alcoólicas envolve uma série de complexidades, todavia, alguns autores apontam que o consumo de álcool é, no mínimo, um importante fomentador dessas situações (CARVALHO et al., 2017). O comportamento agressivo associado ao consumo de bebidas alcoólicas tem sido, muitas vezes, atribuído aos efeitos farmacológicos do álcool, que diminuem a inibição comportamental e aumentam a excitabilidade psicológica, levando ao desencadeamento de diversos conflitos (TONDOWSKI et al., 2014).

Conclusões

Concluimos que a violência, seja ela física, psicológica, verbal e sexual, se intensifica quando está relacionada ao alcoolismo sofrido pelos agressores, levando essas famílias ao sofrimento, que por vezes são passados de geração a geração.

E, com a pandemia da COVID-19, esses atos tornou-se mais rotineiro, já que os agressores passaram a estar mais presentes dentro de seus lares, permanecendo por longos períodos em convivência com mulheres e outros familiares, colaborando para o aumento da violência no ambiente doméstico.

Descritores: Alcoolismo, Violência, Homens, Pandemia.

Eixo Temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências

- CARVALHO, A.P.; SILVA, T. C.; VALENÇA, P. A. M.; SANTOS, C. F. B. F.; COLARES, V.; MENEZES, V. A. Consumo de álcool e violência física entre adolescentes: quem é o preditor? **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.22, n.12, p. 4013-4020, dez. 2017.
- MANGUEIRA, S. O.; LOPES, M. V. O. Família disfuncional no contexto do alcoolismo: análise de conceito. **Revista Brasileira de enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 1, p. 149-154, fev. 2014.
- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2005.
- ORNELL, F.; HALPERN, S. C.; DALBOSCO, C.; SORDI, A. O.; STOCK, B. S.; KESSLER, F. *et al.* Violência doméstica e consumo de drogas durante a pandemia da COVID-19. **Pensando famílias**, v. 24, n. 1, p. 3-11, 2020.

TONDOWSKI, C. S.; FEIJÓ, M. R.; SILVA, E. A.; GEBARA, C. F. P.; SANCHEZ, Z. M.; & NOTO, A. R. Padrões Intergeracionais de Violência Familiar Associada ao Abuso de Bebidas Alcoólicas: Um Estudo Baseado em Genogramas. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 27, n. 4, p.806-814. 2014.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

MEDIDAS DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA À VIOLÊNCIA POR PARCEIRO ÍNTIMO ENTRE JOVENS E ADOLESCENTES

Maryvânsley Nunes de Sá Reis¹, Poliana Souza Lapa², Sara de Jesus Santos³, Micaela Freire Fontoura⁴, Juliana Costa Machado⁵, Aline Vieira Simões⁶.

Introdução

O conhecimento sobre a violência social nos últimos anos tem sido um fenômeno. Isto porque trouxe à tona um dos mais importantes desafios para a saúde pública do século XXI. Vários tipos e formas deste fenômeno têm sido objetos de estudo. Mas, apesar de ter grande relevância social, a violência nos relacionamentos íntimos dos jovens é um tema ainda recente na literatura científica (ARAUJO, 2012).

O tema atualmente é considerado de grande importância principalmente nos estudos internacionais, tendo eles dois intuitos principais: o de melhorar as experiências afetivo-sexuais entre os jovens e o da promoção da prevenção à violência conjugal. Contudo, em se tratando de Brasil, o fenômeno da violência no namoro ainda é pouco estudado ao se comparar com a produção da literatura internacional sobre a temática (ARAUJO, 2012).

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Jequié/BA. Bolsista de Iniciação Científica da UESB. Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

E-mail: MaryvansleyNunes@outlook.com

² Fisioterapeuta. Residente em Urgência e Emergência do Complexo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (HC-UFPR).

³ Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Jequié/BA. Bolsista de Iniciação Científica da UESB. Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

⁴ Fisioterapeuta, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Campus Jequié/BA. Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

⁵ Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Líder do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

⁶ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

O “Centers for Disease Control and Prevention (CDC)” ou “Centros de Controle e Prevenção de Doenças, dos Estados Unidos, aponta que a violência no namoro entre adolescentes refere-se à: a) violência física: se dá quando o parceiro(a) utiliza a força física contra o outro; b) sexual: em que o parceiro (a) é forçado (a) a relacionar-se intimamente sem consentimento; c) psicológica ou emocional: em que ocorre ameaças, insultos, tentativa e/ou controle do parceiro(a), podendo ser considerada também como violência verbal ou verbal-emocional; e d) perseguição: diz respeito a assediar sucessivamente o parceiro(a), provocando medo e ansiedade pela presença indesejada (CDC, 2016).

A violência por parceiro íntimo continua sendo um problema significativo de saúde pública, associado a altas taxas de morbidade e mortalidade. A violência por parceiro íntimo tem se tornado cada vez mais prevalente em adolescentes, 20% destes com idade entre 13 e 18 anos relatam violência física e 9% relatam violência sexual (KAMEG; CONSTANTINO, 2020).

Vivenciar um namoro violento pode desencadear vários sintomas, dentre eles os mais recorrentes são: depressão, ansiedade, abuso de álcool e drogas, comportamentos antissociais e ideação suicida. Por esta razão é vista como um problema de saúde pública que apresenta consequências a curto e longo prazos para o adolescente em desenvolvimento (CDC, 2016).

Objetivo

Identificar publicações científicas sobre ações de medidas de prevenção primária à violência por parceiro íntimo entre jovens e adolescentes.

Métodos

Trata-se de uma revisão de literatura, com busca realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDEnf), utilizando como Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Violência; Jovens; Prevenção Primária; interconectados pelo operador booleano *AND*. A coleta foi realizada entre os dias 30 de Novembro de 2021 a 02 de Dezembro de 2021.

Este estudo teve como questões norteadoras: “Quais são as medidas de prevenção primária que existem em relação à violência por parceiro íntimo entre jovens e adolescentes? E como estas têm sido efetivadas?”.

Foram encontrados 31 estudos, e após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados seis artigos para análise.

Como critérios de inclusão foram utilizados artigos em português, inglês e espanhol; publicados entre 2016 e 2021; com assunto principal: Prevenção Primária; Estudantes; Violência; Professores Escolares; Violência por Parceiro Íntimo; Promoção da Saúde; Serviços de Saúde Escolar; Percepção; Universidades. Os critérios de exclusão utilizados foram: artigos duplicados, teses e estudos que não atendessem ao objetivo desta revisão.

Resultados e Discussão

Entre os poucos estudos encontrados, apesar da grande relevância da temática, os resultados apontaram para instituições educacionais como escolas e universidades, sendo o público alvo das ações os estudantes e corpo de funcionários das instituições.

Para tanto, os estudos evidenciaram a importância do profissional de enfermagem com ações voltadas para a saúde mental nas escolas, sendo elas a psicoeducação e aconselhamento; triagem e gerenciamento de comorbidades; e planejamento de segurança. Estas ações possibilitaram melhores resultados para adolescentes expostos, em risco e àqueles que já

experimentam a violência por parceiro íntimo, sendo, dessa forma, essenciais intervenções preventivas que englobem desde a prevenção primária à terciária (KAMEG; CONSTANTINO, 2020).

Em se tratando de ferramentas utilizadas na escola, estudos mostram a estrutura *ADAPT-ITT* (avaliação, decisões, administração, produção, especialistas em tópicos, integração, treinamento de equipe e testes), que se trata de uma ferramenta adaptada a um programa de prevenção da violência sexual baseado em evidências, desenvolvido nos Estados Unidos para uma universidade em Gana, o qual se mostrou bastante promissor para a prevenção primária deste tipo de violência (MUNRO-KRAMER et al., 2020).

Ademais, também existem as políticas de educação sexual, projeto este implementado no Chile, que trata da saúde sexual e reprodutiva da população adolescente, em que a política incorporou conteúdos curriculares, iniciativas em sexualidade e consultorias externas, o que proporcionou a redução da gravidez na adolescência e aumento do uso de métodos anticoncepcionais. Mas, em sentido oposto à sua finalidade, houve diminuição do uso de preservativo masculino e aumento dos casos de gonorreia e HIV, bem como do número de violência sexual contra adolescentes (CASTRO-SANDOVAL et al., 2019). Para tal, existem também os programas construtivos de educação escolar na prevenção do abuso sexual infantil com ênfase em programas que englobam crianças, adolescentes, professores e pais, que revelaram a importância do envolvimento destes últimos na detecção precoce de abuso sexual em crianças e adolescentes, no aumento positivo das habilidades de comunicação e também da autoestima (OGUNJIMI et al., 2017).

Em relação ao corpo de funcionários das instituições educacionais, os resultados de uma pesquisa que objetivou examinar o impacto da exposição do “*Bringin’ in the Bystander - High School Curriculum* (BITB-HSC)” ou Traga o espectador - Currículo do Ensino médio, programa/projeto de intervenção aos funcionários da escola, apresentou que a exposição à oficina, ao currículo do aluno e à apostila foi associada a um maior conhecimento deste público quanto a este agravo. Além disso, as intenções reativas, ou seja, as respostas dos funcionários da escola em casos de estudantes do ensino médio em relacionamentos abusivos ou/e de agressão sexual tornaram-se mais eficazes e frequentes (EDWARDS, et al, 2020).

Com vistas à promoção de capacitação de alunos para serem espectadores com intenções reativas foi utilizado o programa “*Green Dot*” ou Ponto verde, em que os professores já capacitados realizavam apresentações em toda a escola e recrutavam estudantes para treiná-los a serem espectadores também deste tipo de agravo, sendo este programa bastante eficaz ao diminuir significativamente, não apenas a perpetração da violência sexual como também a vitimização da violência no namoro (COKER, et al, 2017).

Conclusões

Diante do exposto, é possível compreender que algumas das medidas de prevenção primária à violência por parceiro íntimo entre jovens e adolescentes são estratégias principalmente realizadas nos âmbitos escolar e familiar, visto que são os locais em que este público passa a maior parte do seu tempo. Sendo assim, a promoção de ações de prevenção primária são caminhos que contribuem para uma redução dos casos de violência por parceiro íntimo entre jovens e adolescentes, para além de promover, conseqüentemente, a prevenção da violência conjugal/marital.

Dessa maneira a temática é de grande relevância, contudo, ainda são poucos os estudos que tratam especificamente das medidas preventivas relacionadas aos públicos jovem e adolescente, sendo necessária a realização de mais estudos e pesquisas científicas, a fim de

possibilitar a criação de políticas públicas efetivas e/ou projetos centralizados em medidas preventivas primárias para jovens e adolescentes, especialmente em se tratando do Brasil.

Descritores: Violência; Jovens; prevenção primária.

Eixo temático 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência

Referências

ARAUJO, L.M. Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros. **Resenhas Revista Ciências Saúde Coletiva**, v.17, n.9. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/cgbGBZfYFk8gTRrdNYRtWpg/?lang=pt>. Acesso em: 09 dez. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000900035>.

CASTRO-SANDOVAL, G. *et al.* Impacto de las políticas de educación sexual em lasalud sexual y reproductiva adolescente em elsur de Chile, período 200-2017. **Rev. Chil. Obstet. Ginecol. (En línea)**, v.84, n.1, p.28-40, 2019. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-75262019000100028. Acesso em: 30 nov. 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-75262019000100028>

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Understanding Teen Dating Violence**. EstadosUnidos, Atlanta, 2016.

COKER, A.L. *et al.* RCT testing bystander effectiveness to reduce violence. **Am J Prev Med**, v.52, n.5, p.566-57, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.amepre.2017.01.020>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28279546/>. Acesso em: 01 dez. 2021.

EDWARDS, K.M. *et al.* Preventing teen relationship abuse and sexual assault through bystander training: intervention outcomes for school personnel. **Am J CommunityPsychol**, v.64, n.1-2, p.160-172, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31449675/>. Acesso em: 01 dez. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1002/ajcp.12379>.

KAMEG, B.N.; CONSTANTINO, R. Intimate partner violence in adolescents: Preventive strategies for psychiatric-mental health nurse practitioners. **J ChildAdolescPsychiatrNurs**, v. 33, n.3, p.163-168, 2020. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32657443/>. Acesso em: 01 dez. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1111/jcap.12286>

MUNRO-KRAMER, M. L. *et al.* Adapting a sexual violenceprimarypreventionprogramtoGhanautilizingthe ADAPT-ITT framework. **Violence Against Women**, v.26, n.1, p.66-88, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1077801219828533>. Acesso em: 30 nov. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1111/jcap.12286>

OGUNJIMI, A.I. *et al.* Prevenção do abuso sexual da criança: revisão integrativa. Child sexual abuse prevention: integrative review. **Rev. Enferm. UFPE On line**, v.11, n.11, p.4469-4482, 2017. Disponível em <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-33383> Acesso em: 30 nov. 2021.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

REPERCUSSÕES DO CICLO VIOLENTO INTERGERACIONAL EM CRIANÇAS: REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Vitória Oliveira Couto¹, Bruna Cabral Barreto de Souza², Tamiles Souza
Oliveira³, Aline Vieira Simões⁴, Juliana Costa Machado⁵.

Introdução

A família é definida como uma junção de normas, práticas e valores que visam o desenvolvimento individual e grupal de seus membros. Desse modo, a noção de família aparece sempre atrelada à construção de vínculos, afetos e sentimentos e por possuir uma dinâmica própria, independente dos arranjos ou das novas estruturas que se vem constituindo, a mesma configura-se como o papel fundamental para a evolução humana, a qual é determinada de acordo a fatores individuais e a aspectos do contexto social que os indivíduos estão inseridos (BIROLI, 2014; SILVA; ORO; BOSSARDI, 2021).

Segundo os artigos 5º e 17º da lei nº 8.069/90 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é direito de toda criança e adolescente está isento de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, sendo respeitados como seres humanos e tendo sua integridade física, psíquica e moral preservadas, abrangendo a preservação da imagem, identidade, autonomia, valores, ideias, crenças, espaços e objetos pessoais (BRASIL, 1990). Entretanto apesar da legislação ser formulada de forma ideal sua aplicação para a proteção e bem-estar das crianças e adolescentes está falhando em diversos aspectos da vida cotidiana.

¹Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: mvcouto22@yahoo.com

²Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB, Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

³Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

⁴Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO).

⁵Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Orientadora de Iniciação Científica FAPESB. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB e Líder do GPVIO.

A violência intrafamiliar atualmente se consolida como um problema complexo e desafiador da saúde pública, por ser um fenômeno que atinge boa parcela da população, repercutindo de forma significativa sobre a vida das pessoas a ela submetida de forma direta ou indiretamente (BRASIL, 2002). As repercussões de tais atos violentos trazem impactos negativos tanto para a saúde, quanto para o desenvolvimento humano.

Ao se tratar do desenvolvimento de crianças e adolescentes que residem em lares violentos, vendo, ouvindo e em alguns casos tentando intervir é perceptível que as mesmas possam vir a apresentar sintomas de stress pós-traumático, baixa autoestima social e problemas emocionais (LIMINÃNA; MARTÍNEZ; PÉREZ, 2018). Assim como a provável continuidade do ciclo violento de forma intergeracional em decorrência das experiências vividas na fase infantil.

Objetivo

Explorar as repercussões da violência em ambiente doméstico no desenvolvimento de crianças

Métodos

Trata-se de um estudo de revisão integrativa de literatura de abordagem qualitativa, realizado no mês de dezembro de 2021 que teve como intuito obter resposta para a seguinte questão norteadora: Como o desenvolvimento de crianças que presenciam práticas violentas em ambiente doméstico é afetado? A busca ocorreu através do Portal Regional da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e do portal de periódicos *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) utilizando os seguintes descritores válidos no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Violência contra a mulher”, “Violência Doméstica” e “Criança”, com o auxílio do operador booleano *AND*.

Os critérios de inclusão definidos foram artigos publicados nos idiomas inglês, espanhol e português, com o período de publicação compreendido entre os anos de 2016 a 2021. Sobre os critérios de exclusão foram desconsiderados artigos repetidos, teses ou outro tipo de documento e aqueles que não contemplassem a pergunta norteadora.

Inicialmente houve a recuperação de 297, após a aplicação de filtros reduziu-se para 87. Sendo realizada a leitura flutuante dos títulos e resumos e posterior leitura sobre adequação temática, resultando em quatro estudos que atendiam o objetivo proposto.

Resultados e Discussão

Acredita-se que o meio familiar se estabelece como o espaço que tem como função social proteger, cuidar e transmitir afeto às crianças, de modo a proporcionar sua plena evolução. Desse modo, crianças que crescem e se desenvolvem em um ambiente hostil caracterizado por violência doméstica tendem a conviver com insegurança e constrangimento social, sendo expostos a depressão e ansiedade, além de comportamentos agressivos, antissociais e delinquentes (MAGALHÃES et al., 2021).

As mulheres que se encontram em situação de violência podem apresentar altos níveis de stress, problemas emocionais e psíquicos, os quais podem afetar o desempenho no cuidado materno criando dificuldades no comprometimento das necessidades infantis, bem como estabelecendo barreiras para o desenvolvimento de ações afetivas (LIMINÃNA; MARTÍNEZ; PÉREZ, 2018).

Pesquisas demonstraram que a Violência por Parceiro Íntimo (VPI) vivenciada por mulheres também pode ser considerada como um grande fator para a violência

intergeracional. Visto que, a presença de VPI aumenta o risco da utilização de métodos disciplinares inadequados pela mãe para punir seus filhos, fazendo com que atos violentos no lar venham a transformar o agredido em agressor, através de práticas educativas violentas que se disfarçam de práticas disciplinares socialmente permitidas (SILVA; LIMA; LUDERMIR, 2017).

A população infantil pode estar sujeita a atos violentos de forma direta, sendo agredidas objetivamente ao sofrerem abuso físico, psicológico e/ou sexual, ou de forma indireta ao testemunharem a violência. Assim tais práticas também podem provocar na criança sentimentos de culpa, vergonha, raiva, aspectos psicossomáticos, fobias, repetição de pesadelos, comprometimento na saúde mental, entre outros efeitos sobre sua saúde (SILVA; LIMA; LUDERMIR, 2017; FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ et al., 2018).

Levando em consideração que a rede de transmissão intergeracional da violência se dá através de pessoas que vivenciaram ou foram testemunhas de atitudes violentas e que a família é configurada como sistema normatizador das relações entre os indivíduos, infere-se que crianças com história de violência intrafamiliar tendem a reproduzi-la em relacionamentos futuros ao crescerem e desenvolverem padrões comportamentais semelhantes aos de seus familiares, perpassando de pais para filhos a rede intergeracional da violência (MAGALHÃES et al., 2021; SILVA; ORO; BOSSARDI, 2021).

Conclusão

Diante disso, percebe-se que a afirmativa pré-estabelecida de que o lar é o lugar mais seguro para se viver e desenvolver, com maior proteção, atenção e zelo para a população infantil nem sempre está correto. Ao passo que, a violência intrafamiliar detém da capacidade de atingir todas as classes sociais e seus feitos podem suscitar repercussões avassaladoras na vida destas crianças que convivem em um ambiente doméstico violento e deficitário e que sofrem de forma direta ou indireta com estas ações violentas.

Tais repercussões negativas tendem a prejudicar seu desenvolvimento e relacionamento com outras pessoas, ao passo em que possibilita a reprodução de atos violentos durante a vida adulta, gerando a perpetuação desse fenômeno na sociedade. Desse modo, é perceptível a necessidade da criação de ações que possam romper com a intergeracionalidade violenta desde a infância visando à concepção de relações saudáveis entre familiares, de amizades, autoestima positiva, bem-estar e segurança, os quais são alguns dos direitos que merecem ser garantidos e preservados para o pleno desenvolvimento destas crianças.

Descritores: Violência contra a mulher; Violência Doméstica; Criança.

Eixo temático 1: A saúde coletiva no enfrentamento da Violência.

Referências

BIROLI, F. **Família:** novos conceitos. 1. ed. **Editora da Fundação Perseu Abramo**, São Paulo, 2014. 7-23p.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar:** orientações para a prática em serviço. Caderno de Atenção Básica n. 8 – (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n. 131). Brasília, 2002.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 06 dez. 2021.

FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, L. Victims of domestic violence in shelters: Impacts on women and children. **The Spanish Journal of Psychology**, Madrid, v.21, n.18, p. 1-10, June 2018.

LIMIÑANA, A. R; MARTÍNEZ, R. S; PÉREZ, M. Á. M. Problemas de conducta infantil y competencias parentales en madres en contextos de violencia de género. **Gaceta Sanitaria**, Espanha, v. 32, n.1, p. 35-40, jan./fev. 2018.

MAGALHÃES, J.R.F.*et al.* Significados da dinâmica familiar por homens que reproduziram a violência doméstica. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 34, p. 1-7, jul. 2021.

SILVA, A. C; ORO, G. Z; BOSSARDI, C. N. Aspectos Intergeracionais de Famílias em Situação de Violência. **Pensando Famílias**, Santa Catarina, v.25, n.2, p. 239-255, dez. 2021.

SILVA, J. M. M; LIMA, M. C; LUDERMIR, A. B. Violência por parceiro íntimo e prática educativa materna. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.51, n.34, p. 1-11, abril 2017.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE BULLYING

Júlia Maria Nascimento Penha¹, Maryvânsley Nunes de Sá Reis², Sara de Jesus Santos³,
Juliana Costa Machado⁴, Aline Vieira Simões⁵.

Introdução

O *bullying* é uma prática violenta e intencional perpetuada entre pares, com desigualdade de poder, que gera dor e sofrimento para todos os envolvidos. É caracterizado como gestos que intimidam e agridem pessoas tanto verbal quanto fisicamente (FERNANDES; YUNES; TASCETTO, 2017). A ação é deliberada e recorrente, ou seja, o agressor tem prazer em humilhar a vítima e volta a praticar inúmeras vezes. Os ataques ocorrem sem motivo aparente e podem acontecer não somente com jovens e adolescentes, como, também, com adultos.

Existem alguns tipos de *bullying*, como, por exemplo: o físico (beliscões, socos, chutes, empurrões e afins), verbal (apelidos, xingamentos e provocações), escrito (bilhetes, cartas, pichações, cartazes, faixas e desenhos depreciativos), material (pertences danificados, furtados ou atirados contra si), *cyberbullying* (agressão feita por meios digitais), moral (difamar, intimidar ou caluniar), social (criar rumores, ignorar, excluir ou incentivar a exclusão) e o psicológico (pressão psíquica induzida por diversos meios). A prática do *bullying* não se limita apenas ao ambiente escolar, mas é o ambiente onde mais ocorre (FAVARO, 2009).

¹Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Discente voluntária de Iniciação Científica da UESB. Membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO). E-mail: juliapenha1@hotmail.com.

²Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB, Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Membro e pesquisadora do GPVIO.

³Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB, Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da UESB. Membro e pesquisadora do GPVIO.

⁴Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB e Líder do GPVIO.

⁵Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro e pesquisadora do GPVIO.

A escola é um ambiente que propicia experiências de relações de hierarquia, vivências de igualdade e convívio com as diferenças, que influenciam a formação do indivíduo (SILVA, 2010). Sendo assim, essa prática tornou-se algo comum nos espaços educacionais, provocando cada vez mais atitudes violentas, agressivas, intencionais e repetidas, ocorrendo com ou sem motivação, por um ou mais estudantes contra outros, causando os mais variados tipos de sentimentos desagradáveis ao ser humano (FRANSCICO; LIBÓRIO, 2009).

Esta violência está tendo como consequência, o medo, a angústia, a dificuldade de aprendizagem e traumas ao longo da vida. A escola deixou de ser um local protegido e seguro, hoje se tornou um local onde a violência faz parte da vida do educando. Todos os dias, alunos sofrem com algum tipo de violência, onde os agressores atacam suas vítimas de forma impiedosa. Tais atitudes trazem consequências negativas para os agressores, vítimas e testemunhas, afetando sua formação psicológica, emocional e socioeducacional (BANDEIRA; HUTZ, 2012).

Objetivo

Descrever a experiência realizada com alunos do ensino médio sobre *bullying*.

Descrição da Experiência

Tratou-se de um relato de experiência referente a uma pesquisa de opinião por meio do Formulário *Googles*, realizada com 46 alunos do ensino médio de uma escola estadual do interior da Bahia, no mês de julho de 2021, em uma sala virtual da plataforma *Google Meet*. Foi aplicado por duas discentes do curso de Enfermagem de uma universidade do interior da Bahia. As discentes apresentaram uma cartilha de autoria própria, onde foi possível discutir e abordar a temática com os alunos.

Repercussões

A atividade inicialmente se constituiu de uma palestra feita por duas discentes do curso de Enfermagem de uma universidade do interior da Bahia. Primeiramente, as discentes apresentaram uma cartilha construída por elas, onde puderam discutir com os alunos presentes sobre o *bullying*. Nessa perspectiva, foi possível abordar sobre conceitos, formas como ele se apresenta, público espectador, maneiras de identificar a agressão, política *antibullying*, além de algumas orientações para pais e educadores.

Sendo assim, como uma forma de aproximar os alunos presentes na palestra com a temática que estava sendo abordada, foi disponibilizado um formulário onde não foi preciso a identificação das pessoas que responderam, contendo as seguintes perguntas: “você sabe o que é *bullying*?”, “você já sofreu *bullying*?” e “você já praticou *bullying*?”.

Diante das respostas, foi possível identificar que 100% dos alunos presentes na atividade tinham conhecimento sobre o que era e como se manifestava o *bullying*, 63% afirmaram já ter sofrido algum tipo de *bullying*, e 20% afirmaram já ter praticado *bullying* em algum momento da vida. Alguns desses alunos, durante a palestra, relataram que muitas vezes não sabem definir quando está praticando ou sendo vítima de *bullying*.

Além disso, houveram relatos sobre as consequências dessas agressões, onde muitos estudantes falaram sobre o baixo rendimento, a baixa autoestima, desenvolvimento de crises de ansiedade, vontade de não querer ir mais a escola, tudo isso sendo provenientes da prática em questão. Outra questão relatada foi sobre muitas vezes essa prática vir em forma de “brincadeira”, tornando-se algo velado perante o agressor e, também, a vítima. Portanto, é possível perceber que existe uma importância na discussão dessa temática nos ambientes escolares para prevenção e detecção precoce dos casos de agressão.

Considerações Finais

A pesquisa de opinião foi realizada com o intuito de constatar situações e manifestações violentas, que acontecem todos os dias nas instituições de ensino, e essa violência vem mascarada na forma de “brincadeira” e por ser intencional e repetitiva recebe o nome de *bullying* e causa diversos problemas.

Assim, pode-se concluir que o *bullying* traz consequências para os atores, comprometendo o rendimento escolar, interferindo na autoestima, gerando desconforto e ansiedade, principalmente das vítimas. Por isso, é importante que pais, educadores e as instituições de ensino estejam atentos para esse problema, para que o mesmo não continue promovendo essa violência que prejudica não apenas a aprendizagem do educando, mas pode deixar sequelas em várias áreas de sua vida.

Descritores: Bullying; Ensino Fundamental e Médio; Estudantes.

Eixo Temático 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências

BANDEIRA, Cláudia de Moraes; HUTZ, Cláudio Simon. *Bullying*: prevalência, implicações e diferenças entre os gêneros. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.16, n. 1, jun. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/NbpMpgSfMS3xnpddKdzCphp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 dez. 2021.

FAVARO, Talita Neoti. *Bullying* e aprendizagem: desafios e possibilidades no ambiente escolar. **Trabalho de Conclusão de Curso**, Criciúma. 2009. Disponível em:

<http://www.bib.unesc.net/biblioteca>. Acesso em: 05 dez. 2021.

FERNANDES, Grazielli; YUNES, Maria Angela Mattar; TASCETTO, Leonidas Roberto. *Bullying* no ambiente escolar: o papel do professor e da escola como promotores de resiliência. **Revista Sociais e Humanas**, Rio Grande do Sul, v. 30, n. 3, p. 141-154, jul. 2017. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/322147598_bullying_no_ambiente_escolar_o_papel_do_professor_e_da_escola_como_promotores_de_resiliencia_bullying_in_the_school_environment_the_role_of_the_school_and_teachers_as_resilience_promoters. Acesso em: 05 dez. 2021.

FRANCISCO, M. V.; LIBÓRIO, R. M. C. Um estudo sobre *bullying* entre escolares do Ensino Fundamental. **Revista Psicologia do Desenvolvimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, out. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaishumanas>. Acesso em: 05 dez. 2021.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Mentes perigosas na escola: bullying**. Rio de Janeiro: Fontanar, 2010.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

FATORES CONTEXTUAIS PRECIPITADORES DE PERPETRAÇÃO DA VIOLÊNCIA POR PARCEIROS ÍNTIMOS DE ADOLESCENTES E JOVENS

Maryvânsley Nunes de Sá Reis¹, Sara de Jesus Santos², Poliana Souza Lapa³, Júlia
Maria Nascimento Penha⁴, Aline Vieira Simões⁵.

Introdução

A violência por parceiro íntimo é definida pela Organização Mundial da Saúde como “comportamento por um parceiro íntimo que cause dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores”. Esta definição se adequa em casos de violência infligida por um cônjuge atual ou ex-cônjuge, ou ainda por outro parceiro íntimo (OMS, 2013).

O termo "violência no namoro" é geralmente usado para se referir à violência nas relações íntimas entre os jovens, que podem ser de duração e intensidade variável e não implicam coabitação (OMS, 2013).

A violência por parceiro íntimo ou violência no namoro é um problema de saúde pública em virtude das repercussões negativas para a saúde (VIVES et al., 2021). Dentre outras formas de sua apresentação, ela pode ser classificada como violência mental, física ou sexual que ocorre em relacionamentos de natureza íntima (MANCERA et al., 2018).

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Jequié/BA. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Membro e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO). E-mail: MaryvansleyNunes@outlook.com

² Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem pela UESB, Campus Jequié/BA. Bolsista de Iniciação Científica da UESB. Membro e pesquisadora do GPVIO.

³ Fisioterapeuta. Residente em Urgência e Emergência do Complexo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (HC-UFPR).

⁴ Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB, Campus de Jequié. Discente voluntária de Iniciação Científica da UESB. Membro e pesquisadora do GPVIO.

⁵ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Membro e pesquisadora do GPVIO.

A violência se dá para além das questões étnicas, socioeconômicas ou culturais. As consequências à exposição da violência no namoro vão desde alterações comportamentais, físicas e psicológicas, sendo esta exposição um risco alto para a perpetração da violência na idade adulta principalmente. A violência por parceiros íntimos geralmente é perpetrada por homens contra mulheres, contudo há estudos que apresentam esta violência perpetuada tanto por homens quanto por mulheres, sendo uns contra os outros (MANCERA et al., 2018).

Ademais, os estudos demonstraram que os homens têm maior propensão a perpetrar atos violentos contra suas parceiras sexuais como forma de manter o poder ou controle dentro do relacionamento; e também por aceitar a agressão como meio de resolver conflitos. Isto se deve às normas sociais em relação aos papéis de gênero, a forma como foram criados por seus pais, às companhias, colegas, personagens da televisão ou do cinema, ao praticarem ou assistirem esportes e no serviço militar (MANCERA et al., 2018).

Objetivo

Identificar os fatores contextuais precipitadores à perpetração da violência por parceiros íntimos de adolescentes e jovens.

Métodos

Trata-se de uma revisão de literatura, com busca realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e nas bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando como Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Violência Por Parceiro Íntimo; Jovem; Machismo; interconectados pelo operador booleano *AND*.

Como critérios de inclusão foram utilizados artigos em português, inglês e espanhol; publicados entre 2016 e 2021; com assunto principal: Violência Por Parceiro Íntimo; Estudantes; Universidades. Foram excluídos artigos duplicados, teses e estudos que não atendessem ao objetivo desta revisão.

Foram encontrados sete estudos, e após a leitura dos títulos e resumos, foram selecionados quatro artigos para análise.

Resultados e Discussão

Dentre os diversos contextos relacionados à possibilidade de maior perpetração da violência por parceiro íntimo entre adolescentes e jovens, estudos apontam para a questão de gênero como uma problemática e, ao mesmo tempo, como um objeto para aprofundamento dos estudos relacionados a estes agravos.

No que se refere à prevalência global de vitimização por violência no namoro, houve maior probabilidade de vitimização das meninas, em casos cujos pais não tinham emprego remunerado, que sofreram abuso na infância, vivenciaram maior sexismo benevolente, ou seja, passaram por situações de inferioridade, fragilidade e dependência do homem apenas por serem do sexo feminino, e machismo. Já entre meninos, a probabilidade de violência no namoro aumentou com abuso na infância, menor apoio dos pais, altos escores de sexismo hostil, ou seja, vivenciaram antipatia de modo explícita contra as mulheres, e menor aceitação da violência e machismo. Quanto à prevalência em ambos os sexos, esta foi maior para maiores de 15 anos (VIVES-CASES et al., 2021).

Além disso, em uma associação de gênero, machismo, marianismo ou exaltação do culto da superioridade espiritual feminina, e aculturação às atitudes de violência no namoro entre uma amostra de estudantes universitários latinos, reforçou a existência de um padrão de endosso do papel tradicional de gênero do machismo como preditivo de atitudes violentas no

namoro tolerantes para homens e mulheres; a dimensão marianismo da castidade e virtuosismo foi associada a uma diminuição das atitudes de violência no namoro tolerantes entre os homens. Ademais, a relação da aculturação com as atitudes de violência no namoro e a ideologia do papel de gênero não foi significativa neste estudo, apesar da forte correlação de gênero e violência no namoro evidenciadas, sendo destacada a necessidade de programas de violência no namoro para abordar entendimentos baseados na cultura dos papéis de gênero e sua associação com as atitudes de violência no namoro (TERRAZAS-CARRILLO; SABINA, 2019).

Em relação às características demográficas, de apoio social, experiência de violência e probabilidade de aceitação da violência e do machismo em diferentes países europeus, entre adolescentes, foi evidenciada maior aceitação da violência para casos de jovens, de ambos os sexos, que tiveram menor apoio social dos pais. Houve a perpetração de *bullying* e/ou *cyberbullying* associada ao machismo e aceitação de violência para ambos os sexos, ter sido vítima de violência no namoro, sofrido abuso físico e/ou sexual na infância e também o fato de apresentar menor percepção de apoio social dos professores. Todos os casos estiveram associados às pontuações mais altas tanto para machismo quanto para aceitação da violência (PÉREZ-MARTÍNEZ et al., 2020).

Ademais, dentre os fatores de risco para a perpetração da violência, os mais comuns são: ter testemunhado violência quando criança ou ter sido abusado na infância, além dos papéis de gênero enfaticamente ligados à cultura do machismo. Além do mais, há a questão da influência das dinâmicas familiares da infância, dos relacionamentos e das experiências nesta perpetração, visto que os fatores familiares são as raízes e a estrutura familiar que contribuem para o estabelecimento das atitudes, crenças e os comportamentos. Existe também a questão do ambiente em que vive, como vive e a forma como isso afeta a visão que tem de si mesmo e dos outros, além da percepção normal e convencional da vizinhança violenta como problema, já que há grande relação entre o costume em se ouvir gritos e disputas, e a impotência em interromper esses comportamentos, sendo a falta de dinheiro uma das razões para estes conflitos (MANCERA et al., 2018).

Conclusões

É evidente, portanto, que há relação entre fatores contextuais e maior perpetração da violência por parceiro íntimo entre jovens. Sendo, de modo singular, o *bullying* e/ou *cyberbullying* associada este agravo, o que torna esta situação ainda mais preocupante, visto que, em ambas as situações, há a presença da violência que pode levar a um maior comprometimento do presente e do futuro dos jovens, principalmente no que diz respeito às consequências a saúde física, biológica, mental, emocional e espiritual.

Contudo, poucas são as evidências científicas que tratam desta temática, sendo necessários maiores estudos a fim de promover a criação de ações e políticas públicas de combate a esses fatores precipitadores de perpetração da violência entre parceiros íntimos para este público-alvo.

Descritores: Violência Por Parceiro Íntimo; Jovem; Machismo.

Eixo temático 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência

Referências

MANCERA, B. M. *et al.* Reflections of Men of Mexican Origin: A Grounded Theory Study of Intimate Partner Violence Risk Factors. **American Journal of Men's Health**, v. 12, n. 5,

p. 1784-1798, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1177/1557988318787617>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30014754/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

PÉREZ-MARTÍNEZ, V. *et al.* The Role of Social Support in Machismo and Acceptance of Violence Among Adolescents in Europe: Lights4Violence Baseline Results. **Journal of Adolescent Health**, v. 68, n. 5, p. 922-929, 2021. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2020.09.007>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1054139X20305309>. Acesso em: 30 nov. 2021.

TERRAZAS-CARRILLO, E.; SABINA, C. Dating Violence Attitudes Among Latino College Students: An Examination of Gender, Machismo, and Marianismo. **Violence and Victims**, v. 34, n.1, p. 194-210, 2019. Doi:10.1891/0886-6708.VV-D-17-00172. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30808801/>. Acesso em: 01 dez. 2021.

VIVES-CASES, C. *et al.* Dating Violence Victimization among Adolescents in Europe: Baseline Results from the Light Violence Project. **Jornal Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública**. 2021 v. 18, n. 4, p. 1414, 2021. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph18041414>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30808801/>. Acesso em: 01 dez. 2021

OMS. Organização Mundial de Saúde. Responding to intimate partner violence and sexual violence against women: WHO clinical and policy guidelines [Internet]. Geneva: **World Health Organization**. 2013. Disponível em: <https://www.who.int/reproductivehealth/publications/violence/9789241548595/en/>. Acesso em: 08 dez. 2021.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Liana Brandão Costa Galvão¹, Caroline Santos Adimarães², Ana Karolline Souza Vasconcelos², Bruna Souza Vieira², Micaela Freire Fontoura³, Nayara Alves de Sousa⁴

Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua violência como o uso de força física ou poder com o intuito de inferir ameaça ou prática contra si, grupo ou comunidade, que possa resultar no sofrimento, dano psicológico, déficit de desenvolvimento, privação ou morte. Consoante a isso, o Ministério da Saúde (MS) aponta que a violência pode ser dividida em: física, psicológica, sexual e relacionada à negligência, sendo esta última caracterizada pela indiligência contra grupos vulneráveis (OLIVEIRA et al., 2018).

A violência é considerada um problema de saúde pública mundial, sendo marcada por diversos fatores, com destaque para a omissão social. As principais vítimas são crianças e adolescentes, visto que são os grupos mais expostos às violações de seus direitos, podendo ser afetados direta ou indiretamente em condições de saúde mental, emocional e física (ALMEIDA et al., 2012). No primeiro semestre de 2021, a violência contra esses dois grupos atingiu cerca de 50.098 denúncias, e desse total 40.822 (81%), ocorreram dentro de suas próprias casas, isto é, a maioria das violações é praticada por pessoas próximas ao convívio familiar, sendo mãe e pai os principais culpados (BRASIL, 2021).

Em 2011, houve uma reformulação na lista de doenças de notificação compulsória, e o Ministério da Saúde incluiu violência doméstica, sexual e/ou outras violências entre os agravos a serem notificados pelos profissionais de saúde obrigatoriamente, isto significa que esses profissionais têm um importante papel ao denunciar as diversas violências, principalmente contra os grupos vulneráveis (OLIVEIRA et al., 2018).

¹ Discente do Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: lianacosta93@gmail.com

² Discente do Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié.

³ Fisioterapeuta, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Jequié/BA. Membro do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura da Paz (GPVIO).

⁴ Fisioterapeuta. Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Docente do Curso de Graduação em Fisioterapia da UESB.

A violência contra a criança apresenta duas formas principais de ocorrência: direta, quando a criança é exposta à violência e indireta, quando ela testemunha episódios de violência entre seus pais ou familiares. Ambas as formas prejudicam o desenvolvimento físico, psíquico e social de uma criança. Os sinais e sintomas que surgem com maior frequência são falta de motivação, ansiedade, depressão, comportamento agressivo, isolamento e baixo desempenho escolar. Sofrer violência durante a infância e adolescência pode causar diversos danos, que podem permanecer pela vida inteira (FREITAS, 2021).

Objetivo

Discutir os aspectos da atuação dos profissionais de saúde no combate a violência contra crianças e adolescentes.

Métodos

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura científica, baseada em achados nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Google acadêmico. Foram selecionados artigos publicados nos últimos 12 anos, a partir dos descritores: criança; violência; profissionais de saúde; e fisioterapia, combinados por meio do operador booleano AND, deste modo: criança AND violência; criança AND profissionais de saúde AND violência; criança AND fisioterapia AND violência.

Resultados e Discussão

Freitas (2021), traz que, a violência é vista como uma questão de saúde pública de grande impacto social, um problema, que causa amplo efeito na morbimortalidade da sociedade e eleva a demanda de atendimento em saúde das vítimas. Quando essa violência é voltada contra o público infanto-juvenil, ela pode refletir em traumas físicos, sexuais e emocionais que, mesmo não sendo algo fatal, são experiências que causam grandes impactos, podendo repercutir ao longo de toda a vida.

A rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) é considerada um espaço importante de identificação, acolhimento, atendimento, cuidado, notificação e proteção das crianças e adolescentes que estão em algum tipo de situação de violência. A equipe de saúde têm grande responsabilidade de atender essas crianças e adolescentes, que podem aparecer com traumas físicos ou psicológicos aparentes, dependendo da violência vivida. Cabe a esta equipe fazer o devido reconhecimento e encaminhamento, para só assim o ciclo de violência ser interrompido (CORDEIRO, 2019).

Em concordância com Cordeiro (2019), Batista e Quirino (2020) relatam que a Atenção Básica (AB) é um elo importante na rede, pois participa como principal receptora dessas vítimas, prioritariamente pelas Unidades de Saúde da Família (USF), que, por meio da Estratégia da Família (ESF), possibilita um relacionamento mais próximo entre os profissionais de saúde, comunidade e o meio familiar, ajudando na identificação, intervenção e acompanhamento das situações de violência, em especial daquelas envolvendo crianças.

Freitas (2021) e Oliveira (2018) afirmam que todas as pessoas têm o dever de notificar as autoridades quando há casos de violência, apesar de ser um grande desafio para os profissionais de saúde, já que esta condição acarreta em diversas dimensões que envolvem a vivência intrafamiliar. Como aponta o estudo de Batista e Quirino (2020), deve ser

considerado também o receio do profissional de sofrer alguma retaliação por parte do agressor, podendo interferir na notificação e denúncia.

Batista e Quirino (2020) apresentam que diversos estudos demonstraram o despreparo dos profissionais das USF em lidar com situações de violência. Já o trabalho de Oliveira (2018) aponta que a principal dificuldade dos profissionais é o não reconhecimento destas situações, o que impede a notificação e qualquer mecanismo de proteção que poderia ser utilizado. A dificuldade em reconhecer atos de violência é considerada algo comum, principalmente nos casos em que ocorre de forma silenciosa, sem demonstrações físicas.

A atuação profissional no âmbito da saúde frente a violência traz desafios que precisam ser superados, sendo fundamental saber identificar estes casos e ter preparo para agir diante disso. Nestas condições, por exemplo, é necessário ir além de apenas conhecer a ficha de notificação, torna-se preciso saber usá-la e firmar uma rede de apoio entre a equipe multidisciplinar, visando a atuação a fim de reduzir os índices de subnotificação e inconstância no acompanhamento dos casos (BATISTA; QUIRINO, 2020).

Diversos são os profissionais que podem integrar uma equipe multidisciplinar. Cordeiro (2019) destaca que os profissionais de referência no atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar são os que compõem a equipe de serviço social. Entretanto, há um destaque para a ação dos profissionais de enfermagem, pela característica própria de maior contato e cuidado, e do fisioterapeuta que também cria um vínculo com a criança pelo contato frequente, permitindo que situações de violência sejam percebidas e/ou confidenciais.

O trabalho do fisioterapeuta com crianças e adolescentes precisa ser bastante minucioso, sendo importante observar quer seja na avaliação, quer seja nas sessões de atendimento, possíveis indicativos de violência, como marcas no corpo, hematomas, lesões e outras características que não condizem com o processo natural de desenvolvimento infantil, mudança comportamental e reações adversas aos pais ou responsáveis, toda essa análise tem o intuito de buscar a proteção dessa criança ou adolescente frente ao conselho tutelar (RONCHI et al., 2010).

Por fim, Freitas (2020) traz que dar “voz” às pessoas vítimas de violência é fundamental para a criação de medidas efetivas de combate a esta problemática pois, ao falarem sobre seu sofrimento e contarem suas próprias histórias, crianças e adolescentes conseguem perceber novos significados e novas formas de enxergar a sociedade e a família. Por isso, abrir espaços de fala se constitui como ferramentas assertivas no combate a violência infantojuvenil e configuram ações de educação em saúde, que podem ser realizadas por todos os profissionais da atenção básica (BATISTA; QUIRINO, 2020).

Conclusões

A atenção básica pode ser considerada uma importante rede de acolhimento para vítimas de violência infantojuvenil, devido a sua composição, que agrega uma equipe multidisciplinar vinculada a comunidade por meio da ESF. Contudo, para que esta rede seja realmente resolutiva ao se deparar com casos de violência contra crianças e adolescentes, é preciso que a equipe esteja apta a perceber os sinais de violência e as medidas legais a serem tomadas, além de prestar apoio e segurança para as vítimas.

As crianças e os adolescentes vítimas de violência precisam ser amparadas pela equipe multidisciplinar, que deve ceder um espaço propício de fala através da escuta qualificada, toda a atuação deve ser pautada no acolhimento e proteção desses indivíduos, tal qual preconiza o Estatuto da Criança e do adolescente. Ademais, a equipe multidisciplinar precisa adotar em sua prática medidas de rastreio a fim de identificar sinais físicos e

psicológicos de violência ou negligência e prosseguir para a tomada de decisões necessária para a proteção destes indivíduos vulneráveis.

Descritores: Criança; Violência; Profissionais de Saúde; Fisioterapia.

Referências

OLIVEIRA, B. G. *et al.* Responsabilidade dos profissionais de saúde na notificação dos casos de violência. **Rev. Bioét.** Brasília: v.26. n.3. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/VbQ5TtV8bnv5hVWqrLzSkrd/?format=pdf&lang=pt>.

ALMEIDA, A. H. V. *et al.* A responsabilidade dos profissionais de saúde na notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes de acordo com seus códigos de ética. **Arq Odontol.** Belo Horizonte: v.48 n.2. p.102-115. 2012. Disponível em: <http://revodonto.bvsalud.org/pdf/aodo/v48n2/a08v48n2.pdf>.

CORDEIRO, A. F. **Crianças e adolescentes em situação de violência doméstica:** concepções de uma equipe multiprofissional de um hospital universitário. 2019. Disponível: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1563/1526>.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Governo Federal. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/81-dos-casos-de-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-ocorrem-dentro-de-casa>.

RONCHI, E. B. *et al.* **Violência doméstica infantil.** 2010. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/8mostra/4/458.pdf>.

FREITAS, R. J. M. *et al.* Violência intrafamiliar contra criança e adolescente: o papel da enfermagem. **Rev Fun Care Online.** 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1255128>.

BATISTA, M. K. B; QUIRINO, T. R. L. Debatendo a violência contra crianças na saúde da família: reflexões a partir de uma proposta de intervenção em saúde. **Saúde e Sociedade [online].** v. 29. n. 4. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/DTVJY7WMwTBBPDNhMZLyrZx/?lang=pt#>.

FREITAS, R. J. M. *et al.* Assistência dos profissionais de saúde às crianças e adolescentes em situações de violência. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (Ed. port.),** Ribeirão Preto: v. 16. n. 1. p. 1-8. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762020000100002&lng=pt&nrm=iso.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

VISÃO DE ESTUDANTES DE FISIOTERAPIA SOBRE A PERMANÊNCIA DA MULHER NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Giane Lopes Oliveira¹, Juliana Costa Machado², Aline Vieira Simões³, Vilara Maria Mesquita Mendes Pires⁴, Vanda Palmarella Rodrigues⁵.

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015) estabelece que a violência doméstica contra a mulher constitui uma grave violação dos direitos humanos das mulheres. É um tipo de violência que ocorre em toda esfera social e em qualquer parte do mundo, sendo o patriarcado, o machismo, a desigualdade social e as formas dessa violência, uma problemática que acarreta mais de 70% das mulheres em todo o mundo, originando elevados custos sociais e econômicos (LIMA, 2021).

Além dos fatores desencadeantes da violência doméstica contra a mulher como uso de álcool e drogas, infraestrutura social precária, questões de gênero, entre outros, aspectos como a dependência emocional e financeira, preocupação com o núcleo familiar, enaltecimento equivocado de amor e casamento, medo, vergonha, abandono social, sentimento de culpa, ameaças, contribuem para que essas mulheres permaneçam nesse âmbito de violência, que muitas vezes não encontram uma rede de apoio para as ajudarem a sair desse ciclo (BALDUINO, ZANDONADI, OLIVEIRA, 2017).

Estudo realizado com profissionais de saúde de um Centro de Atenção Psicossocial evidenciou sobre a culpabilização das mulheres que sofreram violência doméstica e sobre as subdenúncias que estão conectadas ao medo em denunciar e a uma herança predeterminada pela construção social desigual de gênero, permitindo que as mulheres continuem nesse domínio de violência, de forma naturalizada no meio social, resultando em uma adversidade silenciada na sociedade atual que deve ser enfrentada e solucionada (TEIXEIRA, PAIVA, 2021).

¹ Fisioterapeuta pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: giane.lopes07@outlook.com.

² Enfermeira. Prof^ª Adjunto do Curso de Enfermagem da UESB.

³ Enfermeira. Prof^ª Adjunto do Curso de Enfermagem da UESB.

⁴ Enfermeira. Prof^ª Titular do Curso de Enfermagem da UESB.

⁵ Enfermeira. Prof^ª Titular do Curso de Enfermagem e do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde da UESB.

É de suma importância conhecer quais são os motivos que influenciam na tomada de decisão dessas mulheres em permanecer com seus parceiros agressores ou quanto a sair da relação de violência, pois contribui para prevenir as agressões e amenizar os sintomas psicopatológicos dessas mulheres, fazendo com que os programas de enfrentamento possam ser mais efetivos (RATHIGAN, AXSOM, 2006), principalmente no contexto da formação profissional de fisioterapeutas, visando subsidiar a prática profissional.

Objetivo

Retratar a permanência das mulheres no contexto da violência doméstica sob a ótica de estudantes universitários de fisioterapia.

Métodos

Pesquisa descritiva e qualitativa, realizada com 20 estudantes universitários do curso de fisioterapia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), na qual a coleta de dados foi realizada entre os meses de outubro de 2019 a março de 2020, por meio da realização de entrevista semiestruturada na UESB, após consentimento do participante, com o auxílio de gravador.

Trata-se de um subprojeto aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da UESB sob o protocolo 3.424.236/2019 do projeto de pesquisa maior intitulado Representações sociais de estudantes universitários sobre violência doméstica, seguindo todos os requisitos éticos inerentes às pesquisas em saúde realizadas com seres humanos.

Os dados foram tratados através da técnica de análise de conteúdo, modalidade temática (BARDIN, 2011). Para tanto, procedeu-se à fase de pré-análise; exploração do material e por fim, o tratamento dos dados, inferência e interpretação.

Resultados e Discussão

Dos achados do presente estudo emergiu a categoria motivos que contribuem para a permanência da mulher na situação de violência doméstica e respectivas subcategorias empíricas: múltiplas questões, submissão, dependência emocional, dependência financeira, medo, patriarcado, julgamento social e promessa de mudança.

Nessa direção, estudo mostrou que fatores comunitários, sociais, familiares e individuais, como as relações desiguais de poder institucionalizadas, questões culturais, condições de vulnerabilidade social, questões de submissão do homem sobre a mulher, dependência financeira, presenciar violência durante a infância, preocupação com os filhos, são elementos fundamentais associados aos atos de violência e permanência das mulheres nessa esfera (LIMA, 2021).

A questão financeira e emocional é determinante para a mulher permanecer nessa situação. De modo geral, o fato dela se sentir financeiramente dependente do parceiro, se ela for denunciar, tem uma ideia de que ficará sem casa, sem condições de sobreviver, ou no caso de terem filhos, de perder a guarda. O vínculo emocional, financeiro, domínio familiar, sentimentos de preocupação e apreensão em relação aos filhos, idealização errônea de amor, medo de enfrentar a vida sozinha, fazem com que a mulher permaneça nessa esfera violenta (MIZUNO; FRAID; CASSAB, 2010).

O estudo também abordou que o medo não somente do seu parceiro agressor, mas também o medo em denunciar por considerarem que as leis são falhas ou brandas demais para os agressores, impedem as mulheres de quebrarem esse ciclo. Estudos apontaram que a falta de políticas públicas que realmente sejam eficazes para o enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, bem como falhas nas leis, problemas em relação à falta de

espaço físico, capacitação profissional para um acolhimento adequado são fatores que fortalecem o ciclo da violência (SOUZA; SANTANA; MARTINS, 2018; SOUZA; MARTINS, 2021).

Conclusão

É imprescindível que os estudantes universitários das áreas de saúde, entre estes, os de fisioterapia, aprofundem as discussões acerca dos elementos que levam um número elevado de mulheres a se submeterem e permanecerem em uma relação violenta, uma vez que o conhecimento é o potencial agente transformador desse fenômeno, além de políticas públicas eficazes que acolham essas mulheres e conscientizem os agressores de seus crimes.

Descritores: Violência contra a mulher; Formação profissional; Estudantes; Prática profissional; Atenção à saúde.

Eixo Temático: Área Temática 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências:

BALDUINO, R.C.P; ZANDONADI, A.C.; OLIVEIRA, E.S. Violência Doméstica: fatores implícitos na permanência em situação de sofrimento. **Revista FAROL – Rolim de Moura**, Rondônia, v. 3, n. 3, p. 111-125, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

MINISTERIO DE SALUD. Guía técnica para el cuidado de la salud mental de mujeres en situación de violencia ocasionada por la pareja o expareja. Dirección General de Intervenciones Estratégicas en Salud Pública. Dirección de Salud Mental. **Lima: Ministerio de Salud**, 2021. 81 p.; ilustrado.

MIZUNO, C; FRAID, J. A; CASSAB, L. A. Violência contra a mulher: por que elas simplesmente não vão embora? **I Simpósio sobre estudos de gênero e políticas públicas**, Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. (2015). Organização Pan-Americana Da Saúde. **Estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher**. Washington DC: Organização Mundial da Saúde.

RHATIGAN, D.L.; AXSOM, D.K. Using the investment model to understand battered women' commitment to abusive relationships. **Journal of Family Violence**, v.21, n.2, p.153-162, 2006.

SOUZA, T. M. C.; SANTANA, F. R. M.; MARTINS, T. F. Violência contra a mulher, polícia civil e políticas públicas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rei, v. 13, n.4, e1619, 2018.

SOUZA, T. M. C; MARTINS, T. F. Vivências de policiais de uma DEAM no Sudoeste Goiano. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v.33, n.1, p. 21-30, 2021.

TEIXEIRA, J. M. S.; PAIVA, S. P. Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, e310214, 2021.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS DE ASSÉDIO SEXUAL NA BAHIA

Jailton Silva dos Santos¹, Rebeca Barros de Miranda², Paloma Andrade Pinheiro³,
Lorena dos Santos Duarte¹, Jessica Santos Pires¹, Polyana Leal da Silva⁴

Introdução

A violência sexual no Brasil tem apresentado crescimento significativo, atingindo principalmente as mulheres em condição de vulnerabilidade social (ONÇA; SILVA, 2020). Inclui-se, nesse grupo, o assédio sexual no ambiente laboral, definido como quaisquer tentativas, baseadas em palavras, gestos ou ações, praticadas com a finalidade de se obter favorecimento sexual.

Dessa forma, classifica-se em assédio sexual vertical, caracterizado pela presença de abuso de poder, com frequentes ameaças de perda de emprego; e assédio sexual por intimidação, que, inserido em um contexto de relação de força, manifesta-se em provocações sexuais, bastante comuns entre colegas de trabalho, com o objetivo de criar um ambiente de trabalho desagradável para a vítima (BRASIL, 2009).

Assim, o assédio sexual fere a dignidade da pessoa humana, fundamento elementar para o desenvolvimento do Estado Democrático de Direito. Ademais, vai de encontro com o preceito constitucional que assegura a igualdade de tratamento que deve ser dada a todos, sem discriminação de qualquer natureza, no tocante a proteção de direitos como a vida e a segurança. Dessa forma, trata-se de um importante problema de cunho social e de saúde pública, uma vez que desencadeia repercussões significativa na vida das vítimas (BRASIL, 1988).

Objetivo

Caracterizar o perfil das vítimas de assédio sexual na Bahia.

¹ Graduandos em Fisioterapia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail do relator: 201610673@uesb.edu.br

² Bacharel em Direito, pela FAINOR

³ Fisioterapeuta. Doutoranda pelo programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (UESB).

⁴ Enfermeira. Mestre em Enfermagem e Saúde (UESB). Secretaria Municipal de Saúde – Baixa Grande, Ba.

Métodos

Estudo descritivo, transversal, com dados extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Foram incluídas as notificações referentes aos casos de assédio sexual na Bahia no período de 2016 a 2020.

As variáveis estudadas foram as características em relação ao sexo, faixa etária, raça/cor, escolaridade, município de ocorrência e evolução do caso. A tabulação de dados ocorreu através do *Microsoft® Office Excel 2010*, em que foram realizados os cálculos de frequência absoluta e relativa.

O estudo utilizou dados secundários e de domínio público. Assim, dispensou a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, segundo a resolução 466/2012, que rege as pesquisas com seres humanos.

Resultados e Discussão

Foram registrados um total de 1.320 casos de assédio sexual no estado da Bahia entre os anos de 2016 e 2020, destaque para os anos de 2018 $n=328$ (25%), 2017 $n=273$ (21%) e 2019 $n=266$ (20%). Em termos sociodemográficos, $n=1.190$ (90%) ocorreram em mulheres e $n=129$ (10%) no sexo masculino.

Apesar da tendência crescente de efetivação das notificações relacionadas aos casos de assédio sexual, este agravo ainda apresenta desafios pontuais à sociedade brasileira. Trata-se, neste contexto, de fatores que acabam por impedir as vítimas de realizarem denúncias referentes a essas situações desagradáveis, quer seja por desconhecimento ou mesmo por medo, especialmente em um contexto atual de desemprego, entre outros. Isso tem implicado diretamente em subnotificação nos sistemas relacionados com o armazenamento desses dados de forma a camuflar a sua real gravidade (ONÇA; SILVA, 2020; MOURA et al., 2021).

Além disso, o resultado desta pesquisa aponta que as mulheres são as principais vítimas desta barbárie. Isso é resultado de um contexto machista ainda impregnado na sociedade brasileira, que criou no imaginário popular a falsa ideia de superioridade da figura masculina sobre a mulher, o que justifica a crença de que aquele possui domínio sobre o corpo desta e, conseqüentemente, sobre as suas decisões (HIGA, 2016).

Quanto à faixa etária, $n=404$ (31%) ocorreram em indivíduos de 10 a 14 anos e $n=217$ (16,44%) entre 15 a 19 anos.

Estudo com trabalhadores matriculados nos cursos de administração revelou predominância de casos de assédio sexual em indivíduos com idade entre 18 a 21 anos (46,4%) e entre informantes na faixa etária de 27 a 31 anos (14,3%), notadamente indivíduos em idade produtiva (MOURA et al., 2021).

Por outro lado, cumpre destacar um entendimento da Sexta Turma do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), ainda que não consolidado entre os tribunais e a doutrina jurídica. Trata-se da possibilidade de caracterização como assédio sexual os casos de constrangimento cometidos por docentes contra seus alunos. De acordo com juristas, a relação de ascendência e de poder existente entre professores e estudantes são o suficiente para criar situação de medo entre os discentes, possibilitando ao docente valer-se deste contexto para a obter vantagem sexual (STJ, 2019).

Referente à cor/raça, a parda representa maior índice com $n=787$ (59,62%), seguida de preta com $n=217$ (16,44%) dos casos. Concernente ao nível de escolaridade, os ignorados consistiram em $n=283$ (21,44%) dos casos, seguido de $n=280$ (21,21%) para os indivíduos entre a 5ª a 8ª série incompleta do ensino fundamental, e o menor valor aos analfabetos com $n=6$ (0,45%).

Pesquisa com a finalidade de analisar o acesso e a utilização das práticas de saúde prestadas a mulheres que sofreram violência sexual revelou que os indivíduos de cor preta são as principais vítimas deste agravo, indo de encontro com os resultados desta pesquisa (VIANA; SOUZA; NEVES, 2015). Assim, cabe mencionar o processo de formação histórica da sociedade brasileira, que aponta para um período colonial – e mesmo pós-abolicionista – que fadou o negro à marginalização e vulnerabilidade socioeconômica, traduzidos por submissão ao poder do homem branco, bem como dificultou o acesso aos serviços de saúde (VIANA; SOUZA; NEVES, 2015; LIMA, 2017).

Quanto à escolaridade, estudo com objetivo de caracterizar as ocorrências policiais relacionados à violência sexual demonstrou que a maioria das vítimas apresenta ensino médio completo (ACOSTA et al., 2016). Assim, sugere-se que indivíduos com maior nível de informação apresentam maior possibilidade de realizar a notificação destes agravos, uma vez que conseguem facilmente identificá-los, bem como detêm ciência dos meios cabíveis para a efetivação da denúncia. Por outro lado, é imperativo destacar o significativo número de dados ignorados, o que revela marcante subregistro desta categoria e dificulta uma análise mais fidedigna desta variável (SANTOS et al., 2020).

Os maiores números de casos foram registrados nos municípios de Vitória da Conquista n=240 (18,42%) e Salvador n=175 (13%); Jequié ocupou a 19ª posição com n=10 (0,77%) num grupo de 228 municípios.

Outrossim, a categoria evolução do caso apresentou-se com incompletude das informações, repercutindo em impossibilidade de apresentação do resultado desta variável.

Conclusão

Esta pesquisa revelou predominância das notificações dos casos de assédio sexual na Bahia em indivíduos do sexo feminino, faixa etária de 10-14 anos, cor parda e matriculados entre a 5ª e a 8ª série. Ademais, urge a necessidade de sensibilização dos profissionais acerca das repercussões negativas do subregistro e das subnotificações para a avaliação do real impacto destes agravos, bem como para o desenvolvimento de estudos que abordem esta temática.

Outrossim, é essencial reconhecer a importância da abordagem acerca da educação sexual, que deve acontecer desde as séries iniciais, nos diferentes espaços escolares, a fim de desconstruir padrões machistas e patriarcais que imperam na sociedade brasileira, os quais rompem com valores constitucionais elementares. Por fim, torna-se imperativo o fortalecimento de articulações intra e intersetoriais no contexto da saúde que atuem tanto na prevenção quanto no acolhimento humanizado às vítimas de assédio sexual.

Descritores: Assédio sexual. Ambiente de trabalho. Violência contra a mulher.

Eixo Temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências

ACOSTA, D. F. *et al.* Violência sexual: da denúncia à criminalização do agressor. **Rev enferm**, v. 24, n 2, 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, [1988]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao/htm. Acesso em: 29 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. **Assédio**: violência e sofrimento no ambiente de trabalho: assédio sexual / Ministério da saúde, Secretaria-Executiva, Subsecretaria de assuntos administrativos. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.

HIGA, F. C. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? **Revista Direito GV**, v. 12, n. 2, p. 484-515, 2016.

LIMA, K. R. S. Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes. **Rev Katál**, v. 20, n. 3, p. 353-362, 2017.

MOURA, F. Q.; CAMFIELD, C. E. R.; PIZZOL, J. M. R. D. Assédio moral e sexual no trabalho: análise e concepção dos acadêmicos sobre a violência. **Desenvolvimento em Questão**, v. 19, n. 55, p. 230-45, 2021.

ONÇA, J. S.; SILVA, D. A. Violência sexual no Brasil: perfil epidemiológico (2009-2017). **Rev Intelecto**, v. 3, p. 2596-0806, 2020.

SANTOS, M. J. *et al.* Prevalência de violência sexual e fatores associados entre estudantes do ensino fundamental – Brasil, 2015. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 535-544, 2019.

SEXTA TURMA decide que assédio sexual pode ser caracterizado entre professor e aluno. **STJ**, 2019. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Sexta-Turma-decide-que-assedio-sexual-pode-ser-caracterizado-entre-professor-e-aluno.aspx>. Acesso em: 04 nov. 2021.

VIANA, A. J. B.; SOUZA, E. S. S.; NEVES, E. M. Racismo nos serviços de saúde: a ausência do cuidado com as mulheres negras vítimas de violência sexual. **J Res Fundam Care online**, v. 7, p. 65-76, 2015.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

ATUAÇÃO DE ENFERMEIRAS NO ATENDIMENTO HOSPITALAR A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: REVISÃO INTEGRATIVA

**Renara Meira Gomes¹, Amanda de Alencar Pereira Gomes¹, Jéssica dos Santos Simões¹,
Vanda Palmarella Rodrigues².**

Introdução

A violência doméstica contra a mulher (VDCM) se configura como uma condição crônica, com raízes culturais na sociedade, que traz repercussões negativas, resultando, principalmente, em sofrimento físico e/ou psíquico (SOUZA et al., 2021); é conceituada como qualquer ação ou omissão baseada em gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006).

Na atualidade, evidencia-se aumento expressivo de casos de VDCM, resultantes das relações de gênero, classe, raça/etnia e as suas respectivas interações de poder (VIEIRA et al., 2020); estando também associado ao cenário sanitário, pandêmico, causado pela COVID-19, visto que o isolamento social, instaurado de maneira emergencial, ocasiona um maior tempo de permanência da mulher no domicílio, com o agressor, e traz repercussão no aumento de casos (VIEIRA et al., 2020).

Decorrente às situações violentas experienciadas, as mulheres procuram os diversos serviços de saúde, sendo as emergências hospitalares uma das principais portas de entrada, na modalidade de demanda espontânea. Por vezes, apresentando grave estado de saúde, com risco eminente de vida, sendo encaminhadas ao atendimento e hospitalização imediatos (ACOSTA et al., 2018).

Nesse contexto, ao relacionar as características do ambiente de emergência hospitalar e os casos de VDCM, compreende-se as profissionais enfermeiras, como protagonistas na prestação inicial dos atendimentos nos setores de triagem e demais salas que compõem as emergências (LIMA et al., 2017).

¹Enfermeiras. Mestrandas no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. Integrantes do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO). E-mail: renaraenf@gmail.com.

²Enfermeira. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. Líder do Grupo de Pesquisa Violência, Saúde e Cultura de Paz (GPVIO). E-mail: vprodrigues@uesb.edu.br.

Entende-se que é relevante refletir sobre a atuação de enfermeiras no atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, sobretudo em tempos de pandemia; na busca por conhecer os desafios que permeiam o cuidado à saúde, e desta maneira contribuir no campo científico e social para todos envolvidos e na construção de saberes.

Objetivo

Discutir a atuação de enfermeiras no atendimento hospitalar a mulheres em situação de violência doméstica com base nos achados da literatura.

Métodos

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, caracterizado por ser uma revisão integrativa. Na construção do conhecimento científico, a formulação da pergunta PICO em pesquisas não-clínicas, representa uma sistematização metodológica, vislumbrando a garantia e qualidade do estudo; o P é um acrônimo para Paciente/População ou Problema, I representa o Interesse e o Co o Contexto (ARAÚJO, 2020).

Buscou-se estudos que remetessem a atuação de enfermeiras (P), durante o atendimento a mulheres em situação de violência doméstica a (I), no ambiente hospitalar (Co). Surge a seguinte inquietação como norteadora do estudo: O que as produções científicas discorrem sobre a atuação de enfermeiras no atendimento hospitalar a mulheres em situação de violência doméstica?

Foram realizadas buscas on-line por periódicos, entre os meses de abril a dezembro de 2021, na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), no Portal de Periódicos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no portal da *National Center for Biotechnology Information da National Library of Medicine* (PubMed); utilizou-se operadores booleanos AND E OR, e os descritores, reconhecidos no DeCS: “Violência contra a Mulher”, “Enfermeiras”, “Assistência Hospitalar”; e os pertencentes ao MeSH: “domestic violence”, “Nurses”, “Hospital care”.

Na busca pelos estudos, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para seleção dos artigos. Optou-se por incluir os artigos publicados no período relativo aos anos de 2016 a 2021, os condizentes à temática em estudo e os que se apresentaram em português, sendo em tempo pesquisa original; e excluídos os artigos que se encontravam duplicados, fora do período estabelecido, pagos e que não condiziam com a temática.

Foram encontrados 445 artigos, porém, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, leituras dos resumos e análises dos conteúdos dos artigos, foram selecionados cinco artigos, sendo condizentes ao objetivo do estudo, para compor esta revisão integrativa.

Resultados e Discussão

Os artigos selecionados, para compor esse estudo, têm entres participantes, enfermeiras atuantes em unidades hospitalares; vale ressaltar que há uma escassez de estudos desenvolvidos na atenção hospitalar sobre violência doméstica contra a mulher.

Os resultados dos estudos desvelaram que a abordagem inicial dos cuidados de enfermeiras às mulheres em situação de violência doméstica se restringe à resolução das queixas, a partir de condutas inespecíficas às situações singulares. Tal fato é relacionado à falta de preparo e sensibilidade das profissionais nos serviços (ACOSTA et al., 2018; RODRIGUES et al., 2017).

A falta de capacitação profissional impossibilita uma assistência equânime entre a necessidade terapêutica e a prática de cuidados (ACOSTA, et al., 2018; SOUZA; REZENDE,

2018). Mediante a literatura, é possível identificar falhas na terapêutica proposta no processo de acolher mulheres em situação de violência doméstica (RODRIGUES et al., 2017).

As falhas estão relacionadas ao (des) preparo profissional, e advêm inicialmente das matrizes curriculares da graduação, visto que não contemplam uma formação e treinamento essenciais para atuação profissional direcionadas ao fenômeno que envolve a VDCM (SOUZA; REZENDE, 2018; RODRIGUES et al., 2017; GOMES, 2017).

Outrora, o receio pessoal de envolvimento com a problemática e a falta de protocolo específico sobre a atuação profissional frente a mulheres em situação de violência, este último reconhecido como guia assistencial, são outros fatores que fragilizam o cuidado prestado por enfermeiras às mulheres que adentram o hospital (SOUZA; REZENDE, 2018; RODRIGUES et al., 2017).

Ademais, os cuidados de enfermagem à mulher em situação de violência doméstica requerem humanização e resolutividade, com articulação de habilidades e competências, a fim de promover o acesso profissional para além dos danos físicos, como também dos emocionais e subjetivos apresentados pelas mulheres (FREITAS et al., 2018).

Para tanto, é essencial que as enfermeiras assumam uma postura sensibilizada e de corresponsabilização frente à mulher, com criação de vínculo e escuta ativa, como recursos que subsidiem o cuidado à saúde, realizando as condutas e encaminhamentos devidos, de maneira a atendê-la de forma integrada, contemplando suas multidimensões (ACOSTA et al., 2018).

Conclusões

Os resultados deste estudo apontaram para limitações de enfermeiras no atendimento hospitalar às mulheres em situação de violência doméstica, havendo reação ao medo de envolvimento, como também ao (des) conhecimento existente sobre o atendimento. Sendo imprescindível a compreensão do fenômeno, em prol de uma aproximação de um cuidado mais integral.

Nesse sentido, é relevante que a atuação profissional ocorra de maneira resolutiva e com garantia da integralidade às mulheres que procuram os serviços após atos de violência, que causam danos físicos, mentais e outros. O grande desafio para estabelecer uma prática de cuidado integral perpassa o conhecimento das falhas existentes no processo assistencial, em busca de estratégias e ações que propiciem melhorias, desde a identificação de casos de violência à prática assistencial de cuidados.

Descritores: COVID-19. Cuidado. Enfermeiras. Hospital. Violência doméstica.

Eixo Temática 2: As práticas de cuidado no contexto do Sistema Único de Saúde.

Referências

ACOSTA, D. F. *et al.* Representações sociais de enfermeiras acerca da violência doméstica contra a mulher: estudo com abordagem estrutural. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 39, p. 1-8, jan./jul. 2018.

ARAÚJO, W. C. O. Recuperação da informação em saúde: construção, modelos e estratégias. **Conci – Convergências em Ciências da Informação**, Aracaju, v. 3, n. 2, p. 100-134, jul. 2020.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei**

11.340, Lei Maria da Penha, 2006. Brasília: Presidência da República, 2006.

FREITAS, R. J. M. *et al.* Atuação dos enfermeiros na identificação e notificação dos casos de violência contra a mulher. **Hu Revista - UFJF, Juiz de Fora**, v. 43, n. 2, p. 91-97, abr./jun. 2017.

GOMES, M. C. *et al.* Violência contra a mulher: compreendendo a atuação interdisciplinar. **Revista de enfermagem UFPE on line**, Recife, v. 11(Supl. 12), p.5245-51, dez. 2017.
Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/22782/25468>.

LIMA, L. A. A. *et al.* Assistência de enfermagem às mulheres vítimas de violência doméstica. **Revista de Enfermagem - UFPI**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 65-68, abr./jun. 2017.

RODRIGUES, W. F. G. *et al.* Violência contra a mulher dentro de um contexto biopsicossocial um desafio para o profissional de enfermagem. **Revista de Enfermagem - UFPE**, Recife, v. 11, n. 4, p. 1752-1758, abr. 2017.

SOUZA, M. A. R. *et al.* Percepção das mulheres em situação de violência sobre o apoio formal: Scoping review. **Escola Ana Nery**, Curitiba, v. 25, n. 2, p. 1-11, abr./set. 2021.

SOUZA, T. M. C.; REZENDE, F. F. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 21-38, ago. 2018.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, p.1-5, jan./dez. 2020.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA FÍSICA NOTIFICADOS NA BAHIA

Crisley Aiala Souza de Novaes¹, Jailton Silva dos Santos¹, Eliel Santos Almeida²,
Jefferson Pereira dos Santos², Laina Nascimento Souza², Polyana Leal da Silva³.

Introdução

A problemática da violência é um evento social e multifatorial que afeta, de modo geral, indivíduos, famílias e comunidades (MELO et al., 2020). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), trata-se do uso de força física ou poder, sob forma de ameaça ou na prática, contra si próprio ou a outros indivíduos, e que resulta em lesão, dano psicológico ou mesmo em morte (PESTANA et al., 2021).

Dentre os tipos de violência doméstica, destaca-se a violência física (VF), caracterizada por ações aparentemente inofensivas, mas que repercutem de forma negativa na vida das vítimas. As principais manifestações estão relacionadas ao arremesso de objetos, beliscões, lesões por perfurações, entre outras, com o objetivo de gerar sofrimento à vítima (DANTAS et al., 2017).

Objetivo

Descrever os casos de violência física na Bahia, no período de 2016 a 2020.

Métodos

Estudo descritivo, transversal, com dados extraídos do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), mediante acesso ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) com inclusão de notificações referentes aos casos de VF entre 2016 e 2020.

Assim, foram incluídas as variáveis relacionadas a vítima (faixa etária, raça/cor, sexo e escolaridade), à violência (local de ocorrência e meios de agressão), relacionadas ao agressor (vínculo/grau de parentesco), e, por fim, o encaminhamento ao setor Saúde e a evolução do caso.

¹ Graduandos em Fisioterapia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail do relator: crisleysouza16@gmail.com

² Graduandos em Farmácia, pela UESB, Campus de Jequié.

³ Enfermeira. Mestre em Enfermagem e Saúde (UESB). Secretaria Municipal de Saúde – Baixa Grande, Ba.

A tabulação de dados ocorreu através do *Microsoft® Office Excel* 2010, em que foram realizados os cálculos de frequência absoluta e relativa.

Por se tratar de dados secundários e de domínio público, o estudo dispensou a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as determinações da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que rege as pesquisas com seres humanos.

Resultados e Discussão

Foram registrados 39.916 casos de VF no estado da Bahia entre os anos de 2016 a 2020, especialmente nos anos de 2018 $n=8.937$ (22,4%) e 2017 $n=8.069$ (20,2%). Referente aos critérios sociodemográficos, $n=26.430$ (66,0%) ocorreram na população feminina e $n=13.463$ (34,0%) no sexo masculino.

A violência contra a população feminina é uma realidade histórica brasileira. Dessa forma, entende-se que está diretamente relacionada a ideia de poder e domínio que o homem exerce sobre a mulher, ou aqueles indivíduos que não atendam aos padrões ditos normativos de raça, gênero e orientação sexual (DANTAS et al., 2017).

O fator político tem sido outro agravante para o enfrentamento da violência contra grupos mais vulneráveis, no qual se inserem as mulheres, bem como a população LGBTQIA+. Isso porque, além do processo histórico de discriminação e dificuldade de acesso aos serviços de saúde, soma-se ainda a acentuação da estigmatização reforçada nos discursos de diversos governantes, repercutindo em reforço à violência às populações minoritárias (AGUIAR; PEREIRA, 2019; MELO et al., 2020).

Outrossim, cabe considerar o contexto atual de pandemia da COVID-19. Trata-se de uma crise sanitária que exigiu dos órgãos e entidades públicos a adoção de estratégias com a finalidade de reduzir a disseminação do vírus SARS-CoV-2 (PESTANA et al., 2021). Todavia, se por um lado esta medida auxiliou no controle pandêmico, por outro, culminou em elevação dos índices de VF, decorrente do convívio familiar mais extenso, especialmente em um período de visível desgaste físico e psicológico dos indivíduos (MELO et al., 2020).

Não obstante, ressalta-se que a subnotificação, decorrente, em muitas situações, do medo que estas vítimas apresentam de sofrerem retaliações, dificulta a compreensão da real gravidade da problemática e, conseqüentemente, da caracterização deste agravo (SANTOS et al., 2020).

Quanto à faixa etária, $n=9.825$ (25%) ocorreram em indivíduos de 20 a 29 anos, $n=8.860$ (22%) entre 30 a 39 anos e $n=7.933$ (20%) entre 15 a 19 anos.

Apesar da possibilidade de ocorrência em qualquer idade, estudo demonstra predomínio de notificações de violência doméstica em mulheres na faixa etária de 20 a 29 anos (PESTANA et al., 2021). Isso preocupa tanto pelos ônus gerados aos cofres públicos, mediante necessidade de assistência à saúde, quanto pela redução da produtividade nos ambientes laborais (DE FREITAS COELHO et al., 2019).

No que tange à cor/raça, a parda representa maior índice com $n=20.034$ (50,2%), seguida de ignorado/em branco com $n=11.351$ (28,4%) e preta com 5.334 (13,4%) dos casos.

Quanto à cor, pesquisa corrobora com estes achados, com a maioria das entrevistadas se autodeclarando parda (PESTANA et al., 2021). Por outro lado, estudo desenvolvido no Rio de Janeiro revelou maior número de registros de VF em mulheres brancas. Quanto às mulheres negras, sugere-se que o contexto de preconceito social e cultural cria barreiras para que essas denúncias sejam efetivadas, o que compromete a disponibilização de assistência a essas vítimas, ao passo que mantém impune os agressores (MOURA; ALBUQUERQUE NETTO; SOUZA, 2012).

Referente ao nível de escolaridade, os ignorados consistiram em n=21.622 (54,2%) dos casos, seguido de n=4.150 (10,4%) para os indivíduos entre a 5ª e a 8ª série e de 3.042 (7,6%) para os indivíduos com ensino médio completo; o menor, n=519 (1,3%), equivale às pessoas analfabeta.

Os resultados deste estudo foram semelhantes aos de outras pesquisas que revelaram maior registro de VF em indivíduos com menores graus de instrução, especialmente por se tratar de um público mais vulnerável (DANTAS et al., 2017; SILVA et al., 2021).

De acordo com o local de ocorrência, n=17.551 (44,0%) dos casos ocorreram em residência e n=9.738 (24,4%) foram ignorados.

Pesquisa de Zart e Scortegagna (2015) corroboram com este achado, demonstrando que a maioria dos casos de violência doméstica ocorre no ambiente domiciliar, muitas vezes por possuir uma característica silenciosa e com a ausência de testemunhas (MOURA; ALBUQUERQUE NETTO; SOUZA, 2012).

Do total de casos registrados, os principais meios de agressão utilizados para cometer a VF foram a força corporal e/ou espancamento com n=23.943 (47,6%), seguida de objeto perfurocortante com n=7.180 (14,3%). Quanto ao grau de parentesco dos agressores, nota-se predomínio de casos envolvendo o cônjuge n=6.404 (16,0%) e desconhecido com n= 4.684 (11,7%).

Resultado semelhante foi encontrado nos estudos de Silva (2021), Zart e Scortegagna (2015) e Pestana et al. (2021), que apontaram os parceiros íntimos (cônjuge e ex-cônjuge) como sendo os principais autores de violência em 73,0%; 95,6% e 33,6% dos casos, respectivamente.

Referente ao encaminhamento ao setor Saúde e à evolução do caso, ressalta-se que a incompletude dessas informações no sistema inviabilizou a apresentação dos resultados.

Conclusões

Esta pesquisa revelou predominância dos casos de VF na Bahia em indivíduos do sexo feminino, faixa etária de 20 a 39 anos, cor parda, com escolaridade de 5ª a 8ª série. Seus agressores foram em sua maioria cônjuges, e os meios de agressão mais comuns foram o uso de força corporal e/ou espancamento.

É necessário que os profissionais de saúde sejam capacitados e sensibilizados para o adequado preenchimento das fichas de notificações e sua importância para a caracterização sociodemográfica destes agravos, bem como subsidiar a formulação e execução de políticas de prevenção, intervenção e controle. Urge ainda a necessidade de articulação intersetorial no intuito de propiciar segurança e acolhimento humanizado às vítimas que, uma vez amparadas, se sentirão seguras para notificar estes agravos, especialmente neste contexto atual de pandemia.

Descritores: Violência. Sistemas de Informação em Saúde. Notificação.

Eixo Temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências

AGUIAR, B. S.; PEREIRA, M. R. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. **Revista Discente de Ciência Política**, v. 7, n. 3, p 8-35, 2019.

DANTAS, G. S. V. *et al.* Caracterização dos casos de violência física contra mulheres notificados na Bahia. **Arq. Ciênc. Saúde**, v. 24, n. 4, p. 63-68, 2017.

DE FREITAS COELHO, F. A. *et al.* Perfil epidemiológico de mulheres em situação de violência de gênero no estado do Ceará, 2008 a 2017. **Cadernos ESP-Revista Científica da Escola de Saúde Pública do Ceará**, v. 13, n. 1, p. 37-46, 2019.

FORNARI, L. F. *et al.* Violência doméstica contra a mulher na pandemia: estratégias de enfrentamento divulgadas pelas mídias digitais. **Rev Bras Enferm**, v. 74, suppl 1, 2021

MELO, B. D. *et al.* (org). Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: violência doméstica e familiar na COVID-19. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Cartilha. 22 p.

MOURA, M. A. V.; ALBUQUERQUE NETTO, L; SOUZA, M. H. N. Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de violência assistidas nas delegacias especializadas. **Esc Anna Nery**, v. 16, n. 3, p. 435-442, 2012.

PESTANA, J. T. S. *et al.* Epidemia invisível: perfil epidemiológico de mulheres vítimas de violência doméstica no Estado de Pernambuco entre 2015 e 2019. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 6, p. 64290-64308, jun. 2021.

SILVA, S. B. J. *et al.* 2021. Perfil epidemiológico da violência contra a mulher em um município do interior do Maranhão, Brasil. **Mundo da Saúde**, v. 45p. 056-065, 2021

ZART, L.; SCORTEGAGNA, S. A. Perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência doméstica e circunstâncias do crime. **Perspectiva**, v. 39, n. 148, p. 85-93, 2015.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

ALCOOLISMO FEMININO E VIOLÊNCIA: MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES DO AA

Andressa Mendes da Silva Dias², Luci Mara Bertoni³.

Introdução

Este resumo expandido apresenta um recorte da pesquisa de mestrado sobre a Memória e Representações Sociais de mulheres participantes de grupos de Alcoólicos Anônimos (AA) acerca do uso/abuso do álcool, enfocando os aspectos da violência que estiveram presentes em seus relatos.

Para isso, recorreremos a teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici ([2000] 2015) e a concepção de Memória Coletiva, postulada por Maurice Halbwachs ([1950] 2006) que possibilitaram a análise dos impactos provocados pelo uso de bebida alcoólica nas experiências pretéritas e na vida cotidiana de mulheres que passaram pelo processo de recuperação.

Em meio as discussões, foi possível identificar que as diferentes esferas da violência perpassaram sua relação com o alcoolismo, desde o motivo para desencadear a dependência até as manifestações decorrentes do consumo.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa é de analisar os aspectos que envolvem a violência a partir das memórias e representações sociais de mulheres participantes de grupos de Alcoólicos Anônimos sobre o uso/abuso do álcool.

Métodos

Em termos metodológicos, adotamos a abordagem qualitativa por meio de entrevista semiestruturada, realizada com seis mulheres participantes de grupos de Alcoólicos Anônimos. Para localizar essas mulheres, tendo em vista que não participavam com frequência das reuniões de AA, utilizamos uma técnica chamada “snowball sampling”, conhecida no Brasil pela sua tradução “amostragem em bola de neve” que tem como

² Pedagoga. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Memória Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB e integrante do grupo de estudos e pesquisas sobre Gênero, políticas, Álcool e Drogas (GePAD/Museu Pedagógico/UESB). E-mail: andressamendes90@gmail.com

³ Pedagoga. Professora Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas; Coordenadora e docente no PPG em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB e Líder do grupo de estudos e pesquisas sobre Gênero, políticas, Álcool e Drogas (GePAD/Museu Pedagógico/UESB).

finalidade ajudar pesquisadores a localizarem populações que são de difícil acesso na sociedade, pois, geralmente, não querem ser identificadas.

As informações apresentadas nesta pesquisa passaram pela aprovação do comitê de ética sob o número do processo: 57048916.4.0000.0055 e todas as entrevistadas receberam e assinaram o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento – TCLE no momento das entrevistas, com o compromisso de sigilo com as participantes. Desta forma, atribuímos-lhes nomes de flores para manter seu anonimato.

Resultados e Discussão

Ao consumo de bebida alcoólica, frequentemente, são atribuídos comportamentos violentos, desde homicídios, golpes, abusos sexuais, crimes etc. devido às alterações provocadas no sistema nervoso central (NIEWIADOMSKI, 2004). No entanto, quando nos deparamos com a alcoolização por mulheres, observamos que a violência tende a ser a partir de terceiros em relação a elas, conforme o trecho do relato de Margarida: “E aí começava era briga dentro de casa, começava aquela discussão. Eu ia em cima de marido, marido me batia. [...] me batia, me judiava. Eu bêbada ali, não sabia de nada”.

Em relação a esse aspecto, Saffioti (1994) afirma que o estado etílico pode até ser um facilitador para a violência, mas não determina as atitudes das pessoas, ou seja, não se pode associar a violência contra a mulher ao alcoolismo, pois a violência “já está contida nos homens em virtude das relações que construíram com as mulheres, graças à assimetria contida na estruturação da sociedade em gênero” (SAFFIOTI, 1994, p. 449).

Observamos ao longo dos posicionamentos das mulheres participantes da pesquisa que além de sofrerem violência física, psicológica, moral e emocional, elas se responsabilizavam pelo comportamento dos parceiros e pessoas próximas, colocando a culpa em si mesmas e no efeito causado pela bebida. Essa situação reflete a citação da autora Ruth Benedict (1988) feita por Saffioti (2015, p. 24) ao afirmar que, “as mulheres são treinadas para sentir culpa. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa”.

No caso das mulheres do AA, a violência também está associada ao motivo que as levaram a desenvolver o uso abusivo do álcool. Um exemplo foi a violência psicológica ocorrida com a participante Violeta que por ser abandonada durante as noites pelo marido por motivos de infidelidade conjugal, passou a beber de forma descontrolada.

O meu marido arrumou outra mulher e aí me desgostou muito. Aí eu comecei a tomar uma dose, as vezes de noite pra dormir. As vezes ele saía e eu não conseguia dormir, pensando. Aí eu bebia uma dose e pronto, dormia. Aí uma dose não fazia efeito, eu comecei a beber duas, três, quatro... e aí cheguei um ponto, que quando eu acordei... eu, as vezes, bebia até um litro por dia. (VIOLETA).

De acordo com Cunha (2007, p. 101) a violência psicológica “é uma das formas mais comuns e mais causadoras de danos irreparáveis, pois ela não acontece apenas no ambiente doméstico”. Além disso, “[...] é de mais difícil reconhecimento, na medida que não deixa marcas visíveis no corpo da vítima” (CUNHA, 2007, p. 101).

Para Cesar (2005), o alcoolismo feminino está intrinsecamente ligado as relações de gênero e a violência tem sido um agravante nesse sentido. Segundo a autora, “não da perspectiva (não menos significativa) onde o alcoolismo provoca a violência, mas sim, onde a violência pode contribuir para gerar alcoolismo” (CÉSAR, 2005, p. 99). Neste caso, além das

violências provocadas durante o consumo, também identificamos que se trata de um fator que leva as mulheres a iniciarem o uso etílico abusivo.

Conclusão

Em síntese, a partir do objetivo de analisar os aspectos da violência em meio as memórias e representações sociais de mulheres dos grupos de AA acerca do alcoolismo, pudemos estabelecer relações de gênero que foram fundamentais para realizar apontamentos sobre as especificidades do beber feminino, mostrando que a violência, pode ser um dos motivos que levam as mulheres a desencadear o uso abusivo de bebida alcoólica. Além disso, os tipos de violência, sejam eles de forma física, psicológica, moral e emocional afetam diretamente as mulheres alcoolistas, principalmente causadas por terceiros, deixando nelas um sentimento de culpa.

Diante do exposto, consideramos a urgência de políticas públicas de prevenção ao alcoolismo feminino e a necessidade de programas que sejam elaborados a partir das especificidades da mulher alcoolista, tendo em vista as interações de gênero e sua relação com os tipos de violência.

Descritores

Alcoolismo; Violência; Mulher; Gênero.

Eixo temático

A saúde coletiva no enfrentamento da violência

Referências

CESAR, Beatriz Aceti Lenz. **O beber feminino: a marca social do gênero feminino no alcoolismo em mulheres.** Dissertação de mestrado apresentada a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca - Fundação Oswaldo Cruz, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

NIEWIADOMSKI, Christophe. Violências e alcoolismo: abordagem biográfica em alcoologia e hermenêutica do sujeito. **Psicologia em Estudo.** Maringá, v. 9, n. 3, p. 331-341, 2004.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/Gjxxy4CBT5QtNmcC3Kq6HDn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 Nov. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de gênero no brasil atual. **Estudos Feministas.** Nº especial/2º sem./94 - Colóquio Internacional Brasil, França e Quebec. 1994.



VI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 13, 14 e 15 de dezembro de 2021

CUIDADO EM SAÚDE E O ATENDIMENTO NA COMUNIDADE: OLHAR FISIOTERAPÊUTICO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO

Caroline Santos Adimarães¹, Ana Karolline Souza Vasconcelos², Liana Brandão Costa Galvão², Marcos Antonio Morais da Silva², Claudineia Matos de Araújo³.

Introdução

O método de construção da assistência em saúde vem sendo discutido ao longo dos anos, com maior enfoque a partir da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que possibilitou a expansão da cobertura assistencial em saúde, a partir de programas, políticas, projetos e estratégias que visam justamente a ampliação do serviço. Uma das maiores características do SUS é a Atenção Básica (AB) como porta de entrada dos usuários, contando com ações estabelecidas pela Atenção Primária à Saúde (APS), que propõe a promoção da saúde e prevenção da doença (ROOSLI; PALMA; ORTOLAN, 2020).

A atenção básica traz destaque para o cuidado em saúde, que se relaciona com a produção de saúde e a autonomia do indivíduo. Tal prática requer maior aproximação dos profissionais de saúde com o usuário em sua dimensão biopsicossocial, sendo consolidada por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), que possibilita a criação de um vínculo entre os envolvidos (ROOSLI; PALMA; ORTOLAN, 2020). Logo, o cuidado em saúde é descrito como uma relação intersubjetiva, que agrega o conhecimento e recursos profissionais com as experiências e necessidades do sujeito (De SOUZA et al., 2014).

A prática do cuidado requer alguns atributos para o estabelecimento da relação profissional-paciente, para tanto, pode-se destacar o acolhimento como elemento essencial neste processo. Para a saúde, acolher é admitir a vivência do usuário como legítima e individual, cabendo ao profissional oferecer uma escuta qualificada, a fim de atender as necessidades desse indivíduo e promover o direcionamento aos serviços apropriados, permitindo a melhoria e efetividade nos serviços (Da SILVA et al., 2018).

¹ Discente do Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: carolineadimaraes@gmail.com

² Discente do Curso de Graduação em Fisioterapia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié.

³ Fisioterapeuta. Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Graduação em Fisioterapia da UESB.

Os componentes constitutivos do cuidado precisam ser compreendidos por todas as categorias de profissionais da saúde, visto que o foco é para o indivíduo de forma integral (CARNUT, 2017). A fisioterapia é uma profissão que nasce com a perspectiva da reabilitação, mas passa a abranger os três níveis de atenção à saúde, se estabelecendo na saúde coletiva e no atendimento à comunidade, a partir da implantação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), que visa ampliar a abrangência das ações na ESF (BISPO JÚNIOR, 2013).

Objetivo

Discutir a importância do acolhimento nas práticas fisioterapêuticas frente ao processo de cuidado em saúde na comunidade.

Métodos

Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura científica nacional, em que se utilizou as bases de dados SCIELO e BVS para a coleta de dados. Foram selecionados artigos publicados nos últimos 10 anos, com a perspectiva da temática proposta, a partir dos descritores: cuidado em saúde; comunidade; fisioterapia; acolhimento. Para dinamizar a pesquisa, estes descritores foram aplicados nas seguintes combinações: cuidado em saúde AND acolhimento; cuidado em saúde AND comunidade; e cuidado em saúde AND fisioterapia. Além dos artigos selecionados, foi utilizado o capítulo de um livro que se encaixa nos mesmos padrões supracitados, referente ao idioma e ao período de publicação.

Resultados e Discussão

O cuidado em saúde é desenvolvido por meio do vínculo entre os profissionais de saúde e os usuários, a partir do processo de humanização. Para colocar em prática o ideal do cuidado, há algumas iniciativas que podem ser usadas, como: se apresentar; chamar os usuários pelo nome; informar acerca de condutas e procedimentos a serem realizados; escutar e acolher as informações apresentadas pelos indivíduos; assegurar a privacidade e a confidencialidade das informações; incentivar a presença do acompanhante, dentre outras (Da SILVA et al., 2018).

Da Silva (2018) traz que o acolhimento não deve se limitar ao recebimento da demanda espontânea, identificação de risco e definição de urgências. Ao contrário, este precisa ocorrer em todos os locais e momentos do serviço, tendo em vista que perpassa pela reorganização das ações em saúde. Ou seja, o processo de acolher deve estar incluído na própria prática, mas também na elaboração dispositivos que contribuam com a mesma, propondo alterações no modo de gerir os serviços de saúde, a fim de romper o paradigma tecnoassistencial.

Assim, o NASF surge sob a perspectiva da ampliação do conceito de integralidade no cuidado, através de uma organização composta por equipes multiprofissionais, a fim de proporcionar suporte clínico, pedagógico e consultivo às ESF (CARNUT, 2017). O NASF deve dispor de uma estrutura que possibilite a integralidade da assistência, através da coletividade no desenvolvimento das discussões e das ações, sendo contrário ao modelo de saúde fragmentada (De SOUZA et al., 2013).

O trabalho interdisciplinar tem proporcionado uma mudança nos modos de fazer, pensar e organizar os serviços de saúde, uma vez que este promove uma maior articulação dos profissionais no processo de produção do cuidado. Neste sentido, a inserção do fisioterapeuta na APS favorece a produção do cuidado mais integral, sobretudo em condições de saúde que causam grande repercussão na vida funcional. Por isso faz-se necessária a atuação de um

profissional que tenha domínio sobre a biomecânica e o desenvolvimento cinético-funcional humano (BIM et al., 2021).

O estudo de Bim e et al. (2021) traz relatos de algumas atuações de fisioterapeutas na APS, cuja rotina de trabalho é disposta no atendimento individual específico, trabalho em grupo e visitas domiciliares. Além disso, estes profissionais lançam mão da educação em saúde, desde o incentivo ao autocuidado à corresponsabilização no processo. Desta forma, para garantir um direcionamento mais apropriado, é importante que as práticas sejam pautadas no uso de ferramentas tecnológicas do NASF, como o apoio matricial e o Projeto Terapêutico Singular (PTS).

De Souza e colaboradores (2013), relata a importância das práticas fisioterapêuticas com enfoque para a autonomia do indivíduo em suas transformações. Entretanto, este estudo expõe a dificuldade nesse método, devido a dependência destes indivíduos com os profissionais de saúde, atribuindo a estes profissionais o dever pela conservação da sua saúde. Esta dependência pode estar atrelada a alguns fatores, como: a insegurança, a mudança no cotidiano do usuário e da família e ainda a fragilidade na atenção integral, esta última se relaciona com a pouquidade de profissionais.

A atuação do fisioterapeuta na APS já é consolidada e tem embasamento para a importância deste profissional junto à comunidade. Contudo, a prática profissional ainda encontra desafios, como relatado por De Souza et. al (2013), em relação a dificuldade em proporcionar segurança para que os indivíduos sejam protagonistas de seu processo e para que a família tenha corresponsabilidade junto às práticas. Além disso, este estudo expõe o obstáculo no trabalho, devido à alta demanda para poucos profissionais, sendo possível associar com uma análise mais recente, de Bim e colaboradores (2021), no que se refere a grande demanda de atendimentos individuais e também na realização do trabalho mais voltado para a reabilitação do que para a prevenção em saúde.

A proposta de que a família esteja à frente no processo de cuidar, faz com que o profissional se depare com a demanda de entender o funcionamento e a estrutura da família, para então poder direcionar as ações de acordo com as especificidades daquele ambiente. Para isso, é interessante ampliar os horizontes desde a visita domiciliar, através de uma abordagem que agregue a família. Assim, é sob a luz destes critérios avaliativos que este profissional pode atuar junto à equipe, fortalecendo a rede de cuidado (De SOUZA et al., 2013).

Conclusões

O trabalho na atenção primária traz diversos desafios, tendo em vista que o usuário é o centro do processo e precisa ser visto em toda sua complexidade e dimensão biopsicossocial, requerendo vínculo do profissional com a comunidade e o trabalho em equipe interprofissional. A fisioterapia é uma profissão recente, que tem se desvinculado da associação apenas com a reabilitação, e já tem se inserido no nível primário de atenção, dada a sua importância junto à funcionalidade humana.

A prática do cuidado em saúde requer diversos atributos e tecnologias capazes de possibilitar uma atuação consolidada, e o fisioterapeuta encontra alguns desafios neste processo, possivelmente pela sua recente inserção na APS. Tendo em vista as problemáticas expostas nos estudos de base para este material, é cabível afirmar que a maior capacitação do fisioterapeuta acerca do processo de acolhimento poderia contribuir positivamente para a sua atuação na APS.

Descritores: cuidado em saúde; comunidade; fisioterapia; acolhimento.

Referências

Bim, C. R. *et al.* Physiotherapy practices in primary health care. **Fisioterapia em Movimento [online]**. 2021, v. 34, e34109. <https://doi.org/10.1590/fm.2021.34109>. Disponível em: SciELO - Brasil - Physiotherapy practices in primary health care Physiotherapy practices in primary health care.

BISPO JÚNIOR, J. P. Trajetória da Fisioterapia no Brasil: um olhar a partir da Saúde Coletiva. in: BISPO JÚNIOR, J. P. **Fisioterapia e Saúde Coletiva: reflexões, fundamentos e desafios**. SP: Hucitec Editora, 2013. p. 17 - 49.

CARNUT, L. Cuidado, integralidade e atenção primária: articulação essencial para refletir sobre o setor saúde no Brasil. **Saúde em Debate [online]**. 2017, v. 41, n. 115. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201711515>. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2017.v41n115/1177-1186/pt/>.

DA SILVA, T. F. *et al.* O acolhimento como estratégia de vigilância em saúde para produção do cuidado: uma reflexão epistemológica. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 4. p. 249-260. 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/sdeb/2018.v42nspe4/249-260/pt/>.

DE SOUZA, M. C. *et al.* Fisioterapia e Núcleo de Apoio à Saúde da Família: conhecimento, ferramentas e desafios. **O Mundo da Saúde**, São Paulo: ed.37. v.2. p.176-184. 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/fisioterapia_nucleo_apoio_saude_familia.pdf.

DE SOUZA, M. C. *et al.* Necessidades de saúde e produção do cuidado em uma unidade de saúde em um município do nordeste, Brasil. **O Mundo da Saúde**, São Paulo - 2014; 38(2):139-148. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/necessidades_saude_producao_cuidado_unidade.pdf.

ROOSLI, A. C. B. S.; PALMA, C. M. S.; ORTOLAN, M. L. M. Sobre o cuidado na saúde: da assistência ao cidadão à autonomia de um sujeito. **Psicologia USP [online]**. 2020, v. 31. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180145>.